



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**UMA HISTÓRIA DA ODONTOLOGIA EM SERGIPE: DO ENSINO À  
ESTRUTURAÇÃO DO “CAMPO” (1925 – 1975)**

**DANILO MOTA DE JESUS**

**SÃO CRISTÓVÃO - SE  
2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**UMA HISTÓRIA DA ODONTOLOGIA EM SERGIPE: DO ENSINO À  
ESTRUTURAÇÃO DO “CAMPO” (1925 – 1975)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Sergipe, como parte integrante dos requisitos para obtenção de título de Mestre em Educação, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josefa Eliana Souza.

**SÃO CRISTÓVÃO - SE  
2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**DANILO MOTA DE JESUS**

**UMA HISTÓRIA DA ODONTOLOGIA EM SERGIPE: DO ENSINO À  
ESTRUTURAÇÃO DO “CAMPO” (1925 – 1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Josefa Eliana Souza (Orientadora)  
Programa de Pós-Graduação em Educação – UFS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Neide Sobral  
Programa de Pós-Graduação em Educação – UFS

---

Prof. Dr. João Paulo Gama Oliveira  
Departamento de Educação (DEDI)  
Universidade Federal de Sergipe – UFS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvania de Andrade Santana  
Universidade Tiradentes – UNIT

---

Prof.<sup>a</sup> Rosa Maria de Viana Bragança Garcez  
Departamento de Odontologia - UFS

SÃO CRISTOVÃO – SE  
2018

## AGRADECIMENTOS

Durante o processo de construção dessa pesquisa, muitos foram aqueles que nos auxiliaram para que ela pudesse ser concretizada, o trajeto percorrido até aqui foi repleto de conhecimento e de grandes conquistas, mas também de momentos de renúncias. Mas como o espaço aqui é para agradecimentos começaremos agradecendo a Força Maior que Rege o Universo, independente de qual for seu nome (Deus, Alá, Krishna, Shiva, Jeová, Tupã, Oxalá, Eloah etc.) pelas oportunidades.

Ao meu companheiro de jornada, Anderson, pela compreensão e pelo auxílio durante essa caminhada acadêmica, a ele minha eterna gratidão. Agradeço aos meus pais, Manoel e Matilde, por nunca me cobrarem e me deixarem seguir sempre minhas escolhas no que diz respeito a minha educação e formação acadêmica. Agradeço a meus irmãos pela amizade e compreensão durante todos esses anos.

Meus sinceros agradecimentos a minha orientadora Eliana Souza, por aceitar orientar-me nessa caminhada que vai além da aquisição de um título de mestre. Obrigado aos professores do PPGED (Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe), que durante esse período de estudos dividiram conosco um pouco do seu vasto conhecimento. Obrigado também aos meus colegas de mestrado, a vocês desejo muito sucesso. Não poderia deixar de agradecer aos funcionários do PPGED nas pessoas de Guilherme e Graciela.

Meus agradecimentos vão também para minha amiga Ana Cláudia pela companhia de sempre e ao amigo que o mestrado me deu, Marcos Batinga (sua cara de mal esconde um coração amigo e bondoso) a vocês minha eterna amizade. Minha gratidão ao GREPHES pelo acolhimento e pela amizade que me proporcionou, em especial às queridas Ane Rose, Andréia e Patrícia.

O auxílio recebido de algumas pessoas, durante este trabalho de pesquisa, merece a minha gratidão, assim, agradeço aos funcionários e estagiários do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e do Arquivo Central da UFS, aos funcionários do Arquivo Público do Estado, da Biblioteca Pública Epifânio Dória, do ITPS, do Arquivo Geral do Estado, do Arquivo Municipal de Aracaju, do CEMAS, do Hospital de Cirurgia e do Conselho Regional de Odontologia seção Sergipe.

Minha gratidão à Professora Rosa Bragança, ao Professor Afrânio Bastos, à Professora Edith Paixão, à Professora Tânia Fortes, e aos dentistas Antônio Rezende e João Garcez Filho,

por me abrirem as portas de suas memórias para me auxiliarem na construção dessa história que vem cada vez mais me encantando, a vocês meu muito obrigado.

Aproveito o momento para agradecer também à professora Verônica Mariano por proporcionar a primeira avaliação desta pesquisa na disciplina de Seminário de Pesquisa, agradeço imensamente ao Professor João Paulo Oliveira pelas leituras e sugestões a este trabalho desde o seminário, à professora Silvânia Santana pela criteriosa leitura desde a qualificação, à Professora Neide Sobral e mais uma vez à Professora Rosa Bragança aceitarem o convite para analisar este trabalho.

Assim, finalizo ressaltando que foram muitos os que colaboraram para a realização desta pesquisa, deste modo, se alguém não foi citado, perdoe-me pelo equívoco, não foi minha intenção, mas, sei, com certeza, que agradei pessoalmente. Obrigado!

“Grande é a tarefa que nos espera... Para todos os seres humanos constitui quase um dever pensar que o que já tiver realizado é sempre pouco em comparação com o que resta por fazer.”

(João XXIII)

## RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a história da formação do campo e a criação dos cursos de odontologia de Sergipe no período de 1925 a 1975. Trata-se de uma pesquisa histórica com abordagem na História Cultural. A escolha do recorte temporal (1925-1975) justifica-se pelo fato de que no ano de 1925 foi criada a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Sergipe, e em 1975 (50 anos depois), Sergipe tem seu primeiro curso de odontologia reconhecido pelo Ministério da Educação. No desenvolvimento da pesquisa fizemos uso de fontes documentais impressas e digitalizadas, além das fontes escritas também nos apoiamos nas bases da história oral, por meio de entrevistas semiestruturadas, ainda analisamos algumas imagens que foram sendo levantadas no curso do estudo. Nesse trabalho, dialogamos com os conceitos de Processo Civilizador de Norbert Elias e os conceitos de campo e capital de Pierre Bourdieu. Com o intuito de mudar o quadro da Educação Superior em Sergipe, o então presidente Graccho Cardoso cria em 1925 os cursos de farmácia e cirurgia dentária, que tinham como objetivo abrir novas carreiras profissionais para a juventude sergipana, mas a ideia foi interrompida após a mudança de gestão. Somente em na década de 1960, com a criação da Universidade Federal de Sergipe surge a possibilidade de criar o curso de odontologia dentro da UFS, mas intrigas dentro do campo dificultaram a inclusão do curso na nova Universidade, somente em 1970 o curso é criado, em 1973 a primeira turma se forma e em 1975 o curso é reconhecido pelo Ministério da Educação. A necessidade de criar um curso de odontologia em Sergipe se deu como uma necessidade social de fortalecimento do campo odontológico, que buscava erradicar a atividade dos dentistas práticos.

**Palavras-Chave:** Ensino Odontológico. Faculdade Annibal Freire. História da Educação. Odontologia sergipana. Sociedade Odontológica de Sergipe.

## ABSTRACT

This study aimed to analyze the history of the formation of the field and the creation of the dentistry courses in Sergipe from 1925 to 1975. This is a historical research with an approach in Cultural History. The selection of the temporal cut (1925-1975) is justified by the fact that in 1925 the Faculty of Pharmacy and Dentistry of Sergipe was created, and in 1975 (50 years later), Sergipe had its first dentistry course recognized by Ministry of Education. In the development of the research we use printed and digitized documentary sources, in addition to the written sources we also support the bases of oral history, through semi-structured interviews, we still analyze some images that were being raised in the course of the study. During this work we dialogued with the concepts of Civilization Process of Norbert Elias and the concepts of field and capital of Pierre Bourdieu. In order to change the Higher Education framework in Sergipe, President Graccho Cardoso created in 1925 courses in pharmacy and dental surgery, which aimed to open new career paths for Sergipe youth, but the idea was interrupted after the change management. Only in the 1960s, with the creation of the Federal University of Sergipe, was the possibility of creating a dentistry course within the UFS, but intrigues within the field made it difficult to include the course at the new University, only in 1970 the course was created, in 1973 the first-class graduates and in 1975 the course is recognized by the Ministry of Education. The need to create a dentistry course in Sergipe occurred as a social need to strengthen the dental field, which sought to eradicate the activity of practical dentists.

**Keywords:** Dental Teaching. Annibal Freire College. History of Education. Dentistry in Sergipe. Sociedade Odontológica de Sergipe.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Imagem 01</b>	Faculdade de Medicina da Bahia (foto entre 1912 e 1919) .....	33
<b>Imagem 02</b>	Instituto de Química Arthur Bernardes (1931) .....	45
<b>Imagem 03</b>	Instituto Parreiras Horta, (1931) .....	46
<b>Imagem 04</b>	Hospital de Cirurgia. (1931) .....	47
<b>Imagem 05</b>	Formatura da dentista Laura Amazonas .....	57
<b>Imagem 06</b>	Diploma da dentista Laura Amazonas .....	58
<b>Imagem 07</b>	Jornal A Cruzada (1926) .....	61
<b>Imagem 08</b>	Palácio Serigy (1940) .....	84
<b>Imagem 09</b>	Editais de convocação de eleição para o corpo diretivo do CRO/SE (1969) .....	80
<b>Imagem 10</b>	Recorte de Jornal: edital de convocação para eleição de Delegado Eleitor CRO (1973) .....	85
<b>Imagem 11</b>	Entrevista de João Simões dos Reis (1966) .....	92
<b>Imagem 12</b>	Concessão de verba para a Escola de Odontologia (1966) .....	94
<b>Imagem 13</b>	Prédio adquirido pela SCFO .....	96
<b>Imagem 14</b>	Conferência com o Dr. Edrízio Barbosa Pinto (1/2) .....	102
<b>Imagem 15</b>	Conferência com o Dr. Edrízio Barbosa Pinto (2/2) .....	102
<b>Imagem 16</b>	Encontro com o Governador Lourival Batista .....	103
<b>Imagem 17</b>	Salas de aula do Hospital de Cirurgia .....	113
<b>Imagem 18</b>	Ambulatório A .....	119
<b>Imagem 19</b>	Convite de Formatura .....	126
<b>Imagem 20</b>	Missa Solene de Formatura .....	127
<b>Imagem 21</b>	Aposição da Placa de Formatura .....	128
<b>Imagem 22</b>	Formandos, patrono e paraninfo (1973) .....	129
<b>Imagem 23</b>	Formatura de Odontologia. Discurso do Paraninfo (Reitor) (1973) .....	130

<b>Imagem 24</b>	Certificado de Estágio da Prof. <sup>a</sup> Maria José de Moura (1973) .....	132
<b>Imagem 25</b>	Instalações Físicas do Curso de Odontologia .....	136
<b>Imagem 26</b>	Terceira turma de dentistas da UFS .....	138

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b>	Demonstrativo de fontes para a pesquisa, levantadas e copiadas .....	18
<b>Quadro 02</b>	Lista de livros sobre a história da odontologia pelo Brasil.....	24
<b>Quadro 03</b>	Os primeiros dentistas sergipanos formados.....	34
<b>Quadro 04</b>	Dentistas formados que não atuam na área (1920) .....	36
<b>Quadro 05</b>	Currículo do curso de Odontologia da FPOSE (1926) .....	49
<b>Quadro 06</b>	Currículo do curso de Farmácia da FPOSE (1926) .....	49
<b>Quadro 07</b>	Disciplinas do Curso de Odontologia das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia (1884) .....	50
<b>Quadro 08</b>	Estrutura administrativa da FPOSE.....	59
<b>Quadro 09</b>	Exportação em Sergipe (1919-1926) .....	64
<b>Quadro 10</b>	Estrutura administrativa da Sociedade Odontológica de Sergipe (1967) .....	75
<b>Quadro 11</b>	Estrutura administrativa da Sociedade Odontológica de Sergipe (1971) .....	78
<b>Quadro 12</b>	Composição da diretoria da Sociedade Civil Faculdade de Odontologia (1957) .....	88
<b>Quadro 13</b>	Composição da diretoria da Sociedade Civil Faculdade de Odontologia – 1964.....	90
<b>Quadro 14</b>	Composição da diretoria da Sociedade Civil Faculdade de Odontologia (1970) .....	105
<b>Quadro 15</b>	Faculdades e Escolas Superiores que deram origem à UFS .....	107
<b>Quadro 16</b>	Lista dos aprovados e suplentes do Curso de Odontologia da UFS (1970) .....	112
<b>Quadro 17</b>	Organização departamental do Curso de Odontologia da UFS (1973)	114
<b>Quadro 18</b>	Distribuição das Disciplinas do Ciclo Profissional do Curso de Odontologia.....	116
<b>Quadro 19</b>	Professores do Curso de Odontologia aprovados (1972-1973) .....	118
<b>Quadro 20</b>	Disciplinas do Curso de Odontologia (1973) .....	122

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABENO</b>	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO ODONTOLÓGICO
<b>ABO</b>	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA
<b>CAPE</b>	COMISSÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DO NÍVEL SUPERIOR
<b>CEMAS</b>	CENTRO DE EDUCAÇÃO E MEMÓRIA DO ATHENEU SERGIPENSE
<b>CFO</b>	CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA
<b>CONDESE</b>	CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SERGIPE
<b>CRO</b>	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA
<b>DOE</b>	DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO
<b>FNO</b>	FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ODONTOLOGISTAS
<b>FPOSE</b>	FACULDADE DE PHARMACIA E ODONOLOGIA DE SERGIPE
<b>GREPHES</b>	GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR
<b>IAPTEC</b>	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS
<b>IBGE</b>	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORAFIA E ESTATÍSTICA
<b>IHGSE</b>	INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE
<b>ITPS</b>	INSTITUTO DE TECNOLOGIA E PESQUISA DE SERGIPE
<b>INAMPS</b>	INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
<b>MEC</b>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
<b>PPGED</b>	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
<b>SCFO</b>	SOCIEDADE CIVIL FACULDADE DE ODONTOLOGIA
<b>SENAC</b>	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
<b>SESC</b>	SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
<b>SNFO</b>	SERVIÇO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DA ODONTOLOGIA
<b>SOS</b>	SOCIEDADE ODONTOLÓGICA DE SERGIPE

<b>UDN</b>	UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL
<b>UFS</b>	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
<b>UNESP</b>	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

## SUMÁRIO

<b>1. INICIANDO UMA HISTÓRIA.....</b>	<b>15</b>
<b>2. ENTRE OS REGULAMENTOS SANITÁRIOS A FACULDADE DE PHARMÁCIA E ODONTOLOGIA “ANÍBAL FREIRE” .....</b>	<b>30</b>
2.1 OS REGULAMENTOS SANITÁRIOS, A SITUAÇÃO DA SAÚDE E DA ODONTOLOGIA EM SERGIPE.....	31
2.2 A FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE SERGIPE: “FRUTOS DE UMA BATALHA SEM ÊXITO” .....	43
<b>3. DAS ENTIDADES ODONTOLÓGICAS À CRIAÇÃO DE UMA FACULDADE DE ODONTOLOGIA EM SERGIPE (1928 – 1970) .....</b>	<b>66</b>
3.1 A CRIAÇÃO DE UMA SOCIEDADE DE CIRURGIÕES DENTISTAS (1928 – 1967) .....	63
3.2 O CONSELHO DE ODONTOLOGIA EM SERGIPE E A REGULAMENTAÇÃO DE UM CAMPO PROFISSIONAL (1967-1973) ...	80
3.3 UMA FUNDAÇÃO PARA MANTER A FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE SERGIPE (1957-1970) .....	87
<b>4. ODONTOLOGIA NA UFS: A CONCRETIZAÇÃO DE UM SONHO.....</b>	<b>107</b>
4.1 O CURSO DE ODONTOLOGIA: PRIMEIROS PASSOS.....	111
4.2 UMA NOVA JORNADA: A LUTA PELO RECONHECIMENTO .....	131
<b>POSSIBILIDADES PARA UMA NOVA HISTÓRIA: CONSIDERAÇÕES ...</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>144</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>153</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>159</b>

## 1. INICIANDO UMA HISTÓRIA

Este estudo tem como objetivo **analisar e interpretar a história da formação do campo e a criação dos cursos de odontologia de Sergipe, no período de 1925 a 1975**. Trata-se de uma pesquisa histórica com abordagem na História Cultural. Com a finalidade de compreender os aspectos históricos da formação **do campo odontológico e do curso de odontologia no Estado de Sergipe**, buscamos identificar através das diversas fontes, os caminhos e a necessidade do curso para a formação de jovens que estavam em busca de sua profissão. Sendo assim, essa pesquisa poderá buscar caminhos que justifique a necessidade de o curso de odontologia ser implantado em Sergipe, bem como a formação do campo odontológico.

Desse modo, a partir das obras dos teóricos desta linha epistemológica, Histórica e Cultural, delimitou-se a pesquisa ao estudo do ensino de odontologia em Sergipe, buscando compreender especificamente, como se deu a formação do campo e a criação do curso de odontologia em Sergipe? No ritmo do desencadeamento deste objeto, algumas questões se formularam. Quem forma os professores responsáveis pela criação e institucionalização dos cursos de odontologia, destacando local de formação e formação recebida? Qual a contribuição dos dentistas no processo de criação dos cursos de odontologia em Sergipe? Quais as diferenças curriculares e na forma de ingresso nos cursos da Faculdade Anníbal Freire e o curso de odontologia da UFS?

Como objetivos específicos, buscamos identificar os professores que participaram da criação, institucionalização e desenvolvimento do ensino da odontologia, especificando onde foram formados e qual a sua formação; esclarecer como se deu a contribuição dos dentistas no processo de criação do curso de odontologia, como profissionais que iriam prestar um serviço importante para a saúde; explicar as diferenças curriculares e a forma de ingresso nos cursos apresentados pelas Faculdade Anníbal Freire e Curso de Odontologia da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

A escolha do recorte temporal (1925-1975) justifica-se pelo fato de que no ano de 1925 foi criada a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Sergipe, sendo que a criação dessa faculdade teve como finalidade, baseado na reforma sanitária implementada no Estado,

extinguir a atividade dos dentistas práticos (charlatões<sup>1</sup>) que exerciam a odontologia nos diversos cantos do território sergipano. Então, o objetivo era o de criar um curso pautado nas normas e regras do sanitarismo e dos princípios da cientificidade e, em 1975 (50 anos depois), Sergipe tem seu primeiro curso de odontologia reconhecido pelo Ministério da Educação através da Universidade Federal de Sergipe, por meio do Decreto nº 76.025, de 25 de julho de 1975. Mesmo com a institucionalização da UFS em 1968, o Curso de Odontologia tem sua criação em 1969 e início em 1970, sendo reconhecido somente depois de ter formado três turmas de dentistas e de diversas reformulações em sua conjuntura.

O interesse pelo objeto deste estudo teve início quando fomos para o lançamento do livro “História e Memória - UFS (1968-2012)”, de autoria da professora Eliana Souza<sup>2</sup>, em maio de 2015. Na ocasião, tivemos a oportunidade de assistir à apresentação do livro feito pela autora. Souza (2015) informa que a finalidade do estudo foi a de descrever como se deu o processo de implantação da Universidade Federal de Sergipe, a construção da cidade universitária, o crescimento acadêmico e a expansão física da UFS, pelo interior de Sergipe, por meio da educação a distância ou presencial. Ao folhear o livro, fomos buscar informações a respeito do curso de odontologia, mas poucas foram as que encontramos e ao ler o objetivo daquele trabalho observamos que o intuito do livro não era contar a história dos cursos, mas sim da Universidade.

O presente estudo, pautado na linha de pesquisa de História da Educação, da área intitulada “História, sociedade e pensamento educacional” do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED, torna-se relevante por ser uma abordagem que auxiliará no campo da história da educação, facilitando a compreensão de como se deu a criação do curso e formação dos profissionais da odontologia em Sergipe, favorecendo assim um entendimento social e educacional acerca da formação dos estudantes da área da saúde no século XX, bem como possibilitando a abertura de caminhos para que novas interpretações dessa história possam ser desenvolvidas, assim como ocorreu em outros campos de formação, a odontologia poderá ser vista e revista, com diversas lentes.

---

<sup>1</sup>Figueiredo (1913, p.427) diz que: “Charlatão *m.* Aquelle que publicamente vende drogas, apregoando exaggeradamente a virtude dellas. Aquelle que explora a bôa fé do público; impostor. (It. *ciarlatano*, de *ciarlare*, charlar)”. Porém algo que nos chamou atenção foi que no mesmo Dicionário, Figueiredo (1913, p.589) coloca dentista como sinônimo (ou palavra da mesma família) de charlatão, ao passo que define dentista como aquele que trata de moléstias dentárias e que tem por ofício tirar dentes.

<sup>2</sup> Em 14 de maio de 2015 foi lançado no hall da Reitoria da Universidade Federal de Sergipe o primeiro estudo cuja proposta foi a de narrar historicamente a criação, implantação e funcionamento da Universidade Federal, desde a sua implantação em 15 de maio de 1968 a final da gestão do reitor Josué Modesto dos Passos Sobrinho e a posse do novo reitor Ângelo Antonioli. O estudo apresenta também um levantamento criterioso de fotos colhidas em diversos acervos em Sergipe, desde institucionais aos particulares.



O registro da implantação do curso de odontologia em Sergipe pode ser encontrado em diversos documentos (tais como decretos, atas, estatutos, leis e regulamentos - grande parte deles publicados no Diário Oficial do Estado de Sergipe - bem como fotografias e matérias de jornais) os quais estão disponíveis em acervos (como no Arquivo Central da UFS, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no Arquivo Público do Estado de Sergipe, na Biblioteca Pública Epifânio Dórea, no Conselho Regional de Odontologia, no Conselho Estadual de Educação), além dos locais referidos também visitamos o Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe – ITPS, o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense – CEMAS e Arquivo Geral da Saúde do Estado, porém não encontramos nenhuma informação sobre este objeto de estudo. Recebemos autorização da Superintendência da Fundação Parreiras Horta (antigo Instituto Parreiras Horta) para pesquisa no arquivo, contudo o responsável pelo serviço não se dispôs a contribuir com a solicitação aprovada e, por último tentamos acesso ao arquivo do Hospital de Cirurgia, mas fomos informados que não havia no arquivo da instituição documentos referentes ao período estudando.

Também tivemos acesso a alguns documentos digitalizados, disponibilizados nas hemerotecas do site da Biblioteca Nacional (localizamos jornais do Rio de Janeiro, que faziam referência ao estado de Sergipe) e da Universidade Federal de Sergipe em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (encontramos periódicos sergipanos).

Quadro 01. Demonstrativo de fontes para a pesquisa, levantadas e copiadas.	
Tipo de documento	Local
Atas de Reunião da Sociedade Odontológica de Sergipe	Conselho Regional de Odontologia de Sergipe
Atas de Reunião Conselho Regional de Odontologia - Sergipe	Conselho Regional de Odontologia de Sergipe
Lista dos Profissionais inscritos no Conselho Regional de Odontologia de Sergipe	Conselho Regional de Odontologia de Sergipe
Manuscritos e registros datilografados do dentista e Prof. Lélío Fortes	Acervo da Família do dentista e Prof. Lélío Fortes
Cartas, telegramas, ofícios, portarias, resoluções, declarações, relatórios, normas, referentes a UFS, a Associação Brasileira de Odontologia, a Sociedade Odontológica de Sergipe, da Sociedade Civil Faculdade de Odontologia de Sergipe e ao Conselho Regional de Odontologia - Sergipe.	Acervo da Família do dentista e Prof. Lélío Fortes
Ficha de inscrição de alguns membros da Sociedade Odontológica de Sergipe	Acervo da Família do dentista e Prof. Lélío Fortes
Fotografias dos primeiros professores e dos primeiros alunos formados na UFS, do Curso de Odontologia	Acervo da Família do dentista e Prof. Lélío Fortes
Jornais de Sergipe, Leis e Decretos Estaduais	Hemeroteca do Instituto Histórico, Geográfico de Sergipe, Arquivo Público do Estado de Sergipe e Biblioteca Pública Epifânio Dórea
Documentos diversos dos professores contratados pela UFS (1973-1978)	Arquivo Central UFS
Documento referentes ao reconhecimento do Curso de Odontologia	Arquivo Central UFS

Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Além das fontes escritas, entendemos que os relatos de ex-alunos e de ex-professores que frequentavam a instituição durante o período pesquisado são importantes por contribuir no esclarecimento dos mais diferenciados aspectos do campo de ensino superior relativo a odontologia. Assim sendo, as entrevistas nos auxiliam a elucidar lembranças dos docentes e dos discentes, do período em questão, na tentativa de visualizar possíveis relações sociais presentes no espaço acadêmico estudado. Com isso, e baseado em François (2008) compreendemos que a História Oral, além de estabelecer uma relação entre o historiador e os sujeitos da história, suscita novas documentações e objetos. Poucos campos da pesquisa histórica na atualidade ilustram melhor do que a História Oral como a pesquisa empírica de campo e a reflexão teórica sobre a problemática e os métodos que estão intrinsicamente ligados.

Quando buscamos estudar os métodos utilizados nas pesquisas sobre História Cultural, identificamos a necessidade de ter um conceito para o melhor entendimento do que seria “História Cultural”, entretanto, a dificuldade encontrada pelos estudiosos e pesquisadores em estabelecer uma concepção para o tema, nos conduz às características, aos objetos de estudo e aos métodos de análise dos seus objetos, mas nenhuma definição. Dentre os autores pesquisados encontramos em Falcon (2002, p. 79-80) um conceito oposto ao que buscávamos, ao invés de “o que é História Cultural”, encontramos o que ela não é:

A história cultural não é, em primeiro lugar, uma entre as muitas outras disciplinas históricas especializadas e definidas em função das respectivas temáticas. Em segundo, não é um certo tipo de enfoque ou abordagem (ou, pelo menos, não seria somente isso); e em terceiro lugar, não é apenas um “espaço” ou uma “dimensão do real” como algo distinto ou separado ou até situado em termos hierárquicos, e definido em relação a outros espaços/regiões (ou “níveis”) desse modo real [...] Não é uma disciplina [...] não é, ou não deveria ser, uma simples denominação aplicada a um campo de estudos constituídos de objetos e/ou temas específicos aos quais corresponderia determinado *lugar* no plano da realidade histórica.

Com esse conceito inverso, o autor nos faz ter um entendimento mais aprofundado do que vem ser a História Cultural. No conceito explicitado por Falcon (2002) é possível ter as dimensões limítrofes do conceito, mas é possível inferir a História cultural como sendo assim um campo amplo de estudo, não específico, que pode abordar áreas anteriormente pouco valorizada pelos estudiosos.

Burke (2006) afirma que não existe concordância sobre o que constitui História Cultural, na busca deste conceito seria mais adequado adaptar a concepção de homem ilustrada pelos existencialistas e dizer que a História Cultural não tem essência. Só podendo ser concebida em termos de nossa própria história. Ele esclarece um pouco mais essa questão de tentarmos dar uma definição quando faz uma ligação entre o que vem a “ser” História Cultural com o “fazer” do historiador cultural, pois, para o autor, “o historiador cultural abarca artes do passado que outros historiadores não conseguem alcançar” (BURKE, 2008. p. 8). Desse modo, consegue acalmar a ânsia por uma definição ao sugerir deslocar a atenção dos objetos para os métodos de estudo como uma possível solução para o problema da definição em questão. Outros autores fazem considerações acerca do tema, um exemplo deles é Barros (2003, p. 145) onde ele diz o seguinte:

História Cultural é um campo do saber historiográfico atravessado pela noção de 'cultura'<sup>3</sup> (da mesma maneira que a História Política é o campo atravessado pela noção de 'poder', ou que a História Demográfica funda-se essencialmente sobre o conceito de 'população', e assim por diante).

Assim, não há um devido entendimento da História Cultural sem que se compreenda o que é cultura e os fatores que a ela estão atrelados. Bem como escreve Barros (2003) que não há como entender História política sem que se entenda as noções de poder e os seus aspectos.

Conceituar a história cultural, segundo Burke (2008), não é uma questão fácil devido ao fato dela ser multi e interdisciplinar, não sendo, portanto, monopólio do historiador; em outras palavras, começa em diferentes lugares, diferentes departamentos do meio acadêmico, e ainda pode ser estudada fora dos muros das universidades.

Entendendo que a história cultural não se limita a analisar apenas a produção cultural literária e artística, não estaremos, neste momento, utilizando tal expressão para nos referir a esta ou aquela corrente histórica mais recente, mas, sim, para designar toda historiografia que se tem voltado para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada.

A memória e a narrativa histórica têm importância para a história da educação, por contribuir não só com a ordenação de vestígios, mas também com a releitura desses vestígios. Sendo assim, rememorar os fatos ocorridos é uma tentativa de reconstruir um passado, destacando os caminhos percorridos, suas raízes, origens e essência. Como fundamentação teórica, utilizaremos os conceitos de campo, capital cultural e capital simbólico, com base nos escritos de Bourdieu (1979, 2003, 2016) e a teoria do processo civilizador de Norbert Elias (2011a, 2011b).

Em sua teoria, Norbert Elias procura compreender o curso das transformações gerais da sociedade, que se sucederam ao longo e na direção de um processo de civilização. Segundo o autor, esse conjunto colabora para uma modificação da afetividade do comportamento e experiência humanos, e para o controle de emoções individuais por imposição externa e autocontrole (ELIAS, 2011a). Esse conceito foi utilizado quando abordamos as questões ligadas

---

<sup>3</sup> Cultura é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história (CUCHE, 1999, p. 21). Chamamos cultura a todo conjunto etnográfico que, do ponto de vista da investigação, apresenta, em relação a outras, desvios significativos. [...] O termo cultura é empregado para reagrupar um conjunto de desvios significativos cuja experiência prova que os limites coincidem aproximadamente (LÉVI-STRAUSS, 1974, p.20-21 *apud* PROST, 1998). Para Bourdieu (2016, p. 0 2) “a noção de cultura é tomada em um duplo sentido: no sentido estrito, referindo-se a “trabalhos culturais” e o sentido antropológico, designa as formas de fazer, sentir, pensar específico para uma comunidade humana”.

às mudanças sanitárias que ocorreram em Sergipe durante a Primeira República, mudanças essas feitas sempre em busca da civilidade.

Ao que se refere ao campo, Bourdieu (2003) o define como um sistema de desvios de níveis diferentes e nada, nem nas instituições nem mesmo nos agentes que eles produzem, tem sentido se não estiverem relacionados por meio de um jogo de oposições de distinções. Os campos se apresentam como espaços sociais, mais ou menos restritos, onde as ações dos seus agentes se dão dentro de uma normatização, criada e transformada constantemente por essas próprias ações. Segundo Bourdieu (2016) o campo cultural funciona como um sistema de classificação com base em uma hierarquia que vai desde o legítimo pelo menos legítimos. O conceito de campo será abordado quando as duas sociedades que existiram em Sergipe (Sociedade Odontológica de Sergipe e Sociedade Civil Faculdade de Odontologia de Sergipe), em nome da Odontologia, estiverem postas em discussão, bem como quando formos tratar das disputas que ocorreram dentro delas.

O conceito de capital, em primeira análise, apresenta uma abordagem ligada às ciências econômicas. Essa analogia pode ser explicada pelas propriedades reconhecidas ao capital: ele pode ser acumulado através de operações de investimento, bem como pode ser transmitido através de herança, pode gerar lucros se bem aplicado, e tem suporte para operar os investimentos mais rentáveis em vários campos sociais (BOURDIEU, 2016).

Já em relação ao capital simbólico Bourdieu (2003, p. 145) diz que ele não é outra coisa senão o capital, independentemente de sua natureza, “quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio”. Esse conceito visa integrar as ideias de capital financeiro, capital cultural e capital social. E aquele que detém o capital simbólico é quem constitui a verdadeira classe dominante, porque detém o poder social que é produzido de forma interativa. Tomaremos de empréstimo este conceito para discutir a função do Conselho Regional de Odontologia em Sergipe.

Segundo Bourdieu (1979) a noção de capital cultural foi construída para explicar o desempenho educacional desigual, inicialmente buscava-se enfatizar instrumentos necessários para mostrar a distribuição desigual de bens culturais (por exemplo, a arte) entre as classes. As propriedades do capital cultural existente nelas incorporadas, ou seja, internalizadas como uma oferta permanente e sustentável (*habitus*) são quase redutíveis ao fato de que as classes são formas de indivíduos de capital identificadas: a acumulação desse tipo de capital demanda tempo, requer um investimento pessoal e a sua acumulação é limitada pelos limites biológicos de seu suporte.

O capital cultural pode existir em três formas: no estado corporificado, ou seja, sob a forma de disposições de longa duração da mente e do corpo; no estado objetivado, na forma de bens culturais (imagens, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, etc.), o capital cultural no estado objetivado é transmitido instantaneamente e formalmente em sua materialidade, mas as condições de suas leis de propriedade específicas estão sujeitas à mesma transmissão como o capital cultural no estado incorporado, e no estado institucionalizado de qualificações educacionais, que, assim como o dinheiro, é relativamente independente do detentor do título. Esta forma certificada e garantida de capital cultural permite entender o problema das funções sociais do sistema de ensino e sua relação com o sistema econômico (BOURDIEU, 1979; 2011).

Dessa forma, entendemos então que o capital cultural indica aquisição de conhecimento e informações relativos a uma cultura específica, aquela que a sociedade considera como a mais autêntica ou superior, em termos gerais, o capital cultural está relacionado à posse de determinadas informações, aos gostos e atividades culturais. Quando formos tratar do curso de odontologia na Universidade Federal de Sergipe no valeremos desse conceito de capital para compreender como ele era adquirido e qual era sua função social.

Na tentativa de encontrar trabalhos que evidenciam a história do curso de Odontologia, buscamos nas plataformas digitais (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - Universidade Federal de Sergipe, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Banco de Teses da CAPES, Domínio Público, Biblioteca Digital da Universidade de São Paulo, Scielo, Google Acadêmico), porém, não foi encontrada nenhuma publicação que tratasse da história da criação e implantação do curso de odontologia no Estado de Sergipe. Buscando na Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe encontramos o livro “UFS – história dos cursos de graduação”, no qual há um capítulo da professora do departamento de odontologia, Edith Maria Bastos Paixão, onde ela conta a história do curso de odontologia na UFS.

Contudo, encontramos diversos trabalhos que dizem respeito a história da criação do curso em outros estados como o livro de Jorge Honório M. Brito (1998) que conta a história dos 100 anos do curso de odontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no qual o autor divide a história em quatro períodos, o primeiro vai do ano de sua criação 1898 até o ano de 1922 onde o curso foi interrompido por falta de alunos, o segundo período vai de 1932, com a reabertura do curso até o ano de 1949, quando o curso passa a ser Escola deixando de ser anexo da Faculdade de Medicina, o terceiro período se estende até o ano de 1972 quando ocorre a implantação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o quarto período segue até o ano do centenário da instituição; Clovis Pagani juntamente com Iara Carolina Friggi Kogiso (2010) em seu livro a história dos 50 anos da Faculdade de Odontologia de São José dos Campos

(Universidade Estadual Paulista – UNESP) 1960-2010, abordam aspectos históricos da cidade de São José dos Campos, bem como a criação da UNESP, discorrem sobre o corpo docente, técnico e administrativo ao longo da existência da Faculdade de Odontologia, abordando também os aspectos legais da criação da instituição, é um livro bastante ilustrado que ajuda a entender melhor o contexto cultural da época.

Luiz Pessoa da Silva (1980), em seu livro, traça a história da Faculdade de Direito e Odontologia de Caruaru-PE, abordando os dois momentos em que o curso de Odontologia tentou ser implantado naquela cidade, tendo seu êxito no segundo momento; Odilon de Amorim Garcia (2008) conta em seu livro a História da Faculdade de Odontologia do Rio Grande do Norte, uma história fruto da memória documental de sua própria memória como Prof. Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no trabalho ele relata momentos vividos e as conjecturas administrativas da direção que sugeriam como metas o aperfeiçoamento e o intercâmbio da classe odontológica.

Cesário de Moraes Leonel Ferreira (2004) trata em seu livro da história da Escola de Odontologia de Itapetininga e das retaliações sofridas pela terra natal de Júlio Prestes por Getúlio Vargas. Macedo *et al.* (2011) faz um breve esboço histórico de como se deu a criação do curso de odontologia na Universidade Federal do Piauí em um artigo publicado na Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva.

Obras que tratam da história da odontologia em alguns estados do país também podem ser encontradas na internet, como pode ser observado no quadro 02, bem como algumas que buscam contar a transformação histórica da odontologia no Brasil.

Quadro 02: Livros sobre a história da odontologia pelo Brasil.<sup>4</sup>

<b>Título do Livro</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano</b>
<b>Histórias da odontologia alagoana</b>	Adelmo Farias Barbosa	2011
<b>História da odontologia em Pernambuco</b>	Leduar de Assis Rocha	1963
<b>História da Odontologia no Brasil</b>	Ernesto Salles Cunha	1931
<b>50 anos. Faculdade de Odontologia de São José dos Campos – UNESP. 1960-2010</b>	Clovis Pagani; Iara Carolina Friggi Kogiso	2010
<b>Faculdade de odontologia: Cem anos de história. 1898-1998</b>	Jorge Honório M. Brito	1998
<b>História da Faculdade de Direito e odontologia de Caruaru</b>	Luiz Pessoa da Silva	1980
<b>A história da faculdade de odontologia - UFRN</b>	Odilon de Amorim Garcia	2008
<b>Uma História da Escola de Odontologia de Itapetininga</b>	Cesário de Moraes Leonel Ferreira	2011
<b>Odontologia no Brasil durante o século XX</b>	Elias Rosenthal	2001
<b>História da Odontologia no Brasil: O currículo e a legislação de 1856 a 1931</b>	Mário André M. Couto Ferrari e Maria Ercília de Araujo	2015

FONTE: Quadro elaborado pelo autor a partir de levantamento.

Destacando outras produções que mais se aproximam do objeto de estudo, contribuindo com dados de grande valia, Santana (1997) em sua dissertação, explana a questão da saúde no estado de Sergipe no século XX e Silva (2006) relata a história da medicina em Sergipe, ambos trazem informações importantes sobre o início da odontologia científica em Sergipe e a criação da Faculdade Anníbal Freire. A dissertação de Carmo (2011) trata da história do curso de ciências biológicas na UFS entre os anos de 1969 e 1983, porém não encontramos dados sobre a odontologia, visto que não era o propósito da pesquisa. Bretas (2014) aborda a criação da UFS

<sup>4</sup> Esta lista confeccionada pelo autor traz apenas alguns exemplos de livros que tratam da História do campo da Odontologia ou do Ensino, não é uma lista completa visto que esses foram apenas os quais tivemos conhecimento e/ou acesso.



bem como, aspectos históricos, políticos e a formação da comunidade acadêmica, entretanto sua pesquisa se restringe ao recorte temporal de 1950 a 1970, Eliana Souza (2015) faz um levantamento histórico da UFS entre os anos de 1968 e 2012, no qual ela narra o processo que conduziu a implantação da Universidade Federal de Sergipe, a construção da cidade universitária, o crescimento acadêmico, e a expansão física da UFS pelo interior do estado de Sergipe, por meio do ensino à distância ou presencial, mas não dedicou-se ao estudo do curso de odontologia, dessa forma podemos perceber a necessidade da organização de uma história da odontologia sergipana, pois outras profissões já tiveram suas histórias abordadas na literatura sergipana, a exemplo da medicina abordada por Silva (2006) e Santana (2005), e assim buscamos fazer com a odontologia.

Dessa forma, o presente estudo se trata de uma pesquisa na qual buscou-se a análise de documentos (jornais do período estudado, leis, decretos, estatutos, atas, pedido de reconhecimento do curso de odontologia, atos normativos, estrutura curricular, mapas de aproveitamento de alunos do curso de odontologia, currículo mínimo do curso), sendo perfeitamente adequado tal modelo de pesquisa. “O que caracteriza esse saber é a capacidade de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (GINZBURG, 1990, p.152). Os documentos que foram analisados estão disponíveis em diversos acervos, citados anteriormente e, para sua análise, primeiramente foram levantados todos os materiais, identificados e posteriormente digitalizados para o arquivo pessoal. Aqueles que já estavam digitalizados foram copiados com autorização dos detentores do direito autorais (ou de posse).

Para identificação dos professores e alunos, foi feito um levantamento a partir dos documentos oficiais e jornais de circulação na capital sergipana e, posteriormente, viabilizado contato para agendamento de entrevista que foi feita de forma semiestruturada. De acordo com Bosi (2003), a história, que se apoia apenas em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem por trás dos episódios, deste modo a memória oral se faz um instrumento precioso se desejamos construir crônicas do cotidiano.

Baseado nesse argumento, e no alargamento das fontes que a História Cultural oferece, foi utilizado como ferramenta de pesquisa a interpretação a partir da História Oral, objetivando buscar reconstruir a memórias da implantação do Curso de Odontologia em Sergipe, bem como dos profissionais que contribuíram para a formação dos profissionais da odontologia.

As pesquisas baseadas na História Oral se favorecem de meios teóricos de diferentes áreas relacionadas às ciências humanas, pois trata-se de método interdisciplinar por excelência. Adotar os modelos que estão na base da História Oral não significa abdicar da capacidade de

expandir o conhecimento que ela proporciona sobre o passado, pelo contrário, saber onde nos situamos ao trabalhar com um dado método auxilia a melhor aproveitar o potencial que ela oferece. Uma das prerrogativas mais relevantes da História Oral resulta exatamente do fascínio da experiência vivida pelo sujeito entrevistado, que torna o passado mais tangível e faz da entrevista um canal bastante atraente para que as informações sobre o que aconteceu possam ser divulgadas. Esse mérito exige responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga as entrevistas, pois é preciso ter bem definida a ideia de que a entrevista não é uma imagem fiel do passado (ALBERTI, 2008).

A História Oral não gera apenas novos objetos e uma nova fonte documental, como também estabelece uma relação entre o historiador e os sujeitos da história, diferente da relação entre aquele e os documentos, porém, essa relação historiador/sujeito é mais perigosa e temível, pois uma testemunha não se deixa manipular tão facilmente quanto uma série de estatísticas, e o encontro propiciado pela entrevista promove interações sobre as quais o historiador tem somente o domínio parcial. E, na medida que se constitui num cruzamento com os sujeitos da história, pode contribuir para a transformação do eterno problema da pertinência social da mesma, assim como o do lugar e do papel do historiador (FRANÇOIS, 2008).

Sobre a história oral é fundamental observar que:

Possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Esse tipo de projeto propicia sobretudo fazer da história uma atividade mais democrática, a cargo das próprias comunidades [...]. O método da história oral possibilita o registro de reminiscências das memórias individuais; enfim, a reinterpretação do passado [...] (THOMPSON, 1992, p.18).

E essa multiplicidade de narrativas nos permite observar pontos que são comuns e divergentes na versão contada por cada narrador, e torna possível a interpretação do passado em várias visões. Assim, ao cruzarmos essas informações com as diferentes fontes encontradas, podemos escrever uma história mais próxima da realidade daquela época.

A amostra para as entrevistas foi determinada no decorrer da pesquisa, entre os anos de 2016 e 2017, pois entrevistamos apenas os professores e ex-alunos que conseguimos contato e aqueles que concordaram em conceder-nos entrevista, no total de 06. Entrevistamos 02 ex-professores Afrânio José de Bastos (baiano, veio para Sergipe na década de 1960 a serviço dos Correios, foi membro e presidente da Sociedade Odontológica de Sergipe, membro da Sociedade Civil Faculdade de Odontologia de Sergipe, Professor do Curso de Odontologia da UFS e Vice-Diretor da Faculdade de Ciências Médicas da UFS) e Tânia Maria de Guimarães

Fortes (sergipana, neta do dentista Arício Fortes e filha do também dentista e professor da UFS Lélío Fortes, formou-se na Faculdade de Odontologia da Bahia e foi Professora do Curso de Odontologia da UFS de 1979 a 2016.), 02 ex-alunos Antônio Rezende de Almeida (sergipano, foi um dos primeiros alunos do Curso de Odontologia da UFS, porém formou-se pela Faculdade de Odontologia de Caruaru, foi professor do Curso de Odontologia da Universidade Tiradentes e atua como empresário no campo da Odontologia) e João de Andrade Garcez Filho (sergipano, filho do dentista, ex-professor do Curso de Odontologia da UFS e ex-governador de Sergipe João de Andrade Garcez, formou-se em odontologia pela UFS, foi professor temporário do curso de odontologia e atua como dentista.), 01 ex-aluna e ex-professora Edith Bastos Paixão (sergipana, filha do dentista Valter Bastos, formada em Odontologia pela UFS e foi professora do Curso de Odontologia da UFS.) e 01 ex-aluna e professora Rosa Maria de Viana Bragança Garcez (sergipana, dentista formada pela UFS e professora do Curso de Odontologia desde 1980). O critério utilizado para escolha foi ter feito parte, de alguma maneira, do Curso de Odontologia da UFS, e foram esses os que conseguimos contato.

Durante a pesquisa, encontramos algumas imagens que nos auxiliaram a compreender mais o contexto histórico da época. Segundo Burke (2004), independentemente de sua qualidade estética, qualquer imagem pode servir como evidência, elas são especialmente valiosas como evidência da cultura material do passado. Imagens são capazes de testemunhar o que não pode ser expresso em palavras, nos possibilitando imaginar o passado de uma maneira mais vívida. Embora os textos forneçam indícios valiosos, as imagens constituem-se como um guia para o poder de representações visuais de culturas passadas.

Esta pesquisa está relacionada com estudos em andamento no “Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior” (GREPHES)<sup>5</sup> conduzido pela professora Dr.<sup>a</sup> Josefa Eliana Souza, o Grupo tem como objetivo investigar as transformações históricas verificadas no âmbito do ensino superior, tendo como objeto principal a Universidade Federal de Sergipe/UFS. O Grupo também tem, em seu rol, pesquisas que buscam investigar as trajetórias de intelectuais da educação, representações, práticas pedagógicas, criação, circulação e difusão de impressos da UFS e de outras instituições superiores, entre trabalhos, dissertações,

---

<sup>5</sup> Criado em 2011, o GREPHES já conta com uma quantidade relevantes de trabalhos produzidos, dos quais destacamos a dissertação intitulada “Entre fatos e relatos : as trajetórias de Carmelita Pinto Fontes e Rosália Bispo dos Santos na educação sergipana (1960-1991)” de Maciel (2016), Santana (2016), Silva (2014), Matos (2013), Santos, (2011), Carmo (2011), além das pesquisas para teses em andamento de Silva, Maciel, Santana, Guimarães e Santos, as pesquisas para dissertação em andamento de Santos e Souza dentre outros trabalhos apresentados em congressos e publicados em revistas.

teses e livros, a exemplo do livro “História e Memória: Universidade Federal de Sergipe (1968-2012)” lançado em 2015.

Assim, acreditamos que esta pesquisa poderá esclarecer questões relacionadas ao ensino de odontologia em Sergipe e ampliar o nosso entendimento sobre a educação pública superior em Sergipe. O fato de ser graduado em odontologia e nada saber sobre a história da profissão em Sergipe nos fez querer descobrir como a odontologia se desenvolveu em terras sergipanas. Um outro ponto que nos chamou a atenção foi o fato de não existir em Sergipe trabalhos que tratem, de forma mais ampla, acerca da história da profissão como acontece no campo da medicina e do direito, que possuem uma vasta bibliografia produzida.

A linguagem encontrada nos documentos pesquisados foi mantida sem nenhuma alteração nas citações e isso foi feito com a intenção de dar fidelidade àquilo que estava escrito, sem que fosse feita a modernização da escrita para que nenhum aspecto importante pudesse ser alterado, visto que a linguagem utilizada não prejudica o entendimento.

Para uma melhor compreensão e com o intuito de sistematizar esta dissertação, ela encontra-se dividida em quatro seções. Na primeira seção destacamos a introdução, intitulada **“Iniciando uma história”**, onde apresentamos os caminhos teóricos e metodológicos que guiaram a pesquisa, nesse espaço também esclarecemos o leitor acerca do recorte temporal da pesquisa, justificamos a importância deste trabalho, apontamos as obras que mais se aproximam do objeto deste estudo, indicamos os locais onde realizamos a pesquisa, as fontes utilizadas e expomos nossos objetivos para este trabalho.

Na segunda seção, **“Entre os Regulamentos Sanitários a Faculdade de Pharmacia e Odontologia Annibal Freire”**, abordamos a reforma sanitária que se iniciou em Sergipe no início do século XX e que prosseguiu durante o governo de Graccho Cardoso (1922-1926), o que culminou em mudanças no estado de Sergipe, entre essas mudanças a criação do Hospital de Cirurgia, do Instituto de Química, do Instituto Parreiras Horta e da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Sergipe.

Em sua terceira seção, **“Das Entidades Odontológicas à Criação de uma Faculdade de Odontologia em Sergipe”**, buscamos abordar questões sobre ensino e luta pela estruturação do campo da odontologia, desde a criação da Sociedade Odontológica Sergipana (SOS) em 1928, a Sociedade Civil Mantenedora da Fundação Faculdade de Odontologia de Sergipe fundada em 1957, os desentendimentos entre os membros das referidas sociedades, bem como a criação do Conselho Regional de Odontologia e da Fundação Faculdade de Odontologia de Sergipe.

Na quarta seção, **“Odontologia na UFS: a concretização de um sonho”**, o foco foi o curso de odontologia na Universidade Federal de Sergipe, da conclusão das primeiras turmas de cirurgiões dentistas formadas em Sergipe até o reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação no ano de 1975.

Na seção **“Possibilidades para uma Nova História: considerações”** fizemos algumas considerações a respeito do que foi abordado no decorrer deste trabalho. E por fim apresentamos alguns apêndices e anexos. Esta pesquisa reúne informações que poderão trazer luz para alguns pontos da história da educação odontológica no território sergipano, bem como ajudar na ampliação dos campos de pesquisas em história da educação, pois evoca temas que não são de conhecimento comum da academia, nem mesmo dos profissionais da área da odontologia.

## **2. ENTRE OS REGULAMENTOS SANITÁRIOS SURGE A FACULDADE DE PHARMÁCIA E ODONTOLOGIA “ANNIBAL FREIRE” (1926).**

Durante a primeira década do período Republicano, Sergipe teve vinte e dois indivíduos ocupando o cargo de Executivo (participando das juntas provisórias ou governando isoladamente) (DANTAS, 2004). Devido ao surto de gripe espanhola que assolou o Estado em 1918, vitimando 25910 indivíduos e levando 997 a óbito, uma comissão da Diretoria de Saúde Pública veio a Sergipe em 1919 e passou a oferecer orientações mais aprimoradas de política sanitária (SANTANA, 2005). No ano de 1920, em meio a vários eventos em comemoração dos 100 anos de autonomia política de Sergipe em relação ao Governo da Bahia, o presidente do Estado, lembrava, em mensagem à Assembleia Legislativa, que o Estado ainda possuía muitas áreas pantanosas. Desafiados por constantes epidemias, os governantes vinham tentando cuidar do saneamento e aperfeiçoar os procedimentos na saúde pública. Porém, por falta de auxílio federal a evolução se tornava lenta (DANTAS, 2004).

Até as duas primeiras décadas do século XX as condições de saúde em Sergipe estavam aquém dos avanços do seu tempo, movidas por interesses pessoais, esquecida dos valores morais e dos conhecimentos científicos. Andrade (1920) relata que a condição de pobreza do Estado contribuía para que a situação sanitária permanecesse inalterada por longos anos. Faltava água tratada, esgotamento sanitário adequado e higiene das casas, além do descaso com a conservação das matas e das nascentes de água. Havia uma apatia geral da população e das autoridades administrativas para reverter esse quadro insalubre.

Segundo Silva (2006), a economia sergipana girava em torno da indústria da cana de açúcar e da pecuária. Os senhores de engenhos e os fazendeiros detinham o poder político. Seus herdeiros, sabendo das oportunidades em Aracaju, começaram a migrar para a cidade. E como afirma Del Priore (2011), mesmo com os problemas de abastecimento, higiene e habitação, as cidades seduziam pela gama de oportunidades que ofereciam, especialmente de mobilidade social e econômica. Esses jovens sabiam que as oportunidades de conquistar status socioeconômico estavam nos estudos e nas formaturas dos cursos superiores. Entretanto, como ainda não existiam esses cursos em Sergipe, quem desejasse cursar Medicina, Direito, ou qualquer curso de formação superior teriam necessariamente que estudar em outras cidades, sendo as mais procuradas pelos sergipanos, o Rio de Janeiro, Salvador e Recife (SILVA, 2006).

Várias foram as tentativas de instalação de cursos superiores em Sergipe, segundo Barreto (2003) em 1898, o então presidente da província Daniel de Campos imaginou ser possível implantar uma Academia Livre de Direito, com o intuito de suprir o Estado com uma

Escola de nível superior. Foi em 1913, com a fundação do Seminário Diocesano, que Sergipe ganhou o seu primeiro curso superior, no qual eram formados bacharéis em Ciências Eclesiásticas. Em 1925, Graccho Cardoso também teve a ideia de criar uma Faculdade de Direito, mas a ideia não foi adiante, assim como a Faculdade de Farmácia e Odontologia criada no mesmo ano. A criação desta última Faculdade nos chamou bastante a atenção, pois não conseguimos compreender o motivo que levou ao então governador criar um curso de Farmácia e um de Odontologia, e não uma de medicina, já que as ações sanitárias propostas durante seu governo e até mesmo anterior a ele estavam mais correlacionadas com o campo da medicina. Um outro fato que pode chamar a atenção é, por que a referida Faculdade não tinha dentistas em seu corpo docente? Isso se deu porque o curso era formado em dois complementos o primeiro de formação básica e um segundo de formação prática, e seria nesse segundo complemento que os dentistas entrariam no corpo docente.

## 2.1 OS REGULAMENTOS SANITÁRIOS, A SITUAÇÃO DA SAÚDE E DA ODONTOLOGIA EM SERGIPE.

Santana (2005) mostra que o início do período republicano foi marcado pela iniciação de práticas sanitárias voltadas para algumas doenças, especialmente àquelas que interferiam nos processos econômicos. Porém, tais práticas estavam voltadas para os Estados economicamente desenvolvidos. Ao contrário do que acontecia nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, o que ocorreu em Sergipe foi basicamente uma continuidade das políticas de saúde desenvolvidas durante o período Imperial. As ações sanitárias por aqui permaneceram em regime ocasional sendo concentradas apenas em situações epidêmicas.

O projeto higienista encontrou um ambiente desfavorável em Sergipe. As repetidas epidemias, as elevadas taxas de mortalidade, a falta de saneamento básico e a reduzida capacidade de intervenção do poder público não eram relacionadas com a profunda crise econômica pela qual passava o Estado naquele momento (SANTANA, 2005, p.118).

E mais, os problemas de saúde se agravavam devido à falta de higiene corporal, pois

O banho não era um hábito diário do aracajuano. A obrigação higiênica era lavar o rosto pela manhã e eventualmente à noite, na hora de deitar e de lavar os pés. Os banhos eram, geralmente, semanais e poucas casas dispunham de locais apropriados, tendo os aracajuanos que recorrer aos locais de banho público, pagando um tostão por cada banho (BARRETO, 2002, p.161).

Segundo Elias (2011a), a preocupação com a limpeza física constante, não deriva de uma noção claramente definida de higiene, de um entendimento claro ou, como é dito habitualmente, consciente do perigo da sujeira para a saúde. A relação com a limpeza, muda em conjunto com as transformações do relacionamento humano. A esse problema que faz parte do processo civilizador, o autor chama de civilização do comportamento. Embora Elias remeta essa definição a época da corte, isso não se distancia da sociedade sergipana, até então, pois ainda no início do século XX o Estado ainda vivia sob influências de costumes da época imperial.

Os problemas sanitários de Sergipe não eram somente de cunho econômico, mas principalmente político, pois aqueles que mais sofriam com esses problemas eram os mais pobres, que, naquele momento, não tinham condições de alterar a situação, pois não havia representatividade dessa parcela da sociedade no cenário político e eles não tinham consciência sanitária, devido à cultura da época, para transformar aquelas carências em demanda social.

Andrade (1920) relata que nesse momento Sergipe tinha uma quantidade muito pequena de médicos, uma média de 01 médico para cada 20.000 habitantes, uma média abaixo da nacional de 02 médicos<sup>6</sup> para cada habitante na época. A mesma escassez não era sentida no que diz respeito a área odontológica, pois naquele momento a população mal tinha saúde física, desse modo as questões relacionadas aos dentes eram resolvidas com a exodontia (extração) e, para isso, no contexto da época, bastava procurar um barbeiro e o problema seria resolvido.

Ou talvez, um problema maior poderia ser criado, como pudemos observar no Relatório do Inspetor de Higiene de Sergipe do ano de 1910, no qual o médico Francisco de Barros Pimentel Franco relata que, das causas de mortes diagnosticadas no Estado naquele ano, os “Accidentes da denticção” foram os responsáveis pelo maior número de óbitos, num total de 35. Ao que o Inspetor de Higiene chama de Accidentes de Denticção, ele basicamente está se referindo a hemorragias, causadas pela extração e infecções dentárias; isso mostra o quanto o trabalho realizado pelos barbeiros carecia de conhecimento científico.

Dantas (1920) escreve que foi a partir de 1890 que começaram a passar por Sergipe, capital e interior, os primeiros dentistas formados em outros estados, como Dr. Nobrega, que foi obrigado pelo médico higienista Sabino Sampaio a “tirar a carta”, indo para a Bahia e voltando formado, pois quando chegou em Sergipe não era formado, e dr. Genésio que também

---

<sup>6</sup> Esse dado foi obtido após a divisão do número de médicos que havia no Brasil no ano de 1920 (14031 segundo dados do Conselho Federal de Medicina) pelo número de habitantes do país no mesmo período (30.635.605 segundo dados do IBGE).



viajou pelo interior exercendo a arte dentária, mas pouco se falava dele. As pessoas o descreviam como um homem alto com cara de poucos amigos.

Assim como o Dr. Nobrega, citado por Dantas (1920), muitos que exerciam a odontologia de forma prática, foram obrigados pelos médicos higienistas a “tirar a carta”. Mesmo com a criação do curso de odontologia na Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1884, se passaram quinze anos para o primeiro dentista sergipano formado atuar em sua terra natal. Entretanto, com base em Leite (2011) compreendemos que o estanciano Josino Correia Cotias<sup>7</sup> tenha sido o primeiro dentista sergipano formado recebendo o título de cirurgião dentista em 1872, porém, após sua formação fixou residência na cidade de Salvador onde acabou se tornando professor da Faculdade de Medicina da Bahia (Imagem 01).

**Imagem 01: Faculdade de Medicina da Bahia (foto entre 1912 e 1919).**



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (Brasiliiana Fotografia). Autoria Pedro Gonsalves da Silva.

<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/3763>

---

<sup>7</sup> Segundo Leite (2011) Josino Correia Cotias realizou os estudos iniciais em Estância, e os Preparatórios na cidade de Salvador, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia pela qual formou-se em Farmácia no ano de 1871; em Odontologia, no ano de 1872 e em Medicina no ano de 1881. Iniciou a carreira docente quando foi aprovado, por concurso, para o cargo de Preparador de Física Médica, sendo empossado em 1893. Em virtude dos sucessivos concursos, passou a Lente substituto da 2ª Seção, Lente substituto da 5ª Seção (1899) e Professor catedrático de Medicina Legal (nomeado em 1906). Segundo Nascimento (2010b) em 1875 trabalhava na Província, dentre outros, o farmacêutico Josino Correia Cotias, que também era médico e cirurgião-dentista.

A Faculdade de Medicina da Bahia ocupou um prédio construído pelos jesuítas no século XVI, situada entre igrejas, conventos e casarões de estilo coloniais, a construção situada no largo do Terreiro de Jesus na capital baiana demonstra todo o requinte arquitetônico de sua época; em sua frente uma praça com um belo chafariz e belas palmeiras imperiais dentre outras plantas, na imagem não conseguimos perceber traços arquitetônico do estilo jesuítico na fachada do prédio, devido as reformas que o prédio passou, entretanto esse estilo está bem representado na torre da Catedral Basílica de São Salvador, no canto esquerdo da imagem.

Foi a partir de 1900 que os primeiros dentistas sergipanos retornaram ao estado após concluírem sua formação como pode ser acompanhado no quadro 03. Maior parte deles formados no Estado da Bahia, esse fato se deu devido à proximidade ente os dois estados (Sergipe – Bahia) e porque, até 1912, a Faculdade de Medicina da Bahia possuía o único Curso de Odontologia do Nordeste.

**Quadro 03 – Os primeiros dentistas sergipanos formados (1901-1915).**

<b>Nome</b>	<b>Local de Formação</b>	<b>Ano de Formação</b>
<b>Aristides Napoleão de Carvalho</b>	Bahia	1901
<b>Magalhães Carneiro</b>	Bahia	1902
<b>João Rollemberg Junior</b>	Bahia	1902
<b>Estevam Magalhães</b>	Bahia	1903
<b>Francisco Travassos<sup>8</sup></b>	?	1904
<b>Laura Amazonas</b>	São Paulo	1904
<b>Elias do Rosário Montalvão</b>	Bahia	1909
<b>Job Lins de Carvalho</b>	Bahia	1911
<b>Costa Carvalho</b>	Bahia	1911
<b>Luiz da Motta Bittencourt</b>	Bahia	1911
<b>Guimarães Torres</b>	Bahia	1912
<b>Esther Aranha</b>	Bahia	1912
<b>Guiomar Calazans</b>	Bahia	1912
<b>Pedro Amado</b>	Rio de Janeiro	1912
<b>Mário Bastos</b>	Rio de Janeiro	1912
<b>Nyceu Corrêa Dantas</b>	Bahia	1913
<b>José Ribeiro Cardoso</b>	Bahia	1913

<sup>8</sup> Não conseguimos descobrir o local de formação

<b>Júlio Sampaio</b>	Rio de Janeiro	1915
<b>Francisco Sobral</b>	Bahia	1915
<b>Raymundo Mello</b>	Bahia	1915
<b>Mário Sobral</b>	Rio de Janeiro	1915
<b>Ignácio da Costa Valente<sup>9</sup></b>	São Paulo	?

Fonte: Quadro confeccionado pelo autor com base em Dantas (1920).

Dantas (1920) além de listar os dentistas que atuavam em Aracaju nos informa onde seus consultórios estavam localizados; a exemplo da dentista Laura Amazonas<sup>10</sup> que tinha consultório na rua Maruim transferindo-se posteriormente para rua Itabaiana, 154; também com consultório na mesma rua atuava o dentista baiano Fernando Agnaldo Teixeira. Ao passo que, Estevam Magalhães com clínica na Praça Benjamin Constant, José Ribeiro Cardoso na rua de Pacatuba, Archimino de Souza (vindo do Rio de Janeiro) montou clínica na rua do Barão, Francisco Travassos na rua Japarutuba, Aristides Napoleão de Carvalho tinha seu consultório localizado na rua da Aurora, posteriormente nomeada Avenida Barão do Rio Branco, onde também fez clínica o dentista Júlio Sampaio. Entretanto, este último não dedicou muito tempo a esta atividade pois abandonou a odontologia para estudar medicina no Rio de Janeiro, outro dentista que acabou abandonando a profissão foi Nyceu Dantas, que segundo Jesus, Simões e Reis (2017) tinha consultório na Praça Coronel José de Faro, mas deixou a profissão e decidiu cursar Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Bahia tornando-se advogado.

Dantas (1920) também informa outros casos de abandono da atividade odontológica, como o caso do dentista Francisco Sobral que exerceu a atividade por algum tempo no interior e, posteriormente, abriu consultório na capital sergipana, porém tempos depois abandonou as atividades clínicas para assumir o cargo de tesoureiro dos Correios. Mario Sobral foi outro que depois de um período mantendo consultório no interior abandonou as atividades odontológicas,

<sup>9</sup> Não conseguimos descobrir o ano de sua formação.

<sup>10</sup> Laura Amazonas nasceu em 03 de maio de 1884, em Aracaju. Fruto da união do casal Manoel Amazonas e Josefa da Silveira Amazonas, além dela, a família estava composta por mais três irmãos: Cleobo Amazonas, Josefa Amazonas e Maria Júlia Amazonas. Laura Amazonas iniciou sua vida escolar em Aracaju. Após a conclusão do curso primário, mudou-se para a cidade de Santos, no Estado de São Paulo, em companhia do seu irmão Cleobo Amazonas, advogado reconhecido e que já havia fixado residência naquela região. Dessa forma, passou a ser o grande incentivador e responsável por sua educação, possibilitando-lhe o acesso à instrução. Graduou-se em Odontologia, num período em que ser professora seria a única maneira da mulher exercer uma atividade profissional fora do lar; com apenas vinte e um anos de idade, recebeu o seu título de Cirurgiã-dentista pela Faculdade de Pharmácia de São Paulo, em 08 de fevereiro de 1905, quatro anos após, a assinatura do Código de Ensino Eptácio Pessoa, que autorizava o acesso das mulheres aos cursos superiores, se tornando, assim, a primeira sergipana a adquirir um diploma de curso superior e, em uma profissão liderada por homens (SANTANA, 2012).

e fez isso para dedicar-se a agricultura, pois era dono de usina. Não conseguimos compreender o motivo do abandono da profissão, entretanto, acreditamos que, assim como aconteceu com Nyceu Dantas, segundo Jesus, Simões e Reis (2017), aqueles dentistas não se identificaram com a profissão.

Não foram poucos os que abandonaram a arte dentária. No entanto, houveram dentistas que exerceram atividades em consultório odontológico e outra fora dele, como Mario Bastos (Oficial do gabinete do Presidente do Estado de Sergipe, Pereira Lobo [1918-1922]), Estevam Magalhães (Diretor da Secretaria da Assembleia Estadual) e Francisco Travassos (Lente da Escola de Aprendizes Artífices).

Enquanto alguns dentistas dividiam-se entre a atividade odontológica e outras atividades no serviço público, encontramos alguns que resolveram mudar de ares, abandonando a odontologia, e outros que nem se quer chegaram a atuar na área como podemos ver no quadro 04.

**Quadro 04 - Dentistas formados que não atuam na área (1920).**

<b>Nome</b>	<b>Atividade que exercia</b>
<b>Magalhães Carneiro</b>	Lente em disponibilidade do Atheneu Sergipense
<b>João Rollemberg Junior</b>	Contador dos Correios de Sergipe
<b>Elias do Rosário Montalvão</b>	1º Escrivão da Delegacia Fiscal de Sergipe
<b>Pedro Amado</b>	Comerciante

Fontes: Quadro confeccionado pelo autor com base em Dantas (1920).

Podemos perceber, por meio do quadro, que o serviço público foi a escolha da maioria dos dentistas que não atuaram segundo a qualificação adquirida, mas o fato de possuir um grau de ensino que apenas a camada elitizada da sociedade sergipana possuía, possibilitou a esses sujeitos tal escolha.

Através dos escritos de Santana (2005) identificamos outros dentistas que atuavam em terras sergipanas entre os anos de 1885 e 1905 e que estavam inscritos na Inspetoria de Higiene do Estado, eram eles: Boaventura de São João Baptista, Calixto de Melo Tyê, Genésio Antônio da Rocha, João Nepomuceno Silva e Cunha, Jovino Pinto de Oliveira e Manoel Virgílio da Silva. Analisando as fontes encontradas sobre a época, percebemos que pelo pequeno número de profissionais oficialmente habilitados para exercer a odontologia, num estado em que o Censo de 1890 acusava uma população de 310.926 habitantes, não é de se assustar que a assistência odontológica por aqui fosse realizada em sua maioria por práticos e curiosos. A

tradição da odontologia brasileira de ser uma atividade que era passada de mestre para aprendiz faz com que eventualmente existisse duas classes de profissionais atuando concomitantemente, os cirurgiões-dentistas, formados por faculdades e os dentistas práticos, sem educação formal. Desde o início da estruturação do campo da odontologia se ouvia falar sobre o problema dos práticos (FERRARI, ARAUJO, 2015).

Entre os práticos encontramos em Dantas (1920) atuando em território sergipano estavam: Eunápio Simões dos Reis e Jorge Ribeiro, na capital, em Maruim o sr. Oséas Maynard, em Laranjeiras: Heleodoro José Pereira, Francisco Garcez e Ozimo Moreira, e na cidade de Itabaiana: Antônio Agostinho e Eduardo Amazonas. Acreditamos que esses práticos a quem Dantas faz referência estavam atuando em Sergipe por volta do ano de 1920, quando ele escreveu seu artigo.

No Estado de Sergipe, a atividade dos profissionais da arte dentária ganhou uma regulamentação mais rigorosa depois que em 30 de novembro de 1892 por meio do decreto nº 38, o Regulamento Sanitário do Estado entrou em vigor. O referido regulamento continha 71 artigos que, dentre outras questões, tratava da vigilância sanitária, da fiscalização das atividades médicas, farmacêuticas, obstétricas e àquelas relacionadas a arte dentária, bem como da fiscalização das fábricas, no que elas pudessem afetar as populações vizinhas. Somente em 03 de agosto de 1905 um novo Regulamento entrou em vigor, dessa vez mais complexo, contando com 236 artigos que normatizavam além do exercício da medicina, farmácia, arte dentária e obstetrícia, o funcionamento dos hospitais e das casas de saúde privados (que naquela época ainda não existiam em Sergipe).

A passagem do século XIX para o século XX foi marcada pelo ideário de modernização, progresso e civilização no Brasil. Contudo, essa transição possuía algumas ambigüidades com traços bastantes ainda coloniais e incorporação de novos elementos modernos. E como cartão-postal dessas mudanças, algumas cidades, especialmente as capitais, sofreram um conjunto de intervenções que mudaria os hábitos, costumes, comportamentos e valores da população (SILVA, 2006, p.11).

Para melhor entender esse momento de progresso e civilização pelo qual passava o Brasil, ou melhor dizendo, pelo qual passava alguns pontos do país, pois não aconteceu de forma homogênea por diversas questões, principalmente culturais e econômicas, buscamos em Elias (2011a) um entendimento melhor sobre o que podemos chamar de civilização, e ele nos diz que ela, a civilização, refere-se a uma grande quantidade de fatos, ligados ao desenvolvimento tecnológico, aos costumes, ao desenvolvimento científico e as ideias

religiosas, em outras palavras, o processo civilizador pode ser entendido como um processo de transformação de longo prazo nas estruturas da personalidade e comportamentos individuais, ou seja, é consequência de um aperfeiçoamento histórico cuja característica é o “refinamento” das atitudes e a introspecção dessas pelo indivíduo. Ao buscar ilustrar o processo civilizador, ele diz que o simples fato de que, mesmo numa sociedade dita civilizada, nenhum ser chega civilizado ao mundo e que o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofrerá é uma função do processo civilizador social. Assim, entendemos que um indivíduo só consegue alcançar um determinado grau de civilidade a depender da sociedade em que ele vive.

As ações desenvolvidas, buscando a civilidade sempre levavam essa gente para o ponto de partida. Depois da homologação da Constituição Estadual em 1892, algumas ações na área da saúde começaram a ser desenvolvidas, mas foi durante o governo de Oliveira Valadão (1914-1918) que encontramos mudanças mais relevantes no tocante a Repartição de Higiene, a primeira delas foi a transformação da Inspetoria em Diretoria de Higiene e Saúde Pública (Decreto nº618, de 30 de dezembro de 1915) com a aprovação de um novo Regulamento e, em 21 de maio de 1916, os Serviços de Assistência Pública foram transferidos da Diretoria de Segurança para a Diretoria de Higiene e Saúde Pública. Segundo Santana (2005) o Serviço de Assistência Pública era um similar dos atuais Prontos Socorros, que, por razões hoje incompreendidas, estava a cargo do Setor Policial, que inclusive, era a única repartição que possuía uma ambulância para o transporte dos doentes.

Os recursos disponibilizados para as questões de saúde pública em Sergipe, por longos períodos, foram muito pequenos, no ano de 1904, por exemplo, foram disponibilizados 13:073\$600 (treze contos, setenta e três mil e seiscentos reis) o que representava algo em torno de 0.9% do orçamento do Estado. Em 1907, a situação ainda foi pior, apenas 10:873\$000 (dez contos e oitocentos e setenta e três mil reis), cerca de 0,6% do orçamento, e em 1917 o valor destinado a saúde pública foi de 15:573\$600 (quinze contos, quinhentos e setenta e três mil e seiscentos reis) algo por volta de 0,72% do orçamento disponível para aquele ano (SANTANA, 2005). Os recursos irrisórios disponibilizados para os cuidados com a saúde da população não garantiam cuidados com a saúde bucal. Somente após a criação do Serviço de Assistência Pública que encontramos ações realizadas no que se refere ao atendimento odontológico, no entanto, o atendimento se restringia a exodontia. Como exemplo desta prática é possível constatar que durante o período entre julho de 1921 e junho de 1922, segundo Santana (2005), o Serviço de Assistência Pública realizou 194 extrações dentárias dentre as 1535 pessoas atendidas!

A quantidade de dentista em Sergipe foi aumentando com o passar do tempo, mas isso não significou que a quantidade de consultórios odontológicos também seguia o mesmo ritmo, pois muitos dos formados não atuavam de acordo com sua área de formação. Fato esse que só piorava a situação da odontologia, o que nos mostra que a procura por cuidados com os dentes era muito escassa, mesmo na capital onde Dantas (1920, p.128) dizia que o “povo era mais civilizado”. Poucos eram, em Sergipe, aqueles que cuidavam com interesse dos dentes, era grande o número de indivíduos que só procuravam o dentista para exodontia. Nessa parte, Dantas (1920, p. 128) escreve: “estamos bem atrás de outros povos civilizados, que, de seis em seis meses, vão ao consultorio do dentista, para um exame da bocca.” Ele ainda argumenta que apenas os ricos e poderosos se preocupavam com o tratamento dos dentes, seguindo em parte umas certas regras de higiene bucal.

Ao buscarmos analisar a expressão “povo civilizado” utilizada por Dantas (1920), para que pudéssemos melhor compreender a quem, ou a que povo ele pretendia qualificar como civilizado, encontramos em Elias (2011a) um apoio, onde ele afirma que o conceito de “civilização” (*Kultur*) porta a marca não de seitas ou famílias, mas de um povo inteiro, ou quem sabe somente de algumas classes. Porém, em vários aspectos, o que se aplica a palavras específicas de clãs menores estende-se também a eles: são utilizados de forma fundamentalmente por e para povos que compartilham uma tradição e situações populares. Assim sendo, Elias (2011a) conceitua civilização como o modo o qual a alta classe europeia percebe (percebia) o seu próprio desenvolvimento e, também, um jeito de se entender todo o percurso histórico dos outros povos, no entanto, estabelecendo sempre uma relação de distanciamento, ou de superioridade, entre os “civilizados” (os europeus) e o “bárbaros” (estrangeiros). Portanto, as nações que assim se denominam acreditam estar no ápice do desenvolvimento humano, e sentem-se no direito de subjugar aquele que são precedentes à civilização. No entanto, esse mesmo conceito que enaltece as nações civilizadas relaciona-se de forma intrínseca com a sua antítese, a noção de declínio ou decomposição, ameaça constante para a civilização. A civilização está invariavelmente ameaçada pelo processo de decomposição, sendo imprescindíveis reformas que impeçam o declínio da sociedade civilizada.

Dessa forma, compreendemos que não importa quem Dantas (1920) estava querendo qualificar pois os costumes e/ou cultura do povo não iriam mudar por muito tempo. E, de acordo com Elias (2011b), a civilização da conduta, assim como a transformação do pensamento humano não podem ser compreendidos sem um estudo do processo de transformação do Estado,

e como podemos observar, Sergipe estava naquele momento dando seus passos iniciais para um processo de transformação.

Para Elias (2011a), à medida que o homem se civiliza, uma responsabilidade muito grande vai pesando sobre ele, e essa mudança tem um alto preço, e isso se entende à luz da tortura física/psíquicas identificadas por Friedrich Nietzsche na origem da cultura, e do próprio Norbert Elias quando aborda a educação das crianças, quanto à luz de Sigmund Freud quando ele afirma que quanto mais a civilização aumenta, mais cresce a infelicidade. Esse processo civilizador se constitui como o aumento do sentimento de vergonha sobre determinadas atitudes e comportamentos, resultando em uma mudança na estrutura mental e emocional. A consequência desse processo é o aumento do autocontrole de suas ações e emoções e uma transformação na estrutura da personalidade dos que nele estão envolvidos.

Quando Graccho Cardoso (1922-1926) assumiu o governo no final de 1922, o quadro da saúde pública de Sergipe não era muito diferente da época do império, por isso, foi com o auxílio do Deputado Federal Carvalho Netto<sup>11</sup> o qual conseguiu, por meio de contrato, que o Departamento Nacional de Saúde Pública atuasse em Sergipe. É a partir deste momento que a luta contra o exercício ilegal das atividades ligadas à saúde ganha uma certa força, a busca pela qualificação e formação dos profissionais da saúde que atuavam em Sergipe esteve muitas vezes em pauta de discussão ao longo do governo de Graccho Cardoso. Esse fato é bem aparente na Portaria de 19/04/1923, na qual o Dr. Phoncion Serpa, responsável pelo Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural exercido através do Departamento Nacional de Saúde Pública em Sergipe, determinou a fiscalização quanto ao exercício da medicina, solicitando que médicos, dentistas,

---

<sup>11</sup> Nascido na cidade de Simão Dias em 14 de fevereiro de 1889, Antônio Manoel Carvalho Netto era filho do casal Josephina Freire de Carvalho e Joviniano Joaquim de Carvalho, formou-se em direito no Rio de Janeiro no ano de 1911. Foi Deputado Estadual no período de 1912-1913. Foi nomeado juiz para o termo de Itabaiana em 1913. Em 24 de julho, a pedido, foi removido para Japaratuba, permanecendo ali até 1918. Em 1918 fixou residência em Aracaju. Diante o Governo do General Oliveira Valladão integrou a Comissão de Revisão das Leis do Processo Civil e Comercial do Estado. Convidado pelo Presidente do Estado, José Joaquim Pereira Lobo, assumiu o Cargo de Diretor Geral de Instrução Pública, entre 1918 a 1920, promovendo reformas no ensino sergipano, especialmente na Inspeção Escolar. Foi eleito Deputado Federal para as legislaturas 1921-1923/1924-1926. Em 14 de outubro de 1921 pela primeira vez, apresentou no Congresso Nacional o Projeto n. 480, onde defendeu a criação de classes e escolas para as crianças anormais. Foi considerado pioneiro na defesa da instrução para crianças anormais. Em 1926, como Deputado Federal fez parte da Comissão de Legislação Social, versando sobre o Código de Trabalho, sendo considerado pelos seus pares como um dos precursores daquela matéria no Brasil. Em 1934, foi nomeado Consultor Jurídico do Estado. Em seguida, foi nomeado para Presidente do Conselho Penitenciário. Nessa época, representou Sergipe em Conferências Penitenciárias e Congressos Jurídicos, realizados no Rio, São Paulo e Salvador. Foi fundador e primeiro Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Sergipe. Presidiu o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, foi seu orador oficial e Secretário. Foi jornalista, diretor-redator do “Sergipe Jornal”, escreveu no “Diário de Sergipe”, “Correio de Aracaju” e outros periódicos sergipanos. Em 1950, retornou à Câmara Federal, para substituir Graccho Cardoso. No mesmo ano, foi reconduzido no pleito de 3 de outubro, permanecendo até sua morte (LIMA, 2008).



farmacêuticos e enfermeiras tivessem os seus diplomas devidamente registrados no órgão citado (SILVA, 2006).

Poucos meses depois de instalado o departamento no estado, o contrato foi rompido por ser muito oneroso para o governo de Sergipe. Esse fato, porém, gerou grande discussão, desde o Congresso Nacional a imprensa local. Na prática, a tentativa de instalar no Estado uma estrutura sanitária organizada, dentro dos padrões da saúde pública moderna, foi de encontro com as antigas intrigas e ambições que eram comuns na política sergipana (SANTANA, 2005). Entretanto, a crescente demanda por um novo acordo com o Departamento de Saúde Pública culminou numa recontração de serviços, que acabou por ser firmada em março de 1924. Para Santana (2005) esse período de um ano de contrato rompido representou um retrocesso para a organização dos serviços sanitários em Sergipe, e isso devido a disputa de pequenos espaços de poder.

Para oferecer o suporte necessário às medidas adotadas pelo governo por meio dos serviços sanitários, seria indispensável prover o Estado de infraestrutura que apresentasse resposta às ações implementadas. Uma das ações realizadas nesse sentido foi a criação das instituições sanitárias que serviriam de apoio técnico-científico bem como instrumental no combate às infecções que rondavam o Estado. Exemplos dessas instituições foram o Hospital Santa Isabel, o Instituto de Química (1923), o Instituto Parreiras Horta (1923), o Hospital de Cirurgia (1926) e a Faculdade de Farmácia e Odontologia (1925) (SILVA, 2006).

A busca pela cientificidade no campo da Odontologia fazia com que nas primeiras décadas do século XX houvesse um verdadeiro combate ao charlatanismo não só nessa área, mas também nas outras áreas da medicina. Para alterar esse quadro, o presidente Maurício Graccho Cardoso criou, em dezembro de 1925, a Faculdade de Odontologia e Farmácia de Sergipe (NASCIMENTO, 2010). Entretanto, um dos pontos mais alto das ações de Graccho Cardoso no que diz respeito às questões da saúde foi a criação do Instituto Parreira Hortas, inaugurado com festividade em 05 de maio de 1924. Mais do que uma necessidade para a saúde pública, visto que além de prestar suporte científico para as novas ações sanitárias já nasceu trazendo a esperança de se descobrir as causas das tão faladas febres do Aracaju, era um ponto de apoio para medicina, colocando a sua disposição os recursos de laboratórios indispensáveis para a prática da medicina científica que, nessa época, andava a passos lentos (SANTANA, 2005).

O Instituto cumpriu sua tarefa com competência, não só esclareceu a etiologia das famosas febres, como conseguiu isolar os germes e a confecção de uma vacina oral, por meio de pequenas modificações de um dos métodos idealizados pelo Instituto Pasteur. Outro fato de

grande importância para a saúde pública do Estado foi a inauguração do Hospital de Cirurgia no ano de 1926. A instituição foi construída pelo Governo do Estado, mas, por iniciativa da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Sergipe, representada pelo Dr. Augusto Leite<sup>12</sup>, com o nome de Fundação de Beneficência Hospital de Cirurgia, inaugurado em 02 de maio de 1926, o hospital que mudou o quadro da atenção à saúde pública nesse estado (SANTANA, 2005).

Mesmo com o bom funcionamento das ações desenvolvidas pelo Departamento Nacional de Saúde Pública, o contrato entre o órgão e o Governo do Estado foi rescindido em janeiro de 1926, e a alegação dessa vez foi por motivos financeiros, pois o governo justificava os altos custos do contrato e entendia que já havia adquirido a experiência que necessitava para dirigir os serviços sanitários por conta própria. E a referida experiência foi posta à prova com o novo Regulamento Sanitário (decreto nº 947, de 21 de agosto de 1926), mais completo que todos os outros regulamentos anteriormente criados no Estado, este contava com 743 artigos, no qual era previsto o papel da saúde pública dando bastante importância à medicina preventiva e à vigilância sanitária. No que se refere a odontologia o regulamento trazia o seguinte:

Art. 446. Só será permitido o exercício da arte dentária às pessoas habilitadas de conformidade com as prescrições deste regulamento.

Art. 447. Os cirurgiões-dentistas são obrigados, após qualquer operação odontológica, a desinfetar o material empregado, ou pela imersão dos instrumentos em solução antisepticas ou por meio de lampadas ou estufas esterilizadoras.

Art. 448. É proibido aos cirurgiões-dentistas:

- 1º. Praticar operações que exijam conhecimentos especiais de cirurgia geral;
- 2º. Aplicar anestesia geral;
- 3º. Prescrever remédios internos;

---

<sup>12</sup> Nasceu na cidade de Riachuelo (SE) em 30 de julho de 1886, filho de Francisco Rabello Leite e Maria Virgínia Accioly Leite e irmão do médico Sílvio César Leite. Graduiu-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 2 de janeiro de 1909. Voltando para Sergipe iniciou suas atividades em Capela, Maruim e Riachuelo, transferiu-se algum tempo depois para Aracaju onde, no Hospital Santa Isabel, fez a primeira abertura cirúrgica da cavidade abdominal em Sergipe, em 1914. Em 1916, assumiu a cadeira de professor catedrático de Higiene Geral e História Natural do Colégio Atheneu Sergipense e a partir de 1918 a cadeira de História Natural do Seminário Diocesano de Aracaju. No biênio 1917-1919 foi eleito membro do Conselho Municipal de Aracaju. Em 1922, conseguiu, junto ao governador Graccho Cardoso, a promessa da construção de um novo hospital, que foi inaugurado 4 anos após: o Hospital de Cirurgia. Foi Diretor da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe, precursor da Escola Técnica Federal. Foi diretor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Sergipe, em 1926. Fundou a primeira maternidade de Sergipe – “Francino Melo” em 1930 e o primeiro hospital infantil em 1937, a Escola de Enfermagem e a Casa Maternal Amélia Leite. Foi um dos fundadores e principais artífices do partido União Republicana em Sergipe. Foi senador da República e Constituinte de 1934. Abandonou a política partidária em 1937, desgostoso com o Estado Novo. Recebeu do Vaticano a Comenda de São Silvestre, por sua atuação médico-social. Primeiro presidente da Somese (1937-1948). É patrono da cadeira três da Academia Sergipana de Medicina. Faleceu em 9 de fevereiro de 1978, em Aracaju/SE, com 91 anos (SANTANA, DIAS, GOMES, 2009).

4º. Vender medicamentos, que não sejam dentífricos, sob a pena de multa de cem mil reis. (SERGIPE, 1926c. s/p.)

Essas novas leis fixadas pelo novo regulamento limitavam a ação dos dentistas, e de certa forma mostrava a preocupação com a higienização dos instrumentais usados por eles. A Diretoria Geral do Serviço Sanitário fundada a partir do recém-criado regulamento atuaria então com poderes parecidos com os que têm hoje a vigilância sanitária e os conselhos regionais (de medicina, de odontologia, de enfermagem, entre outros.), fiscalizando os serviços, a higiene dos estabelecimentos e conferindo se os profissionais, especialmente do campo da saúde, tinham a devida formação para atuar naquele espaço de trabalho.

Assim, pudemos compreender que grande parte das ações desenvolvidas no território sergipano, no que se refere à saúde pública, objetivavam alcançar um patamar de civilidade, no entanto, durante muito tempo não obteve um grau de desenvolvimento considerável, e quando um passo era dado adiante, posteriormente outro era dado para trás. Foi somente a partir da década de 1920, que os primeiros avanços reais na saúde pública sergipana aconteceram, fazendo com que os primeiros passos rumo à civilidade pudessem ser dados. Isso se deu devido ao momento econômico favorável que o Estado vivia.

## 2.2. A FACULDADE DE FARMÁCIA E ODONTOLOGIA DE SERGIPE: “FRUTOS DE UMA BATALHA SEM ÊXITO”

Em meados de 1920, o ensino superior em Sergipe ensaiava os primeiros passos e se restringia ao campo religioso, já que contava apenas com o Seminário Sagrado Coração de Jesus. Fundada em 1913 por Dom José Thomaz Gomes da Silva, primeiro bispo de Aracaju, funcionando por meio do seminário maior, essa instituição havia se transformado no espaço privilegiado de formação do clero sergipano (SANTOS, 2017).

E com o intuito de mudar o quadro da Educação Superior em Sergipe, seguindo a ideia progressista de sua gestão, o então presidente Graccho Cardoso cria, por meio do decreto nº 913 de 15 de dezembro de 1925 os cursos de farmácia e cirurgia dentária, que tinham como objetivo abrir novas carreiras profissionais para a juventude sergipana e encaminhar as moças para uma atividade laboral que lhe pudesse garantir melhores condições futuras. De acordo com Santos (2017), Sergipe passava por intervenções do poder público estadual que tentava empreender importantes atividades que objetivavam a promoção das escolas superiores voltadas para a qualificação dos profissionais sergipanos e prepará-los para a atuação no serviço público.

Os cursos de farmácia e odontologia funcionariam em uma mesma escola (Faculdade), sendo ela subordinada a uma só direção, os professores deveriam ter reconhecida competência e seriam escolhidos, de preferência, dentro dos estabelecimentos da instrução pública do Estado. Pelo fato dos cursos apresentarem disciplinas práticas, eles seriam ministrados no Instituto de Química e no Hospital de Cirurgia utilizando os estabelecimentos, os laboratórios e o material técnico. Com a publicação do regulamento da Faculdade, o recém-inaugurado Instituto Parreira Hortas entra na lista das instalações que serviriam como local para que as aulas pudessem ser ministradas. Como pode ser observado no trecho do regulamento (Decreto nº 921, 20 de fevereiro de 1926):

Art. 64. Até que tenha instalação própria, a Faculdade de Pharmacia e Odontologia funcionará nos Institutos de Chimica e Parreiras Horta.

Art. 65. O ensino de Algumas cadeiras de um como de outro curso poderá ser ministrado no Hospital de Cirurgia, mediante accordo celebrado entre o diretor deste Instituto e o da Faculdade de Pharmacia e Odontologia e aprovado pelo Governo (SERGIPE, 1926, p. 7498).

Assim, como determinava o regulamento, o Curso de Farmácia teria parte de suas atividades desenvolvidas nas dependências do Instituto de Química (imagem 02), que naquele momento estava sob a direção do Engenheiro Arquimedes Guimarães, que também fazia parte do corpo docente da Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Sergipe (FPOSE)<sup>13</sup>. Segundo Conceição (2011) o prédio de dois pavimentos com 250 m<sup>2</sup> possuía cinco grandes salas no andar térreo e seis no primeiro andar. O Instituto estava equipado com os mais modernos aparelhamentos para as pesquisas no campo da química daquela época.

---

<sup>13</sup> Doravante utilizaremos a sigla FPOSE para designar a Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Sergipe.

**Imagem 02: Instituto de Química Arthur Bernardes (1931)<sup>14</sup>.**



Fonte: Biblioteca Nacional Digital (Brasiliana Fotografia).  
<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/781>

Uma outra parte do Curso de Farmácia teria suas atividades desenvolvidas nas instalações do Instituto Parreiras Horta (imagem 03), um prédio de instalações modernas que segundo o Relatório do Presidente do Estado de Sergipe (1923) possuía uma sala de espera para os doentes, uma sala de inoculação, laboratórios antirrábico, vacínico, bacteriológico e de análises clínicas, além de sala de esterilização, sala de preparo de material, almoxarifado, sala para inoculação de vitelas, biotério para coelhos e cobaias, um estábulo e uma sala para expedição e preparo de vacinas. Uma construção arquitetônica de estilo eclético com influência mourisca que foi inaugurada em 05 de maio de 1924, com toda a pompa que a ocasião pedia.

---

<sup>14</sup> Atualmente o edifício abriga o Palácio da Polícia Civil do Estado de Sergipe, externamente a construção apresenta as mesmas características arquitetônicas da época de sua construção, apenas a mureta a sua frente foi removida.

**Imagem 03: Instituto Parreiras Horta (1931)<sup>15</sup>.**



Fonte: Bibiloteca Nacional Digital (Brasiana Fotografia).  
<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/bras/780>

O Instituto de Química e o Instituto Parreiras Horta dariam o apoio necessário para o bom andamento do Curso de Farmácia pois essas duas instituições tinham laboratórios que poderiam ser utilizados nas aulas práticas do curso, então, o Curso de Odontologia teria suas aulas práticas desenvolvidas no Hospital de Cirurgia (imagem 04), no entanto as atividades teóricas aconteceriam nas dependências do Instituto de Química.

---

<sup>15</sup> Atualmente o prédio mantém a arquitetura da época, abriga a Fundação de Saúde Parreiras Horta, porém, parte do prédio (a que aparece na imagem) foi doada para a Sociedade Médica de Sergipe onde abrigará o museu da mesma.

**Imagem 04. Hospital de Cirurgia (1931)<sup>16</sup>.**

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (Brasiliana Fotografia).

<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/786>

Em 20 de fevereiro de 1926, por meio do decreto nº 921, o regulamento da Faculdade de Pharmácia e Odontologia de Sergipe é baixado e tem sua publicação no Diário Oficial do Estado no dia seguinte. Com base no art. 31 da Lei 938 de 21 de novembro de 1925, o decreto nº 921 tinha por finalidade regulamentar os trabalhos a cargo da FPOSE, como podemos ver a seguir:

Art. 1º. A Faculdade de Pharmácia e Odontologia é destinada a ministrar às pessoas de ambos os sexos o ensino integral de pharmácia e de odontologia, no Estado de Sergipe.

Art. 2º. O curso de Pharmácia será de quatro annos, compreendendo trese cadeiras, [...]

---

<sup>16</sup> Segundo Silva (2006) o empreendimento foi idealizado a partir da iniciativa do Dr. Augusto Leite, que em reunião com o então Presidente do Estado (Graccho Cardoso) expôs o quadro dos hospitais do Estado, comunicando-lhe que a situação de promiscuidade, higiene e insalubridade colocava em risco a saúde dos mesmos. Graccho Cardoso se dispôs então a construir um Hospital Geral que seguisse os critérios da modernidade médico-científica da época e que trouxesse cura e conforto para os pacientes, bem como, também serviria como centro de pesquisa, de estudos e de aprendizagem dos profissionais de saúde, numa perspectiva de Hospital-Escola. A obra foi de grande vulto e obteve um oneroso gasto das contas públicas, e por este motivo, a construção também obteve recursos financeiros particulares angariados pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de Sergipe que tinha à frente o Dr. Augusto Leite. Assim, o antigo areal da rua Barão de Maruim foi sendo modificado para dar espaço ao mais novo prédio público de Sergipe proporcionando um novo ciclo médico social. Sua inauguração se deu de forma festiva em 02 de maio de 1926.

Art. 3º. Ao alumno que concluir os quatro annos do curso de Pharmácia será conferido o título de Pharmacêutico, depois de pagos os devidos emolumentos.

Parágrafo único. Tais despêsas serão dispersadas quando o alumno tiver feito um curso pleno de distinções.

Art. 4º. O curso de odontologia será de três sendo onze cadeiras [...].

Art. 5º. Ao alumno que concluir os três annos do curso de odontologia será dado o título de cirurgião dentista, depois de devidos emolumentos.

Art. 6º. Os cursos de Pharmacia e Odontologia terão caracter puramente experimental e de applicação (SERGIPE, 1926. p.7495).

Os currículos e o regulamento da FPOSE estavam de acordo com decreto nº 16.782-a, de 13 de janeiro de 1925, que organizava o Departamento Nacional de Ensino, o qual estabelecia a reforma do ensino desde o nível primário ao superior. Esse novo decreto substituiu um outro publicado em 29 de outubro de 1919 (decreto nº 3.830<sup>17</sup>) que determinava que o Curso de Odontologia tivesse duração de quatro anos e possuísse 13 cadeiras em seu currículo, o currículo atualizado pelo decreto de 1925 diminuiu o tempo do curso para 3 anos de duração, diminuiu também o número de cadeiras para 11, assim as disciplinas Noções de anatomia descriptiva e anatomia medico cirurgica da bocca; Therapeutica, materia medica e arte de formar; e Phrotese (2ª parte) foram removidas do currículo do curso e outras cadeiras tiveram sua nomenclatura alterada e acréscimo de conteúdo (Histologia; Anatomia, physiologia e histologia dentarias; Noções geraes de pathologia, de microbiologia e de anatomia pathologica; Pathologia dentaria e therapeutica applicada; Metallurgia), essas alterações de nomenclatura de cadeiras podem ser observadas no quadro 05.

---

<sup>17</sup> Esse decreto objetivou transformar em Faculdade de Odontologia o Curso de Odontologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e das outras providencias.



Quadro 05: Currículo do curso de Odontologia da FPOSE (1926).

No curso de Odontologia	
<b>1º Ano</b>	Anatomia da Bocca
	Histologia e Noções de Microbiologia
	Physiologia
	Metalurgia e Chimica aplicada
<b>2º Ano</b>	Pathologia Geral e Anatomia pathologica, especialmente da boca
	Technica odontológica
	Prothese (1ªParte)
	Pathologia da Bocca
<b>3º Ano</b>	Clínica odontológica
	Orthodontia e Prothese dos Maxillares
	Hygiene, especialmente da bocca

Fonte: SERGIPE (1926).

Conforme o regimento da Faculdade, as cadeiras privativas do curso de farmácia, apresentadas no quadro 06 (Farmácia Galênica, Farmacognasia, Farmácia Química, Química Toxicológica e Bromatológica), deveriam ser lecionadas, preferencialmente, por farmacêuticos; do mesmo modo, as disciplinas privativas do curso de odontologia (Metalurgia e Química aplicadas, Técnica odontológica, patologia e Clínica odontológica, Prótese, Ortodontia e Prótese de maxilares) deveriam se lecionadas, preferencialmente, por cirurgiões-dentistas. Sendo possível que um professor lecionasse em mais de uma cadeira.

Quadro 06: Currículo do curso de Farmácia da FPOSE (1926).

No curso de Farmácia	
<b>1º Ano</b>	Phisica
	Chimica Geral e Mineral
	Botânica Geral e Systemica. Criptogamia
<b>2º Ano</b>	Chimica Orgânica e Biológica
	Zoologia Geral e Parasitologia
	Pharmacia Galênica
<b>3º Ano</b>	Microbiologia
	Chimica Analytica
	Pharmacognasia
	Pharmacia Chimica
<b>4º Ano</b>	Biologia Geral e Physiologia
	Chimica Toxicológica e Bromatológica
	Hygiene e Legislação Pharmaceutica

Fonte: SERGIPE (1926).

As disciplinas que seriam ministradas no curso de odontologia da FPOSE teriam uma base mais próxima da odontologia científica da época, como aconteceu com outros cursos de odontologia fundados no passado a exemplo daqueles que foram criados nas Faculdades de Medicina<sup>18</sup> do Rio de Janeiro e da Bahia, em 25 de outubro de 1884, que tinham em seu currículo básico, segundo Cunha (1963), as disciplinas de Física elementar, Química mineral elementar, Anatomia descritiva e Topografia da cabeça, Histologia dentária, Fisiologia dentária, Patologia dentária e Higiene da boca, Terapêutica dentária, Cirurgia e Prótese dentária, totalizando nove cadeiras; e da *Baltimore College of Dental Surgery*, criada em 1840 em Maryland, que já nasceu com propósito de formar dentistas estudiosos, e não apenas práticos da arte dentária. Segundo Gies (1926), a faculdade americana tinha seu currículo constituído de anatomia, patologia, fisiologia, terapêutica e seus aspectos odontológicos, bem como odontologia clínica e os princípios relacionados da cirurgia.

**Quadro 07: Disciplinas do Curso de Odontologia das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia (1884).<sup>19</sup>**

<b>1ª Série</b>	Physica
	Chimica mineral
	Anatomia descriptiva e topografia da cabeça
<b>2ª Série</b>	Histologia dentaria
	Physiologia dentaria
	Pathologia dentaria e hygiene da boca
<b>3ª Série</b>	Therapeutica dentaria
	Cirurgia e prothese dentaria

Fonte: CUNHA (1963)

Para o ingresso na faculdade sergipana, como em outras instituições de ensino superior da época, alguns pré-requisitos<sup>20</sup> eram necessários: para o primeiro ano, atestado de identidade

<sup>18</sup> No Brasil deve-se a Carlos Carvalho, na época Ministro do Império, a inclusão da Odontologia entre os cursos que então se realizavam. O Decreto 7.247, de 19 de abril de 1879, determinou a anexação do curso de “Cirurgia Dentária” às Faculdades de Medicina oficiais.

<sup>19</sup> Em 1926 o currículo nacional vigente estava baseado no Decreto nº16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, e era com base nele que que estava organizada a grade curricular da FPOSE.

<sup>20</sup> Quando a Baltimore College of Dental Surgery abriu as suas portas em 1840 não havia requisitos para a admissão. Poucas escolas médicas do período exigiam mais do que a capacidade de ler e escrever, e nenhuma das faculdades de odontologia fundadas antes da Guerra Civil Americana estabelecia requisitos para admissão. Em 3 de novembro de 1840, a Faculdade formalmente abriu em um edifício localizado na Sharp Street, em Baltimore. Cinco alunos estavam inscritos para a primeira turma. Durante a primeira semana, cada membro do corpo docente deu uma palestra introdutória, aberta ao público e com a presença de alguns convidados (LEWIS JR, 1964).

e de vacinação contra varíola<sup>21</sup>, ter idade mínima de 16 anos, bom comportamento moral, aprovação final nas matérias do 5º ano do curso secundário, nas do curso normal de Sergipe ou de qualquer curso superior do país, ou aprovação nas seis cadeiras (Português, Francês, Aritmética, Geografia, Física e Química e História Natural) e o pagamento de uma taxa no valor de 50\$000 (cinquenta mil reis) referente à matrícula; já para a matrícula em qualquer um ano posterior do curso bastaria o aluno interessado apresentar requerimento, juntamente com certificado de aprovação em todas as cadeiras do ano anterior, assim como recibo de pagamento de taxa de matrícula (SERGIPE, 1926). Esses pré-requisitos também estavam baseados na Reforma João Luiz Alves/Rocha Vaz (Decreto nº16.782-A, de 13 de janeiro de 1925).

Ao que percebemos, cada curso disponibilizaria, segundo o Regulamento da Faculdade em seu art. 44, 05 vagas gratuitas, sendo 03 vagas de indicação do governo e as outras 02 escolhidas pelos colegas de ano. Entretanto, no regulamento está escrito que a partir do segundo ano a gratuidade seria concebida apenas aos alunos que atingissem a aprovação no ano anterior com média superior a sete. Em relação ao calendário estudantil, o ano escolar seria dividido em dois períodos, sendo o primeiro iniciado em 1º de abril indo até 15 de julho e o segundo transcorreria de 1º de agosto a 15 de novembro, o tempo entre 16 de novembro e 31 de março, e entre 16 de junho e 31 de julho, seria considerado férias escolares.

No anexo do decreto que regulamenta a FPOSE encontramos o orçamento anual projetado para o funcionamento da instituição de ensino seriam destinados 158:400\$000 (Cento e cinquenta e oito contos, e quatrocentos mil reis) para os vencimentos anuais dos professores (24 professores), 9:600\$000 (nove contos, e seiscentos mil reis) para o diretor, 5:000\$000 (cinco contos de reis) para o secretário, 3:000\$000 (três contos de reis) para o conservador<sup>22</sup> e 3:200\$000 (três contos, e duzentos mil reis) para os serventes (2 serventes), nesses valores estavam inclusos os salários mensais e suas respectivas gratificações.

Ao que diz respeito a valores gastos com a instituição no de 1926, o estado gastou pouco menos de um terço do que estava previsto como gastos anuais, como pode ser confirmado no balanço discriminado da receita e despesa do Estado de Sergipe, no exercício 1927, o estado

---

<sup>21</sup> A vacinação antivariólica foi introduzida no Brasil ainda no século XVIII, mas era praticada de maneira irregular e ao mesmo tempo enfrentava a rejeição por parte da população. Os surtos epidêmicos continuaram ocorrendo no século XIX e a vacinação só se tornou efetiva a partir do século XX, após a campanha iniciada no Rio de Janeiro por Oswaldo Cruz (SANTOS FILHO, 1991).

<sup>22</sup> Pelo regimento não conseguimos identificar as atribuições do conservador. No documento está escrito que ele trabalharia no Hospital de Cirurgia, e seria nomeado e/ou demitido pelo diretor da instituição, bem como estaria sujeito ao regulamento da Faculdade. No dicionário de Figueiredo (1913, p.506) encontramos a seguinte definição: conservador *M.* “aquelque que conserva. Funcionário público, encarregado do registo predial ou do registo civil. Aquelle que é encarregado da conservação de um archivo: conservador da Bibliotheca Nacional. (Lat. *conservator*).

disponibilizaria um valor de 55:670\$000 (cinquenta e cinco contos, e seiscentos e setenta mil reis), com pagamentos a um secretário, um conservador, dois serventes e sete professores, não constando valores a serem pagos ao diretor.

Após a publicação do decreto, a equipe responsável pela faculdade começou a organizar reuniões para tratar das questões referentes à instituição, uma delas estava prevista para acontecer no dia 06 de março de 1926, entretanto, o convite foi publicado em no mínimo três edições do Diário Oficial do Estado de Sergipe – D.O.E (nos dias 06, 09 e 10 do mesmo mês). Na publicação do D.O.E o diretor da faculdade convidava os Srs. Drs. Josaphat Brandão<sup>23</sup>, Oscar Nascimento<sup>24</sup>, João Firpo Filho<sup>25</sup>, Ranulpho Prata<sup>26</sup>, Archimedes Guimarães<sup>27</sup>, Américo

<sup>23</sup> Nascido na cidade de Estância (SE), filho do retratista Benjamim Francisco Brandão e da professora Maria Filonilda da Silveira Brandão, Josaphat da Silveira Brandão formou-se em medicina na Faculdade de Medicina da Bahia em 1902, ao voltar para seu estado natal em 1903 foi nomeado Delegado de Higiene e em 1906 Inspetor de Ensino, de 1911 a 1915 atuou em ações de combate a doenças infecciosas. Em 1912 foi nomeado diretor do Atheneu Sergipense e em 1916 passou a atuar como professor catedrático da Escola Normal Ruy Barbosa, lecionando química e física. Em 1930, foi nomeado membro do Conselho penitenciário de Sergipe e em 1936 membro do Conselho de Educação. Assumiu o controle do Departamento de Saúde Pública do Estado de Sergipe em 1939. Atuou nos Hospitais Santa Isabel e Cirurgia, em Aracaju, e no Amparo de Maria, em Estância. Faleceu em 21 de agosto de 1969, na capital sergipana (SANTANA, DIAS, GOMES, 2009).

<sup>24</sup> Nasceu em Jaboatão atual Japoatã (SE), em 1896, filho de Nilo José de Melo e Ana Augusta de Araújo Melo. Oscar Baptista do Nascimento formou-se pela Faculdade Nacional de Medicina. Iniciou sua vida profissional em Aracaju em 1932. Foi professor de História Natural dos Colégios Atheneu Sergipense e Tobias Barreto, por seu temperamento clamo, foi muito querido pelos alunos, sendo escolhido como paraninfo de uma turma a qual figurava a professora e historiadora Maria Thétis Nunes. Atuou como clínico e urologista, praticou atividades cirúrgicas auxiliando Dr. Augusto Leite, chegando inclusive a realizar algumas anestésias. Exerceu as funções de Secretário da Mesa Administrativa do Hospital de Cirurgia em 1943. Foi filiado ao Partido Republicano. Médico do Departamento de Saúde Pública. Diretor do Departamento de Educação, durante o governo do Interventor Freitas Brandão (1946). Nomeia escola municipal no Bairro Santo Antônio, em Aracaju. É patrono da cadeira vinte e nove da Academia Sergipana de Medicina. Faleceu em 20 de agosto de 1947, de derrame cerebral, com 61 anos. Foi sepultado no Cemitério Santa Isabel (GRAÇA, SOUZA, 2000; SANTANA, DIAS, GOMES, 2009).

<sup>25</sup> Nascido na cidade de Maruim (SE) em 1899, filho de João Firpo e Antônia de Menezes Firpo, e irmão do médico Carlos Firpo. João Firpo Filho formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 24 de março de 1924. Ao retornar a Sergipe, tornou-se assistente técnico do Instituto Parreiras Horta, assumindo depois as funções de bacteriologista. Assumiu a direção do Instituto Parreiras Horta após o retorno do Médico Parreiras Horta ao Rio de Janeiro, permanecendo à frente da entidade até falecer. Foi o primeiro médico a utilizar a insulina em Sergipe. Foi o segundo radiologista do Hospital de Cirurgia em 1927, substituindo Ranulpho Prata. A maternidade do Hospital Santa Isabel leva o seu nome. Faleceu em 25 de novembro de 1945, na capital sergipana, aos 47 anos. Também foi sepultado no Cemitério Santa Isabel (SANTANA, DIAS, GOMES, 2009).

<sup>26</sup> Nasceu na cidade de Lagarto (SE) em 1896, filho de Felisberto da Rocha Prata e Ana de Vasconcelos Hora. Ranulpho Hora Prata formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1919. Clinicou em Aracaju, na rua Japarutuba, 85. Organizou um gabinete radiológico, no governo de Graccho Cardoso. Radiologista do Hospital de Cirurgia. Jornalista e escritor. Escreveu a monografia “O valor da radiografia no esqueleto e no diagnóstico da sífilis congênita”. Atuou em São Tomás de Aquino/MG, depois transferiu-se para Mirassol/SP e em seguida para Santos/SP. Pai do professor doutor Paulo Prata, cirurgião pela Faculdade de Medicina da USP, idealizador e fundador do Hospital de Câncer de Barretos. Fundador e patrono da cadeira sete da Academia Sergipana de Letras. Faleceu em 27 de dezembro de 1942, na capital paulista, com 46 anos (SANTANA, DIAS, GOMES, 2009).

<sup>27</sup> Nascido em 1894 na cidade de Campinas (SP), filho de Zulmira e José Pereira Guimarães. Archimedes Pereira Guimarães formou-se em engenharia na Escola Politécnica de São Paulo em 1917. Ao ser diplomado engenheiro em 1917, Archimedes viajou à América do Norte, onde trabalhou e completou a sua formação acadêmica. Ali, presidiu a Brazilian Student's Association (1920-1921). Ao regressar ao Brasil, atuou como professor da Escola de Agronomia de Niterói. Foi assim que conheceu Maurício Graccho Cardoso, advogado e professor da mesma instituição, que mais tarde viria a presidir o Estado de Sergipe e convidaria o seu amigo Archimedes para implantar

Ludolf, Antônio Tavares de Bragança<sup>28</sup>, e Lauro Hora<sup>29</sup> para reunião que seria realizada naquela data às 14h no Instituto de Química do Estado. Após essa reunião ter acontecido, foram abertas as inscrições para a recém-nascida faculdade, de acordo com publicação no D.O.E, do dia 16 de março de 1926. As inscrições estavam abertas desde o dia 15 e assim permaneceriam até o dia 30.

Até esse momento da história não encontramos vestígios de manifestação ou de inquietude dos partidos de oposição ao governo, pois eles imaginavam que a nova instituição de ensino superior seria mais um “devaneio” do Presidente de Sergipe, assim como eles denominaram a Faculdade de Direito Tobias Barreto<sup>30</sup>, criada no ano de 1925 e que não chegou a funcionar.

Foi às 14h do dia 05 de abril de 1926 no edifício do Instituto de Química, com toda a solenidade que a ocasião pedia, que se deu a inauguração oficial dos cursos da Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Sergipe. O diretor da nova instituição o Dr. Augusto Leite abriu a sessão convidando Graccho Cardoso para compor um lugar de honra na mesa de cerimônia, juntamente com o Presidente do Estado compondo a mesa o padre Jugurtha Franco,

---

o Instituto de Química Industrial sergipano. Faleceu em 7 de julho de 1984, na cidade de Salvador (BA) (NASCIMENTO, 2008).

<sup>28</sup> Nascido em 1903, na cidade de Laranjeiras - SE. Antônio Tavares de Bragança era filho do famoso médico Antônio Militão de Bragança e de Maria Tavares de Bragança, teve um único irmão, Francisco Tavares de Bragança – que optou pela vida religiosa. Tavares de Bragança realizou seus estudos primários no Grêmio Escolar Desembargador Evangelino de Faro, na capital sergipana, e os estudos complementares no Colégio Antônio Vieira, na capital baiana. Ingressou no curso de Farmácia da Faculdade de Medicina da Bahia, diplomando-se farmacêutico-químico em 1923. De volta a Aracaju, nesse mesmo ano, fora convidado pelo então diretor do Instituto de Química Industrial, Archimedes Pereira Guimarães, para exercer a função de auxiliar técnico e professor assistente, na seção do Gabinete de Análises e Pesquisas e na seção da Escola de Química, respectivamente. Nos anos seguintes, integrou o corpo docente da Faculdade de Farmácia e Odontologia Annibal Freire, lecionando as cadeiras de Química Geral e Mineral. Tempos depois, fora também professor de Química do Colégio Tobias Barreto, bem como das seções Pré-Médica e Pré-Politécnica do curso Complementar do Ateneu Sergipense. Fundou o *Rotary Club* de Aracaju, sendo seu presidente no biênio de 1939-1940. Tempo depois, fundou a Associação Farmacêutica de Química de Sergipe. Em 1943, Antônio Tavares de Bragança assumiu a direção do Instituto de Química Industrial, em 1945 assumiu a direção do ITPS onde desempenhou um trabalho muito importante no campo científico de Sergipe. Morreu em 1º de agosto de 1980, em Aracaju (CONCEIÇÃO, 2010).

<sup>29</sup> Nascido na cidade de Lagarto, no interior de Sergipe, em 1898, filho de Philomeno de Vasconcellos Hora e Anna Dantas de Magalhães Hora. Lauro Dantas Hora formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 30 de dezembro de 1922, defendendo a tese “Mortalidade infantil na Bahia”. Foi o primeiro pediatra de Sergipe. Fundador do Hospital de Cirurgia sendo diretor do hospital por duas gestões, onde fez a primeira anestesia geral em Sergipe em 14 de junho de 1926, ajudando o cirurgião Augusto Leite. Atuou como anestesista por 20 anos e depois se dedicou somente à pediatria na Legião Brasileira de Assistência. Foi diretor do serviço de amparo à infância e adolescência do Estado de Sergipe, inspetor e diretor do Serviço Sanitário do Estado de Sergipe, Diretor Geral do Departamento de Saúde Pública de Sergipe. Senador por Sergipe, assumindo o cargo temporariamente como suplente de Lourival Fontes. É patrono da Academia Maçônica de Sergipe. É patrono da cadeira vinte e cinco da Academia Sergipana de Medicina. Faleceu em 16 de março de 1979, na capital de Sergipe, com 81 anos (SANTANA, DIAS, GOMES, 2009).

<sup>30</sup> Apesar de ter sido inaugurada em 1925, não chegou a funcionar devido à falta de alunos. O diretor interino da instituição, Francisco Nobre de Lacerda, atribuiu tal fracasso ao fato de a Faculdade de Direito Tobias Barreto não ser equiparada aos demais estabelecimentos oficiais congêneres (SERGIPE, 1926h).

representando D. José Thomás (bispo de Aracaju), o desembargador João Maynard, o presidente do Tribunal da Relação, tenente Luiz Padilha representante do general Marçal de Farias, executor do sítio. Após a composição da mesa, o Presidente Graccho deu a palavra ao diretor da faculdade que professou o seguinte discurso:

Meus senhores:

Alçou-me ao posto de director da Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Sergipe o dr. Graccho Cardoso, junto a quem não valeram, no eximirse á nobilissima tarefa, as razões de quem mal pode com os encargos da profissão em que vive e quer viver de todo absorvido.

Sergipe lhe pedirá e me pedirá contas um dia.

O que me vale e vale ao dr. Graccho Cardoso e mais do que a nós a Sergipe é que não tardarei a voltar ao meu obscuro labor de clinico.

Mas, enquanto permanecer por estas alturas, — reflectindo o prestigio de s. ex e ajudado pela estima dos Srs. professores, - trabalharei desveladamente pelo triumpho completo da idéa que começa a ser hoje posta por obra, e que um dia será obra magnifica, criadora de nova e ponderavel força com que Sergipe, se Deus não o desamparar, poderá entretecer luzentissimos laureis.

Meus senhores:

Não julgo, como ouvi a um amigo, pessimista impenitente, não julgo a Faculdade de Pharmacia e Odontologia morredoiira de nascença! Tampouco, uma phantasia, um devaneio de poeta!

E' obra de pulso, é verdade; ninguém a leva a bom termo sem intelligencia, sem muito esforço, tacto e dedicação...

Não é isso, porem, motivo para que fujamos dos trabalhos e penas e rejeitemos, assim, os beneficios que ella promette.

Com a novel Faculdade iremos a pouco e pouco nos preservando de praticos de pharmacia e de odontologia que infestam aqui e alem, todo o Estado, sem a menor noção de chimica e de physiologia, pathologia geral e de hygiene, tendo os horizontes culturaes de sua intelligencia e de seu preparo technico talvez a quem do fundo de um gral e das anfractuosidades de uma carie dentaria.

Pois não é isso razão sobeja para que se crie e avivente a Faculdade de Pharmacia e Odontologia?

E ella não morrerá!

Diz-mo sobretudo a festividade deste acto com que, - postas de manifesto a confiança em suas proprias forças e a fé no exito da obra que vão emprehender, - quizeram solemnizar os seus compromissos, perante todos nós, professores de cuja vontade e intelligencia já se conhecem fructos sazonados e de cuja estima por Sergipe não é justo suspeitar.

Congratulemo-nos, pois, senhores meus... (SERGIPE, 1926c, p.7885).

No discurso de Augusto Leite nota-se o desejo de que a faculdade prosperasse, além da vontade de fazer crescer o capital cultural dos jovens sergipanos, tomando para si e para o presidente a responsabilidade pelo sucesso, assim, podemos dizer, também, pelo fracasso da instituição, quando diz que “Sergipe lhe pedirá e me pedirá contas um dia”. Ele estava ciente

das críticas que cairiam sobre a faculdade, mas o desejo de aos poucos erradicar a presença dos práticos tanto de Farmácia quanto de Odontologia em Sergipe era mais forte.

Após a fala do diretor da Faculdade, o Presidente Graccho Cardoso pronunciou o seu discurso, no qual enfatizou que a Faculdade em questão era o quarto estabelecimento de ensino técnico experimental e superior de Sergipe criado em três anos e meio de sua administração. Dentre os três primeiros, apenas a Faculdade de Direito Tobias Barreto não obteve o êxito esperado por não haver nenhuma matrícula, sendo obrigada a fechar as portas sem mesmo tê-las aberto, pois o Instituto de Química e a Escola de Comércio Conselheiro Orlando estavam até aquele momento em um bom andamento, como disse o próprio Graccho:

[...] proseguem, firmemente, resistindo ao influxo deleterio do pessimismo ou do derrotismo ambientes, para honra daquelles a cuja guarda foram entregues e imperturbaveis porfiam na sua missão civilizadora, convictos de que, alicerçando-os pelo trabalho, pela constancia e pela fé, é, em synthese, a propria patria brasileira, a alma da nacionalidade, mesma, que cimentam, amparam e resguardam (SERGIPE, 1926c. p.7885).

Nesse trecho da fala de Graccho Cardoso encontramos um ponto em comum com o pensamento do médico Helvécio de Andrade e o dentista Nyceu Dantas, a missão civilizadora, a busca desse processo civilizador realmente ficou marcado como uma obrigação tomada pelo Presidente da Sergipe, e isso pode ser confirmado na maioria das obras que foram escritas sobre Graccho ou sobre a sua gestão.

A missão civilizadora, a qual pode se refere a fala de Graccho Cardoso, não diz respeito apenas aos avanços científicos e tecnológicos, mas também a criação de uma nova estrutura de comportamento, que segundo Elias (2011a), decorre de um longo processo no qual o indivíduo, através de uma imposição externa, incorpora todas os modos e comportamentos que são tidos como “civilizados”, passando a integrar a própria constituição do ser, que segue determinados comportamentos de maneira inconsciente. Então, o processo civilizador deixa de ser algo superficial uniformizando os costumes, as condutas, de um certo modo que ultrapassa as diferenças individuais (ELIAS, 2011a), adentrando em instâncias mais complexas do ser humano, como as estruturas, mental e emocional, e quando está intimamente formado no indivíduo e, de forma mais genérica, na coletividade, desenvolve-se uma mudança na estrutura de personalidade. Em outras palavras, o processo civilizador incorpora condutas sociais nos indivíduos, por meio de ações impositivas, constituindo mudanças profundas no mesmo, o qual imagina suas atitudes, emoções e personalidade como sendo algo natural e que faz parte do

indivíduo, fazendo-o perder a consciência de que sua composição psíquica e emocional faz parte de um extenso processo de conversão nas relações sociais no decurso da história.

Ainda em seu discurso, o Presidente proferiu que a FPOSE se encontrava apta a dar aos estudos das especialidades que constituíam o seu programa um timbre de rigorosa seriedade e inequívoca aplicação científica e profissional, dessa forma captaria cada vez mais a confiança pública e poderia assim transformar-se, dia a dia, no objeto preferido da solicitude primordial do governo.

Graccho Cardoso via na Faculdade recém-inaugurada um manancial autêntico de crescimento, de energia e de coesão social para o estado de Sergipe. Ainda em sua oração percebeu-se que a educação feminina também era um dos pontos de interesse de sua gestão, ele falou da importância da Escola Normal para a educação de moças das classes menos favorecidas, falou da tentativa junto ao Ministério da Agricultura de cessão da Escola de Aprendizes Artífices ao estado, a qual seria metamorfoseada em uma Escola Profissional Feminina.

Com o crescente estreitar-se do campo do monopólio masculino, o uso da atividade da mulher vae paralelamente adquirindo mais amplas possibilidades. A mulher assenhorou-se de algumas das areas de trabalho que lhe eram interdictas [...] o destino da mulher varia com o cambiar mesmo da existencia. Esta, cada vez mais se difficulta e complica, de sorte que, forçada a integrar-se na acerbidade de lucta, busca, na aptidão pratica ou scentifica, o broquel e o estudo da propria soberania e independencia. Dignas são, pois, do nosso amoravel interesse quantas, perlustrando os bancos da Faculdade de Pharmacia e Odontologia, se propuzerem tacitamente a demonstrar a capacidade de que é susceptivel o talento feminino de Sergipe (SERGIPE, 1926c. p.7886-7887).

Com essas palavras percebe-se que o presidente imaginava, para as mulheres, não somente as atividades comuns daquela época, como o ensino, por exemplo, mas também formas de trabalho como farmacêuticas, dentistas etc. Esse estreitamento do monopólio masculino no campo a que ele se refere, no início do seu discurso, não se deu por vontade dos homens, mas pela luta das mulheres por melhores oportunidades de trabalho. Porém, aquelas mulheres normalmente vinham de uma camada da sociedade com um maior poder econômico. Nesse momento da história, de acordo com Dantas (1920), Sergipe já contava com algumas dentistas formadas fora do estado a exemplo da Sra. Laura Amazona (primeira mulher sergipana a se graduar em odontologia) que graduou-se pela Faculdade de Pharmacia de São Paulo no ano 1904, mas sua diplomação ocorreu em 08 de fevereiro de 1905 (Imagem 05 e 06), Ester Aranha



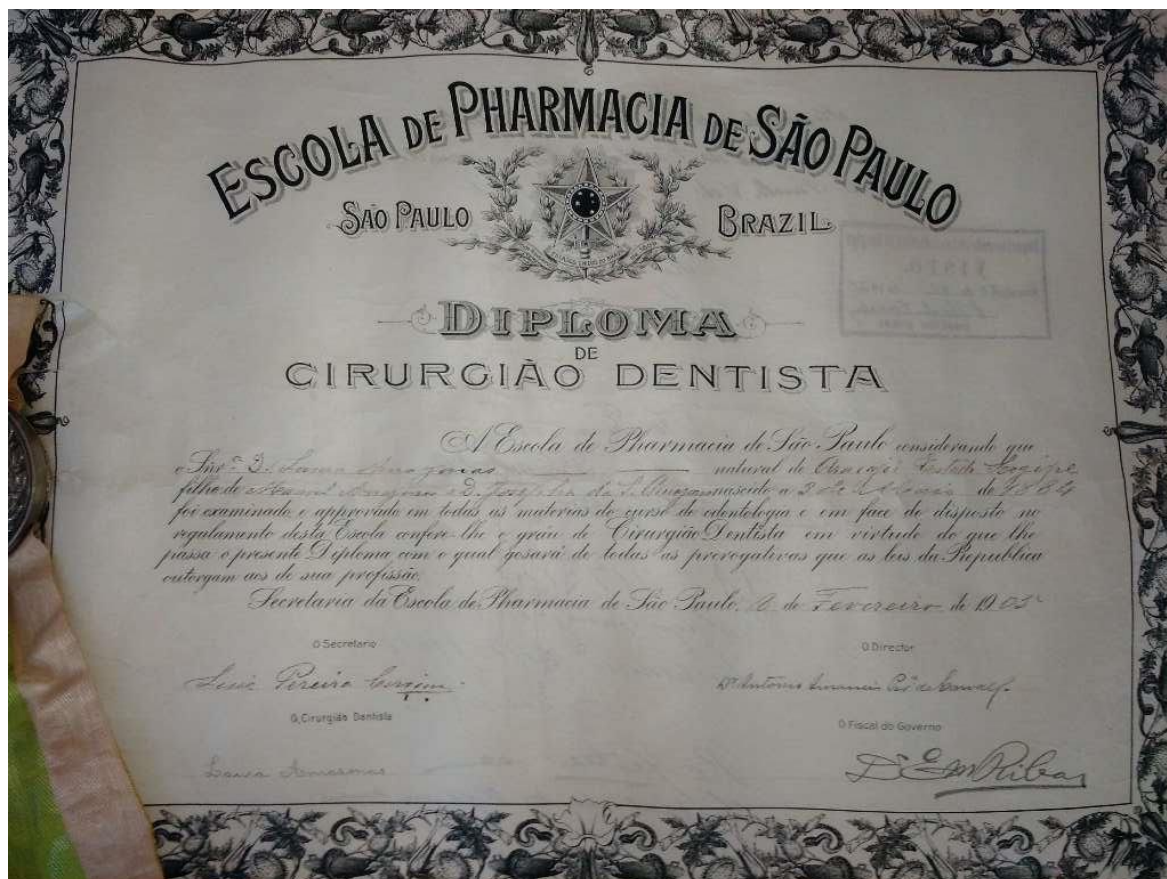
(que atuava em Riachuelo) e Guiomar Calazans e Melo (após casar-se deixou a profissão e mudou-se para o Rio de Janeiro com o esposo) que se formaram pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1912.

**Imagem 05: Formatura da dentista Laura Amazonas**



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Imagem 06: Diploma da dentista Laura Amazonas



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Nunes (2008) aponta outras mulheres que a esse tempo possuíam formação em cursos superiores em Sergipe, a exemplo da médica Ítala Silva de Oliveira, a farmacêutica Cesartina Regis; além das dentistas citadas por Dantas (1920), aparecem na lista as dentistas Mary Firpo, Maria Anita de Carvalho Leite, Dulce Menezes, Francisca Marcillac, as advogadas Alice Cardoso e Maria Rita Soares de Andrade.

Após os aplausos pelo discurso do Presidente, na cerimônia de Inauguração da FPOSE, foi a vez do professor Oscar Nascimento proferir sua fala, na qual comparou a então inaugurada instituição com uma semente que estava, naquele momento, sendo plantada em solo sergipano e que o solo não era mal. Chamou à memória alguns nomes de intelectuais de Sergipe, filhos desse solo como Sylvio Romero, Tobias Barreto, Fausto Cardoso e Gumercindo Bessa, como pronunciou ele, “Invoquemos a imagem dos grandes, para sermos grandes também” (SERGIPE, 1926. p.7887), para mostrar a força desse solo. Falou sobre a importância da higiene e da educação para mocidade sergipana. Durante a solenidade a banda do Batalhão de polícia se apresentou. Este importante episódio da história da odontologia em Sergipe representou para

os dentistas, para aqueles que possuíam formação superior, um marco para o início de ações que só teria suas consequências desencadeada alguns anos depois.

Estavam presentes na solenidade de inauguração da Faculdade entre outras pessoas, Hunald Cardoso, Ascendino Garcez, Gentil Tavares, o desembargador Armando Mesquita, Oscar Prata, o padre Alberto Bragança, Eronildes de Carvalho, Nello Selmi-Dei, o major Arthur Batalha, Leonardo Diniz, o deputado Clodomir Silva, Monteiro de Almeida, Alcides Roupp, o professor José de Alencar Cardoso, Macedo Costa, José de Carvalho, Aristides Fontes, o farmacêutico Agenor Vellane, Arício Fortes, Arthur Paes Barreto, o tenente Stanley Silveira, Helvecio Maia, Joaquim Meyrelles, Almiro Fontes, Appolonio de Souza, Benedito Alves de Almeida, Vieira Sobral, Braz Bispo dos Santos, Pavia de Britto, José Ribeiro Bomfim e Cyro Cordeiro de Farias, além de todos essas personalidades sergipanas que aparecem citadas no noticiário do DOE de 06 de Abril de 1926, encontramos no jornal “Diário da Manhã” ( de 07/04/1926, ano XVII, edição nº 3858) outros nomes que estavam presentes na festividade, além de alguns citados anteriormente, as senhoritas Maria de Aguiar Barreto, Antonia Vieira de Vasconcelos, Cordelia Brandão de Carvalho, Mirabel Muniz Smith, Marina Daltro Nabuco, Maria José Lima, Eunice Batalha, Francisca Fernandes, Dona Perpedigna Cavalcante de Menezes, Odysséa Brito Marques, Laura Monteiro da Rocha e Renylde de Moura Reis.

Após esse momento de festividade, as aulas foram iniciadas. Com um corpo docente formado por profissionais de diversas áreas, a FPOSE ficou estruturada como apresentamos no quadro 08.

Quadro 08: **Estrutura administrativa da FPOSE.**

Membros da FPOSE		Local de Formação
<b>Diretor</b>	Augusto César Leite	Faculdade de Med. do Rio de Janeiro
<b>Secretário</b>	Lauro Dantas Hora	Faculdade de Medicina da Bahia
<b>Professores</b>	Josaphat da Silveira Brandão	Faculdade de Medicina da Bahia
	Oscar Baptista do Nascimento	Faculdade Nacional de Medicina
	João Firpo Filho	Faculdade de Med. do Rio de Janeiro
	Ranulpho Hora Prata	Faculdade de Med. do Rio de Janeiro
	Archimedes Pereira Guimarães	Escola Politécnica de São Paulo
	Américo de Miranda Ludolf	Escola Sup. de Agricultura e Veterinária
	Antônio Tavares de Bragança	Faculdade de Medicina da Bahia

Fonte: SERGIPE (1926).

A faculdade foi dirigida por um dos médicos mais conceituado de Sergipe, e corpo docente composto por outros importantes profissionais que, em sua maioria, faziam parte do funcionalismo público do Estado.

Santos (2017) afirma que a criação dessa nova instituição de ensino superior dialogava com as necessidades básicas de Sergipe. Mas nem todos os sergipanos daquela época, e de épocas posteriores pensavam dessa forma. A Escola de Farmácia e Odontologia, como também era chamada pela população, recebeu críticas, depois de sua festiva inauguração, como podemos perceber no “Sergipe Jornal” (1926), onde foi escrito:

[...]. É mais um devaneio da alma trefega do sr. Cardoso, porquanto, não obstante o novel estabelecimento possuir *ab inito* á sua frente, um espirito de escol, que sem favor é o do seu diretor, não cremos, que esta creação tenha vida longa, porque não é possível que n’um Estado como o nosso de poucos recursos, onde falta muita cousa essencial e de resultados efficientes, possa se manter simultaneamente uma Escola de Direito, uma dita de *pharmacia* e odontologia, uma outra de *commerce*, e outras invenções que por ahi pullulam, enquanto o povo estorce absorvido pela carestia pavorosa da vida, agravada pelos pelos surtos do egoísmo e da ambição de muitos [...]  
Felismente, porem, essas invencionices não passam de sonhos que se dissiparão fatalmente ao sopro da realidade as vezes cruel e despotica, mas justiceira e equidosa, porque desfaz illuzões quase sempre fataes... (SERGIPE JORNAL, 1926, p.1)

O jornal que publicou a crítica era dirigido por Antônio Baptista Bittencourt (Deputado Federal – [1924-1926]) que fazia oposição a Graccho Cardoso, embora outros tenham criticado esta ação do governo, foi esse jornal quem teceu as mais duras. E elas não se restringiam apenas às ações, mas também eram dirigidas à pessoa do Presidente do Estado, como pode ser visto no início da transcrição do jornal.

A criação da faculdade recebeu críticas em seu tempo e posteriormente como fez o pesquisador da história sergipana Ariosvaldo Figueiredo a respeito das faculdades de Graccho Cardoso: “formar farmacêutico, dentistas, bacharéis não é prioritário em Estado cuja população, em sua maioria, é analfabeta. Não só analfabeta, subempregada ou desempregada” (FIGUEIREDO, 1989, p.46). Mas o estabelecimento não recebeu apenas críticas, o jornal Diário da Manhã, em sua edição de 7 de abril de 1926 (ano XVII, n 3.858), trazia o seguinte texto:

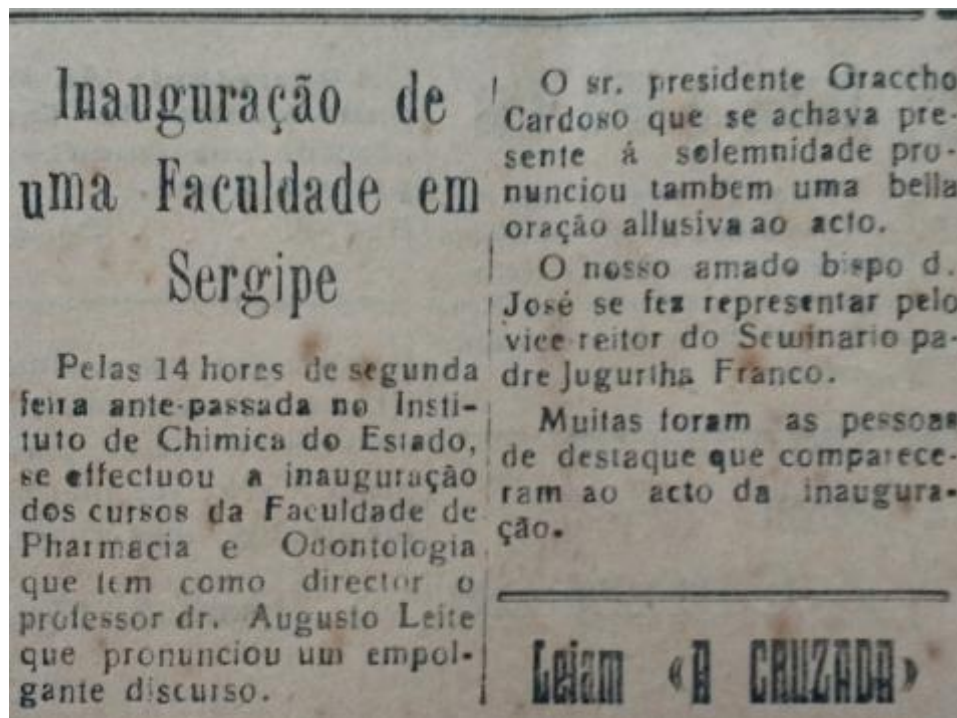
A’s 14 horas de ante-hontem effectuou-se, com solennidade e grande comparecimento, a inauguração da Escola de *Pharmacia* e Odontologia, melhoramento de crescido vulto com que o dr. Graccho Cardoso beneficia, ainda, seu Estado.

E' o quarto estabelecimento de ensino que se abre á mocidade sergipana, demonstrando à sociedade a preocupação que anima o governo para disseminar ensino (DIÁRIO DA MANHÃ, 1926, p.1).

O referido jornal era dirigido por Hunald Cardoso (irmão de Graccho Cardoso) e pelo Deputado Clodomir Silva (amigo e aliado político do presidente do Estado), sendo assim, não poderíamos esperar outra coisa, que não fosse elogios da parte deles ao Governo. Ao compararmos as duas transcrições percebemos a agitação que existia entre os dois agrupamentos políticos, e os jornais (Sergipe Jornal e Diário da Manhã) eram meios de exposição e manifestação de disputa, pois, quando um criticava, o outro elogiava, e isso pode ser comprovado se analisarmos outras publicações dos dois impressos que tratavam de alguma ação do governante do estado.

Azevedo (2015) afirma que o jornal católico “A Cruzada” também tenha tecido elogios em relação ao novo estabelecimento de ensino, mas o que constatamos na edição de 18 de abril de 1926 (ano VIII, n 44, p.1) o jornal apenas apresentou uma nota informativa sobre a inauguração da faculdade (imagem 07).

Imagem 07: **Jornal A Cruzada (1926).**



Fonte: Jornal A Cruzada (18/04/1926) – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (Hemeroteca).

Com críticas e elogios as aulas tiveram início no dia 05 de abril daquele ano, com um número de 22 alunos distribuídos nos dois cursos. E o impresso “O Paiz” (1926), do Rio de



Janeiro, informou o início das aulas juntamente com outras notas sobre a gestão de Graccho Cardoso.

Na tentativa de descobrir os nomes dos alunos, realizamos buscas em alguns arquivos<sup>31</sup>, mas, Isabel Baptista de Sant'Anna foi o único nome que encontramos. Segundo Conceição (2010), ela era aluna do Instituto de Química, a única de uma turma de nove discentes do ano de 1925 a conseguir concluir a etapa de exames finais, obtendo assim a promoção para o segundo ano do curso de Química Industrial. O restante dos alunos da turma da referida aluna abandonou o curso gradativamente. E por esse motivo, no ano de 1926 o curso de Química não funcionou por falta de alunos. Os responsáveis pelo Instituto de Química acreditavam que seria muito desgastante abrir uma turma para apenas uma aluna, e em comum acordo com a discente, ela matriculou-se no curso de Farmácia da Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Sergipe.

Em 16 de julho de 1926, o Presidente do Estado por meio do Decreto nº 942 dá novas denominações a alguns estabelecimentos públicos, dentre eles o Instituto de Chimica passa a se chamar Instituto “Arthur Bernardes”, em homenagem ao Presidente do Brasil da daquela época, e a Faculdade de Pharmacia e Odontologia de Sergipe passa a ser denominada Faculdade de Pharmacia e Odontologia Annibal Freire em homenagem ao sergipano Annibal Freire da Fonseca<sup>32</sup> pelos serviços prestados à pátria e à república. Em 04 de agosto do mesmo ano, o Graccho Cardoso nomeia o Farmacêutico químico Antônio Tavares de Bragança, por meio de decreto publicado no DOE em 05/08/1926, para exercer a função de professor de Química geral

---

<sup>31</sup> No ITPS, na biblioteca Pública Epifânio Dória, no Arquivo Central da UFS, no CEMAS, e no Arquivo Público do Estado de Sergipe.

<sup>32</sup> Nascido em Lagarto, Estado de Sergipe, filho do advogado provisionado Antônio Cornélio da Fonseca e de Júlia Freire da Fonseca e sobrinho do também acadêmico Laudelino Freire, foi educado em sua cidade natal, mas, também estudou no “Ateneu Sergipense” e no colégio do professor Alfredo Montes. Kursou as Faculdades de Direito da Bahia, Rio de Janeiro e Recife, diplomando-se nesta última em 1903. Antes de formar-se foi nomeado promotor público de Aracaju, em setembro de 1902, cargo que deixou em 1904, a fim de assumir no Recife o lugar de subinspetor de Seguros da 3ª circunscrição. Eleito deputado estadual em 1907, foi nomeado em 1908 secretário geral do Estado, exonerando-se no ano seguinte por ter sido eleito deputado federal por Pernambuco. Anos depois foi eleito pelo mesmo Estado para a legislatura de 1924-1926. Aprovado em concurso, obteve por decreto de 31 de maio de 1909 a nomeação de substituto da 3ª Seção da Faculdade do Recife, passando depois a efetivo da 2ª seção e por último professor catedrático de direito administrativo da mesma Faculdade, por decreto de 13 de dezembro de 1916. Foi membro do Conselho Superior de Ensino (1913-1923). Dirigiu o Jornal do Brasil (1922-1929). Deixou o mandato de deputado federal para ocupar o cargo de Ministro da Fazenda (1925-1926) do governo do presidente Artur Bernardes. Voltou reeleito à Câmara dos Deputados, nas duas legislaturas seguintes (1927/1930). Foi membro do Conselho Nacional de Educação (1934-1940) e voltou a ocupar a direção do Jornal do Brasil (1937-1940). Consultor Geral da República (1938-1940), deixou o cargo para ser Ministro do Supremo Tribunal (1940-1951). Aposentado por tempo de serviço (1951), voltou novamente à direção do Jornal do Brasil, onde permaneceu por mais de dez anos (1951-1961). Foi membro e presidente da Comissão Permanente do Livro do Mérito e Chanceler da Ordem do Mérito (1955-1958) e, também, membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional; sócio efetivo do Instituto Arqueológico Pernambucano e sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Faleceu no Rio de Janeiro, aos 86 anos. Foi eleito (1948) para a Cadeira n. 3 da Academia Brasileira de Letras, na vaga de Roberto Simonsen, e deixou uma extensa obra escrita como *Do Poder Executivo da República Brasileira* (1916), *Discursos* (1934), *Pareceres e votos* (1948) *Alocações* (1948) e *Conferências e alocações* (1958). (GUARANÁ, 1925; ABL, 2016)

e mineral do curso de Farmácia da faculdade. De acordo com a publicação, pelo fato dele já exercer funções no Instituto Arthur Bernardes ele receberia apenas a gratificação que o estatuto da Faculdade Annibal Freire designava para o cargo.

Essa foi uma das últimas publicações que encontramos nos documentos pesquisados a respeito da instituição, pois depois dessa, as últimas notícias localizadas sobre a Faculdade foram o decreto nº 975 de 10 de novembro de 1926, baixado pelo novo Presidente do Estado de Sergipe Cyro Franklin de Azevedo (nov/dez.1926) que declarava como suspenso o funcionamento da Faculdade de Pharmacia e Odontologia “Anníbal Freire”, e a nota dos atos oficiais que foram publicados no jornal “Correio de Aracaju” (1926) que dentre outras informações também trazia a notícia de suspensão do funcionamento da instituição de ensino.

Segundo Santos (2017, p.159), Cyro Franklin de Azevedo, “político opositor e fortemente atuante no processo de silenciamento da memória acerca da gestão de Graccho Cardoso, alegando falta de recursos e ausência de alunos matriculados, decretou a extinção das duas instituições”. Essa informação presente nos escritos de Santos (2017) sobre Cyro Franklin político opositor a Graccho Cardoso parece equivocada pois, em algumas edições do Jornal da Manhã (dirigido pelo irmão de Graccho) e do Jornal A Luta (da Cidade de Anápolis, atual Simão Dias), entre os meses de maio e julho de 1926, surgiram manifestações de apoio do então presidente e de seus seguidores político a candidatura de Cyro Franklin, sem falar que o Partido Republicano Conservador, ao qual este último estava agremiado, era aliado de Graccho.

Concordamos com Santos (2017) quando ele escreve que, enquanto esteve no governo, o então presidente do Estado, tratou de silenciar a memória acerca da gestão do seu antecessor. Dantas (2004) fortalece a ideia desse silenciamento, pois segundo ele, Cyro assumiu o governo criticando a gestão de seu antecessor, e logo tratou de anular algumas das iniciativas dele, inclusive a recém-criada Faculdade de Farmácia e Odontologia.

Suspender a atividades da Faculdade Annibal Freire não foi a única ação contrária a Graccho Cardoso realizada por Cyro Franklin, ao assumir a presidência do estado, com a mesma prerrogativa de medidas econômicas por meio do decreto nº 976 (10/11/1926) transformou o Arquivo Público em uma seção da Biblioteca Pública, extinguiu diversos cargos existentes no governo, como por exemplo o de Encarregado de Assistência Dentária exercido pelo cirurgião-dentista Álvaro Garcia da Costa Barros (pelo decreto nº 978 de 10/11/1926) e ainda exonerou diversos funcionários do Instituto Parreira Horta (pelo decreto nº 979 de 11/11/1926).

Segundo Santos (2017) a suspensão das atividades da instituição deveria ser temporária: duraria até que a situação econômica melhorasse e houvesse uma nova possibilidade para a reabertura. Entretanto, esse fato nunca chegou a acontecer. “A Faculdade Aníbal Freire surgiu

como um espaço que buscava a consolidação dos profissionais da área da saúde, como um grito de vitória da ciência sobre a superstição” (SANTOS, 2017, p.179). Embora não tenha acontecido essa consolidação naquele momento, os profissionais da saúde continuaram sua luta em favor da ciência.

Para entender a situação financeira de Sergipe naquele momento buscamos, nos documentos e nos livros, indícios que justificassem tais medidas. No entanto, pelos números encontrados a situação econômica do estado não estava tão ruim como afirmava o governo, pelo contrário, foi na administração de Graccho Cardoso que Sergipe viveu um de seus melhores momentos financeiro, e foi isso que possibilitou que o governo investisse em tanta obra no estado, a exemplo do Hospital de Cirurgia, o Instituto Parreiras Horta, a construção de diversos grupos escolares, dentre outras. De acordo com Nunes (2008) a partir de 1922, Sergipe retomou os índices de crescimento perdido em 1919, com as exportações. Como podemos observar no quadro 09.

Quadro 09: Exportação em Sergipe (1919 – 1926).			
<b>1919</b>	21.334:763\$582	<b>1923</b>	43.003:580\$275
<b>1920</b>	19.418:536\$747	<b>1924</b>	39.758:102\$013
<b>1921</b>	17.687:381\$561	<b>1925</b>	39.393:394\$503
<b>1922</b>	20.387:153\$419	<b>1926</b>	33.882:199\$164

Fonte: NUNES, 2008, p.250.

Esse fato fez com as receitas previstas fossem superadas no decorrer do exercício orçamentário, como o acontecido em 1923, onde a receita orçada foi de 4.290:434\$400 (quatro mil duzentos e noventa contos, quatrocentos e trinta e quatro mil e quatrocentos reis), alcançaria, porém, a arrecadação de 7.333:370\$020 (sete mil, trezentos e trinta e três contos, trezentos e setenta mil e vinte reis). Embora, percebamos uma queda nas exportações a partir de 1924, o valor arrecadado no último ano do governo de Graccho Cardoso (1926) foi menor devido à seca que assolou o estado naquela época, entretanto, ainda estava muito acima da média dos últimos oito anos.

O argumento de dificuldades econômicas não nos foi convincente, mas a suspensão do funcionamento da faculdade acabou não sendo uma novidade para muitos, pois segundo Nunes (2008) os alunos aos poucos estavam abandonando o curso. Supomos que o abandono do curso por parte dos alunos, motivados pela dúvida quanto a equiparação do mesmo, foi o real motivo para a suspensão do curso. Assim, não seria viável para o Estado manter funcionando uma Instituição fora dos seus propósitos. A existência da faculdade, mesmo por um curto período,



representou um avanço para o estado de Sergipe que viveu um momento de desenvolvimento, assim como outros estados do país estavam vivenciando naquela época, formar profissionais que atuassem com base científica foi um dos objetivos da criação dessa instituição de ensino. Este curto período de existência deixou apenas um legado como marco da história do ensino superior no estado, representando para os dentistas, que atuavam em Sergipe e que possuíam formação acadêmica, um primeiro passo para o fim da odontologia prática (exercida por pessoas sem formação acadêmica) em nosso estado.

De acordo com Santos (2017) a experiência inicial de ensino público em nível superior no Estado de Sergipe desaparecia junto com as lembranças daqueles que vivenciaram esses momentos. O cancelamento das atividades da referida faculdade expressava, certamente, a tentativa de retroceder a política de governo empreendida na gestão de Graccho Cardoso, pois, como pudemos observar, essa não foi a única instituição que sofreu intervenção do novo Governo, outras instituições criadas pelo governo de Graccho Cardoso passaram por mudanças, como o Arquivo Público e o Instituto Parreira Horta, como indício de uma política de silenciamento da gestão anterior. Assim, segundo Paixão (1999), a semente plantada aqui em Sergipe, naquele momento, não encontrou terreno fértil, enfrentou uma ventania tenebrosa que a levou para distante daqui.

A busca pela civilidade, que surge nas gestões de governantes e escritos de intelectuais de Sergipe no final do século XIX e início do XX, se perdeu em seu caminho ao longo das três décadas que sucederam a Proclamação da República, visto que maior parte dos esforços que vislumbravam o progresso acabaram por não apresentar o efeito esperado. Porém, a partir de 1922, algumas mudanças no campo econômico do Estado possibilitam ao governo realizar ações mais concretas em prol da melhoria da assistência a população, principalmente no que diz respeito à saúde e à educação. A construção do Hospital de Cirurgia e do Instituto Parreiras Horta permitiram a oferta de uma atenção maior à saúde do povo sergipano, outras medidas no campo da educação, como a institucionalização do ensino superior no Estado, marcaram os quatro anos do Governo de Graccho Cardoso como um dos períodos mais progressistas que Sergipe já viveu.

### **3. DAS ENTIDADES ODONTOLÓGICAS À CRIAÇÃO DE UMA FACULDADE DE ODONTOLOGIA EM SERGIPE (1928 – 1970)**

Após a morte de Cyro Franklin de Azevedo em 17 de janeiro de 1927, uma nova eleição foi realizada em Sergipe, na qual Manoel Corrêa Dantas (1927-1930) saiu vitorioso. Ao assumir o Governo do Estado manteve todas as ações do seu antecessor, segundo Dantas (2004), as secas que ocorreram no estado em 1926 e 1928 afetaram a produção agrícola sergipana, e a crise de 1929 atingiu os empresários e as finanças do Estado, além desses problemas, a ação do grupo de Lampião no interior do estado desafiou as autoridades e preocupou a população sertaneja. Esses problemas dificultaram a gestão de Manoel Corrêa que no final do seu governo já não agradava setores influentes do Estado e da sociedade sergipana.

Até esse momento o ensino superior continuou restrito ao Seminário Maior, pois com o fim da Faculdade Aníbal Freire no ano de 1926, a formação em odontologia e farmácia continuou a ser adquirida em outros estados, Segundo Nascimento (2010, s/p):

O debate sobre o ensino de Odontologia em Sergipe somente foi retomado em 1957, com a fundação de uma sociedade civil que se propunha a manter a Faculdade de Odontologia de Sergipe. O odontólogo Arício Guimarães Fortes liderava o movimento que reunia 28 outros profissionais e assumiu a presidência da associação, tendo como companheiros de diretoria Francisco Moreira Souza, Jurandyr Cavalcante, João Santana, João Simões dos Reis e Lélío Fortes.

O debate sobre o ensino de odontologia acabou esmaecendo por alguns anos, mas os dentistas sergipanos continuavam no exercício de suas atividades e procurando meios para atualizarem seus conhecimentos, e isso acabava acontecendo por meio de participação em cursos e congressos fora do estado, como o 3º Congresso Odontológico Latino-Americano que aconteceu no ano de 1929 na cidade do Rio de Janeiro, no qual, segundo o impresso carioca, “Jornal do Comercio” (1928), havia se formado em Sergipe um comitê regional para auxiliar na organização do evento, composto por José de Magalhães Carneiro, Estevam Magalhães, Arício de Guimarães Fortes, Álvaro de Carvalho Andrade, Laura Soares, Aristides Napoleão de Carvalho, Laura Amazonas, Maria José Guimarães Motta, Mario Sylvio Bastos, Philomeno de Vasconcelos Hora, Ignácio Costa Valente e Nyceu Dantas.

Mesmo com a criação da Sociedade Civil Mantenedora em 1957, as ações para a criação da Faculdade de Odontologia de Sergipe somente tiveram início efetivo por volta de 1965, dentro da Sociedade Odontológica de Sergipe, e isso aconteceu porque maior parte dos

membros eram também membros da Sociedade Civil, assim uma era parte da outra. A intenção de criar uma Faculdade de Odontologia em Sergipe representava para classe odontológica a ampliação de um campo que durante muito tempo, em Sergipe, esteve nas mãos de pessoas despreparadas – dos charlatões. Além da ampliação do campo, havia a intenção de diferenciar os indivíduos desse campo, por meio da formação intelectual, esse campo que segundo Bourdieu (2002) não é um espaço neutro de relacionamentos, mas é estruturado como um sistema de relacionamentos em competição e conflito entre grupos em posições e situações diversas, como um sistema de posições sociais a que estão associadas posições intelectuais e artísticas.

### 3.1 A CRIAÇÃO DE UMA SOCIEDADE DE CIRURGIÕES DENTISTAS (1928 – 1967)

Em meados de 1928, os dentistas sergipanos buscaram unir-se formando uma Sociedade que aos poucos foi ganhando notoriedade. Em 12 de agosto daquele ano foi criada a Sociedade Odontológica de Sergipe e o objetivo da criação desta entidade era prestar atendimento odontológico gratuito aos filhos de pais reconhecidamente pobres.<sup>33</sup> Em seu Estatuto no artigo 1º dizia-se:

A Sociedade Odontológica de Sergipe fundada e instalada na cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe, aos 12 (doze) dias do mês de agosto do ano de 1928 (mil novecentos e vinte e oito) e registrada no Cartório do Registro Público de Pessoas Jurídicas em 31 (trinta e um) de outubro de 1928 (mil novecentos e vinte e oito), no Livro nº 1, folhas 64/70, sob o número de ordem 17 (dezessete), é uma corporação científica, literária e de práticas odontológicas, autônoma e independente no tocante aos fins a que se destina (SOCIEDADE ODONTOLÓGICA DE SERGIPE, 1969, p.20).

Em 26 de setembro de 1928, o jornal carioca “O Paiz” (1928) traz uma nota onde se faz referência ao discurso proferido pelo deputado Humberto Dantas na assembleia, no qual ele

---

<sup>33</sup> Em 1920 Nyceu Dantas já se mostrava preocupado com a saúde bucal das crianças como podemos constatar no artigo dele publicado na Revista do IHGSE: “Facil seria a criação de um estabelecimento, aqui em Aracajú, uma polyclínica, mantida pelo governo para as pessoas pobres, ou pelo menos, para as crianças pobres. Eu daria, de graça, um dia por semana ao estabelecimento, que nessas condições se creasse” (DANTAS, 1920, p.128). “As crianças em Sergipe, não frequentam os consultórios dentários. Uma vez por outra, certas e determinadas crianças são levadas aos consultórios para extrair dentes, somente para extrair! E, por isso, ficam querendo mal aos profissionais, odiando-os até. Crianças há que, quando dão com a vista no dentista, vão logo fugindo aterrorizadas. É um pavor! E os Pais, quando lhes querem fazer medo dizem: - *Olha que eu vou te levar ao dentista!* Que os barbeiros, com as suas torquezas e alicates, fizessem medo, e também os ourives, com os seus processos de obturação, muito bem; mas, os dentistas, não. Os dentistas, com os seus trabalhos clínicos e próticos, evitam a molestia e aperfeiçoam a face” (DANTAS, 1920, p.129).

justifica um projeto de lei que considera de utilidade pública a Sociedade Odontológica de Sergipe. Em 05 de outubro, o Governo do Estado considerou de utilidade pública a Sociedade Odontológica de Sergipe, por meio da Lei 1.017, e autorizou a aquisição de um gabinete odontológico para que além de realizar assistência odontológica a crianças pobres, também pudesse auxiliar os serviços dentários oficiais, principalmente aos menores do Patronato “Francisco Sá”. No ano de 1929, a Sociedade Odontológica tinha a sua frente os dentistas Milton de Carvalho e Arício de Guimarães Fortes.

Em 1933, o *Cadastro: Comercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe*, publicou os nomes dos membros da diretoria da Sociedade, que era composta por Arício de Guimarães Fortes (presidente), Álvaro Garcia da Costa Bastos (1º secretário), João Alfredo Montes (2º secretário), Misael Viana (tesoureiro), Olegário Ananias e Silva (orador), e a comissão fiscal estava representada por Aristides Napoleão de Carvalho, Mário Bastos e Ataíde Guimarães.

Até então, esta Sociedade não tinha cunho de movimento de luta por direito profissional, ou direito de classe, foi apenas em 8 de agosto de 1949 que um grupo de dentistas se reuniu, no salão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), com Alcemiro Saint-Clair (Delegado Regional do Ministério do Trabalho) e Roque Policiano da Cruz (Presidente da Federação Nacional dos Odontologistas – FNO), para discutir a criação de uma sociedade que futuramente pudesse ser transformada legalmente em um sindicato, e para tal discussão, a mesa diretora foi composta por Alcemiro Saint-Clair, Roque Policiano da Cruz, o médico Estevam Nulet (médico-chefe do IAPTEC<sup>34</sup>) e os dentistas Celso Oliva, Laura Amazonas, Francisco Moreira Souza e Mário Bastos (ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS CIRURGIÕES DENTISTAS DE SERGIPE, 1949a).

Naquela ocasião, Roque Policiano explicou aos presentes que a criação dessa nova sociedade não significava a dissolução da antiga Sociedade existente. Francisco Moreira também se posicionou contra tal dissolução, pois segundo ele, a velha Sociedade muito representou em seu passado, sugeriu assim que ela cedesse seus estatutos para serem ajustados à legislação em vigor. Entretanto, a sugestão não foi aceita, pois segundo Saint-Clair e Roque Policiano a Sociedade Odontológica de Sergipe era uma entidade eminentemente cultural. Foi então decidido que um novo estatuto seria elaborado e que a antiga sociedade cederia seu patrimônio para a novel entidade – sindicato. Para as discussões seguintes, uma diretoria provisória foi eleita e assim composta: presidente – Hercílio Prado de Almeida, vice – Valter

---

<sup>34</sup> Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (BRASIL, 1945).

Bastos, 1º secretário – Almira Nascimento, 2º secretário – Francisco Moreira, e o tesoureiro – Manoel Passos. Uma semana após a referida reunião, o grupo realizou uma nova assembleia no salão do IHGSE, para que o estatuto da Associação Profissional dos Odontólogos de Sergipe<sup>35</sup> pudesse ser lido (ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS CIRURGIÕES DENTISTAS DE SERGIPE, 1949b).

Somente um ano depois a entidade voltou a ter seus membros reunidos, em 13 de novembro de 1950, os membros da associação reuniram-se novamente com o presidente da Federação Nacional do Odontologistas, o dentista Roque Policiano da Cruz. Naquela sessão estavam presentes Hercílio Prado Almeida, João Garcez Vieira, Mario M. Andrade, Otávio Guedes de Melo, João M. Mesquita, Mario Bastos, Francisco Moreira Souza, Paulo Lemos Ferreira, José Mesquita, Fernando Lemos Ferreira, Yolanda Vieira Mello, Maria Menezes Viana, Laura Amazonas, Creuza P. do Valle, Manoel Passo, Almira Nascimento, João Simões e Edgar Cândido de Oliveira Filho (vice-presidente da Sociedade dos Cirurgiões-dentistas de Pernambuco e secretário da Revista Pernambucana de Odontologia) (ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS CIRURGIÕES DENTISTAS DE SERGIPE, 1950).

Na ocasião Roque Policiano tratou de uma questão que muito preocupava os dentistas, o charlatanismo. Em seu pronunciamento ele falou que estava disposto a fazer tudo que estivesse ao alcance da Federação e dentro da lei, para solucionar o caso, e que já havia começado a tarefa no Departamento de Saúde. Francisco Moreira solicitou que um ofício fosse confeccionado naquela reunião para ser enviado ao Departamento de Saúde e ao Governo do Estado, para mostrar a irregularidade do quadro de funcionários do Estado, que possuía como dentista de uma Casa de Justiça, um prático, ao tempo que lamentava a sorte os presidiários, por serem dos sergipanos os mais infelizes, até neste sentido. Francisco Moreira ainda pediu que no ofício se fizesse lembrar ao Governador que deve fechar a porta do “pai do Charlatanismo” em Sergipe, uma vez que o dentista prático tinha licença para clinicar apenas na cidade de Maruim (ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS CIRURGIÕES DENTISTAS DE SERGIPE, 1950).

A fala de Francisco Moreira não nos convence que, realmente, estivesse preocupado com as condições do atendimento odontológico recebido pelos custodiados da Casa de Justiça, a que se refere, o que existe no seu discurso nada mais é do que uma disputa de campo que é comum neste tipo de situação, visto que, naquela época, a rivalidade entre os dentistas bacharéis

---

<sup>35</sup> A nomenclatura Associação Profissional dos Odontólogos de Sergipe não era ainda definitiva pois ao que constatamos na 3ª sessão da assembleia, a associação foi denominada Associação Profissional dos Cirurgiões – Dentistas de Sergipe, e em 1965 voltou a denominar-se Sociedade Odontológica de Sergipe.

e os práticos era algo recorrente. O desentendimento, nesta situação, se deu pelo fato de ter um prático, sem conhecimento científico, atuando em um órgão governamental, mostrando a pouca importância dada pelos gestores do Estado à odontologia, e menos ainda aos cuidados com a saúde dos presidiários. Bourdieu (2002, 2003) afirma que os conflitos ocorrem entre os que desejam assumir posições e os que almejam mantê-las. Os campos, enquanto espaços estruturados e hierarquizados, são lugares onde lutas são travadas em busca da conquista de posições e de capital. Sua estrutura envolve conflitos e tensões. O capital específico ao campo é distribuído e acumulado de forma desigual, e este fato motiva aqueles que buscam a sua posse na elaboração de estratégias de luta. Os agentes que detêm a autoridade específica ao campo tendem a estabelecer estratégias de conservação, em oposição aos detentores de menos capital procurando subverter a dominação, articulando táticas de subversão (BOURDIEU, 1989, 2002).

Naquela sessão realizada em 13 de novembro, os dentistas votaram unanimemente para que a Associação fosse transformada em Sindicato, e devido a este fato, uma nova diretoria foi eleita, na qual Paulo Lemos Ferreira se apresentou como presidente, Octávio Guedes de Melo como vice, Francisco Moreira Souza como 1º secretário, Lélcio Passos de Guimarães Fortes como 2º secretário, Maria Viana como tesoureira, e Laura Amazonas, João Simões dos Reis e Adalberto de Carvalho como conselheiros fiscais. Naquela ocasião, o presidente da FNO salientou a necessidade de eleger um delegado do Sindicato junto a FNO, bem como dois suplentes, o novo presidente do Sindicato foi indicado para a função de delegado e os dentistas Hercílio Prado de Almeida e Almira Nascimento foram indicados como suplentes (ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS CIRURGIÕES DENTISTAS DE SERGIPE, 1950).

Durante quase quatro anos, o grupo não realizou nenhuma reunião formal, apenas em 15 de abril de 1954, ocorreu uma nova assembleia na sede do Sindicato dos Bancários de Sergipe. Até aquele momento a Associação Profissional dos Cirurgiões-dentistas de Sergipe não havia ainda sido transformada legalmente em Sindicato, e aparece na ata de reunião com o nome de Associação Profissional dos Odontologistas do Estado de Sergipe, na mesma sessão uma nova diretoria foi eleita.

Se passaram quase onze anos para que um grupo de dentistas se reunissem mais uma vez para tratar de assuntos ligados à classe odontológica. Segundo Bastos (2017)<sup>36</sup>, foi a vinda do dentista e Capitão do Exército Edgar Batista de Matos para Sergipe, que trouxe de volta o espírito da Sociedade Odontológica, que ao saber da existência de entidade em Aracaju e que a

---

<sup>36</sup> Entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

mesma encontrava-se parada, ele candidatou-se a presidente com a finalidade de reativá-la, o que aconteceu em 1965.

Sob a administração de Sebastião Celso de Carvalho<sup>37</sup> (1964-1967), Sergipe chega a 1965 com muitas dificuldades. O subdesenvolvimento é regra, os partidos políticos e os sindicatos sem muita força, e a violência na capital e no interior é constante (FIGUEIREDO, s/d). Mas, Segundo Dantas (2004), no decorrer do seu mandato, Celso de Carvalho aumenta a arrecadação do Estado e, com isso, cria a Companhia Agrícola de Sergipe (COMASE), a Companhia de Habitação Popular de Sergipe (COHAB-SE), o Instituto de Previdência do Estado de Sergipe (IPES) e a Telecomunicações de Sergipe (TELESE, que posteriormente tornou-se TELERGIPE), além de reestruturar o CONDESE (Conselho de Desenvolvimento do Estado de Sergipe) e instituir reformas na DESO (Departamento de Águas e Esgoto) e na ENERGIPE (Empresa Energética de Sergipe).

Mesmo com a pouca força das categorias profissionais, no dia de 2 de abril de 1965, no edifício do SESC-SENAC (Serviço Social do Comércio – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), foi marcada uma reunião, esta noticiada em um jornal da época<sup>38</sup>, entretanto nenhum dos membros da diretoria compareceu, por este motivo, o dentista Paulo Ferreira Lemos foi indicado para dirigir a assembleia e João Simões dos Reis secretariar os trabalhos. Apenas cinco sócios efetivos estavam presentes. Por este motivo, a assembleia não teria foro legal, assim, antes que a sessão fosse encerrada José Reis Cunha sugeriu a inclusão de novos sócios no quadro da Sociedade, por meio de petição oral, assim os dentistas presentes Afrânio José Bastos, Bráulio Cabral Vieira, Edgar Batista de Matos, Maria José de Moura e Maria Tereza Lacerda Mota tiveram suas petições aprovadas.

Na mesma reunião, uma nova folha de ata foi escrita, pois havia a necessidade de eleger uma nova diretoria para o biênio 1965-1966 e após admissão dos novos sócios a reunião teria legalidade. O dentista Valter Bastos sugeriu uma chapa composta por Edgar Batista de Matos (Presidente), Manoel Menezes de Passos (Vice), Maria José de Moura (1ª Secretária), João

---

<sup>37</sup> Sebastião Celso de Carvalho nasceu em Simão Dias (SE) no dia 24 de janeiro de 1923, filho de João de Matos Carvalho e de Rosa de Andrade Carvalho. Bacharelou-se em 1946 pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade da Bahia. Durante sua gestão criou diversas empresas estatais, como a Companhia Agrícola de Sergipe (Comase), a Companhia de Habitação Popular de Sergipe (Cohab-SE), o Instituto de Previdência do Estado de Sergipe (IPES) e a Telecomunicações de Sergipe (Telese, que posteriormente tornou-se Telergipe). No plano do ensino superior criou a Faculdade de Odontologia e a Escola de Química de Sergipe. Através do Governo Federal, assinou ainda um convênio com a Petrobrás para a exploração do subsolo de seu estado. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), agremiação que apoiava o regime militar instaurado no país em abril de 1964. Exerceu o cargo de governador até o final do mandato, sendo substituído em 31 de janeiro de 1967 por Lourival Batista (ABREU *et al*, 2010).

<sup>38</sup> Não conseguimos localizar o jornal.

Andrade Garcez (2º Secretário), Edildécio Andrade Vieira (1º Tesoureiro), João Garcez Vieira (2º Tesoureiro) e Carlos José Magalhães de Melo (orador). E o conselho deliberativo ficou sob a responsabilidade de João Simões dos Reis, José Reis Cunha, Afrânio José Bastos, Bráulio Cabral Vieira e Maria Tereza Lacerda Mota.

Em 22 de abril, de 1965, o grupo conseguiu elaborar uma tabela com a referência de honorários a ser cobrado a cada procedimento odontológico realizado no consultório, um passo muito importante para os dentistas daquela época. E em um momento posterior, em assembleia, foi concebido o projeto de reforma do Estatuto da Sociedade. Ao que percebemos nas atas das reuniões, a Sociedade além de lutar pela legitimidade da profissão, sendo contrária a atuação dos práticos no exercício da odontologia, ela também era um espaço onde os dentistas poderiam discutir casos clínicos, além de realizar atividades culturais e sociais, pois, segundo Paixão (2017), eles realizavam até baile de carnaval.

A referida Sociedade prezava pelo estudo contínuo, conforme regia seu Estatuto, e isso, é percebido pela participação dos membros em encontros e congressos que aparece relatada em ata. Um exemplo é a participação de João Simões dos Reis<sup>39</sup>, no 9º Congresso Brasileiro e 2º Congresso Internacional de Odontologia, no Rio de Janeiro, em 1965. João Simões dos Reis foi representando a Sociedade Odontológica de Sergipe, e ao retornar fez uma abordagem, em assembleia, sobre as novas técnicas que foram apresentadas durante o congresso, também trouxe a ideia de transformar a Sociedade Odontológica de Sergipe em uma seção da Associação Brasileira de Odontologia, entretanto essa ideia foi rejeitada pelos membros (SOCIEDADE ODONTOLÓGICA DE SERGIPE, 1965).

Criada em 1917, com o nome Federação Odontológica Brasileira (FOB), passou a ser oficialmente denominada União Odontológica Brasileira, em 1949, e só em 1962 decidiu-se adotar o nome Associação Brasileira de Odontologia (ABO). A seção sergipana foi fundada em 22 de fevereiro de 1985, tendo com seu primeiro presidente o Dentista João de Andrade Garcez Filho.

A sessão realizada no dia 2 de junho de 1966 foi aberta com a explanação do presidente da Sociedade, Edgar Batista de Matos, na qual falou do desejo do funcionamento da Faculdade de Odontologia, no Estado de Sergipe, visto que já havia um anteprojeto aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde. Na ocasião ainda informou que havia entregue ao Governador do

---

<sup>39</sup> Nascido na cidade de Itanhi (BA) em 04 de abril de 1916, filho do casal Eunápio Simões dos Reis e Benvinda Lima Simões dos Reis, João Simões dos Reis formou-se em odontologia pela Faculdade Fluminense de Medicina no ano de 1938. Segundo Garcez Filho (2017) Dr. João Simões era um dentista excepcional na prática da odontologia, ele era excêntrico e autoritário. Além de dentista também se formou em jornalismo.



Estado, Sebastião Celso de Carvalho, o Anteprojeto de Lei que criava a Faculdade de Odontologia, o qual já havia sido aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde. O Anteprojeto foi lido para os presentes, entretanto, o que nele estava escrito não agradou muito o dentista Fernando Vasconcelos que afirmou que o texto carecia de retoques e ao pedir licença para deixar a reunião reforçou seu descontentamento ao dizer que se continuasse do jeito que estava não se alcançaria nenhum êxito.

Em outra reunião, dessa vez com a palavra o presidente da Sociedade Civil Faculdade de Odontologia (SCFO), Serafim Gonçalves comunicou que estivera com Augusto Leite falando a respeito da Faculdade de Odontologia e que ele havia recebido a ideia com muito bom grado e que a apoiava. Após a conversa com Augusto Leite, o senhor Serafim, juntamente com os dentistas Edildécio Andrade Vieira e João Simões reuniram-se com os diretores da Fundação da Escola de Medicina e como resultado da reunião ficou decidido que a Fundação da Escola de Medicina daria o nome à Fundação da Escola de Odontologia, tendo esta, direito a voto com um representante do corpo docente e um do corpo discente, exigindo local de funcionamento, material, currículo, etc.

Havia uma dúvida entre alguns dentistas em relação ao funcionamento da Faculdade de Odontologia, por exemplo, se havia obrigatoriedade de funcionar como fundação e Serafim Gonçalves apontava de forma negativa, no entanto não existia uma forma melhor para que isso acontecesse pois era impossível que ela funcionasse de forma particular, e nem como autarquia do Estado. E durante alguns meses a fundação da Faculdade de Odontologia de Sergipe foi o assunto central das discussões nas assembleias da Sociedade Odontológica de Sergipana.

No mês de junho, as discussões em torno da criação da Faculdade de Odontologia renderam uma entrevista do presidente da SOS para o jornal “Diário de Aracaju” (1966), na qual Edgard Batista de Matos explica que o maior incentivo para a criação da referida Faculdade se devia ao desejo férreo de combater o charlatanismo, e por outro lado aumentar o número de dentistas que vivem em Sergipe, dando assistência à população.

No ano de 1966, os dentistas brasileiros tiveram uma vitória no que diz respeito às lutas de classe, ou melhor, ganharam um reforço para a luta contra o charlatanismo e o exercício ilegal da odontologia, no dia 24 de agosto, o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco<sup>40</sup>, sanciona a lei nº 5081 que regula o exercício da odontologia, no qual encontramos o seguinte:

---

<sup>40</sup> Humberto de Alencar Castelo Branco foi presidente do Brasil no período entre 1964 e 1967, durante o regime civil-militar.

Art. 2º. O exercício da Odontologia no território nacional só é permitido ao cirurgião-dentista habilitado por escola ou faculdade oficial ou reconhecida, após o registro do diploma na Diretoria do Ensino Superior, no Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia, na repartição sanitária estadual competente e inscrição no Conselho Regional de Odontologia sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Art. 3º. Poderão exercer a Odontologia no território nacional os habilitados por escolas estrangeiras, após a revalidação do diploma e satisfeitas as demais exigências do artigo anterior. (BRASIL, 1966, s/p)

A sanção da nova lei não fez com que o exercício da odontologia, realizado pelos ditos “dentistas práticos” fosse descontinuado, mas deu a classe odontológica a certeza de que este tipo de “profissional” teria mais dificuldades para gerar “novas crias”, ou melhor, formar novos trabalhadores com a mesma qualificação que ele.

Os referidos práticos, por muito tempo foram considerados um problema para os dentistas com formação acadêmica, pois, além de desvalorizarem a profissão, cobrando preços bem abaixo daqueles praticados pelos dentistas diplomados, acabavam por criar um estereótipo de crueldade para os dentistas. Um fato extremo que aconteceu na relação dentista *versus* prático (charlatão) foi um dos assuntos discutidos na assembleia extraordinária realizada pela Sociedade Odontológica de Sergipe, em 29 de agosto de 1967, na qual o dentista Good Lima foi ameaçado de morte pelo charlatão J. Batista e, como sugestão, para tentar solucionar o problema, João Garcez Vieira opinou para que fossem enviados ofícios para as autoridades, em protesto, e para o colega dentista, apresentando solidariedade da classe em virtude da ameaça sofrida. A situação discutida na referida reunião nos mostra uma das disputas pelo campo das tantas que aconteceram na história da profissão. Embora saibamos dos constantes embates que aconteceram entre dentistas e os práticos, não conseguimos descobrir o que levou J. Batista a ameaçar o dentista Raimundo Good Lima.

E como afirma Bourdieu (2002), o campo tem como principal característica as lutas concorrenciais entre os agentes, em torno de interesses específicos. Essas lutas ocorrem tanto no interior de cada campo como externamente, em relação a outros campos. O campo é constituído através das relações de poder, que se revela em um choque de forças, distribuídas entre posições dominantes e posições dominadas, segundo o capital simbólico, econômico e cultural dos agentes e instituições.

As disputas também aconteciam entre os pares, mas no momento relatado percebemos um instante de união entre eles em defesa do campo, entretanto as reuniões das Sociedade nem sempre tinha o ar pacífico. No ano de 1967, dia 14 de setembro, uma nova diretoria foi eleita como podemos ver no quadro 10, e diferente das anteriores redigidas em ata, esta causou um

certo desentendimento entre alguns membros da Sociedade Odontológica, pois segundo João Simões, em fala proferida na sessão extraordinária no dia 10 de outubro, a eleição feriu o Estatuto da Sociedade e deveria ser anulada preservando temporariamente a gestão anterior, entretanto, os presentes naquela assembleia votaram pela homologação da votação realizada no mês anterior.

**Quadro 10: Estrutura administrativa da Sociedade Odontológica de Sergipe (1967)**

Cargo	Eleito	Nº de Votos
<b>Presidente</b>	Lélio Passos de Guimarães Fortes	11
<b>Vice-presidente</b>	Walter Pereira Bastos	13
<b>1º Secretário</b>	Luiz Alves de Moraes Rêgo	7
<b>2º Secretário</b>	Maria Linhares Nou	12
<b>1º Tesoureiro</b>	Afrânio José Bastos	8
<b>2º Tesoureiro</b>	Humberto Pereira Soares	11
<b>Orador</b>	Francisco Moreira de Souza	11
<b>Conselho Deliberativo</b>	Fernando dos Santos Vasconcelos	11
	José Reis Cunha	9
	Raimundo José de Almeida	8
	João Andrade Garcez	8
	Manoel Menezes Passos	7

Fonte: Quadro confeccionado pelo autor com base na ata de reunião da Sociedade Odontológica de Sergipe.

A partir desse acontecimento, um mal-estar começou a fazer-se presente na Sociedade Civil. Em reunião realizada no dia 31 de agosto de 1967, juntamente com a SOS, o presidente da SCFO leu um ofício a ele enviado pelo Secretário de Educação do Estado, no qual o convidava para participar das sessões do “Grupo de Trabalho da Universidade” bem como solicitava a designação de um suplente para representá-lo na sua ausência, o ofício também solicitava um representante efetivo e um suplente da Sociedade Odontológica.

Serafim Gonçalves fez a referida leitura na intenção de contrapor o presidente da SOS que havia iniciado a reunião cuja a finalidade era eleger suplentes das duas entidades que buscavam a criação do curso de odontologia, fato que o Sr. Serafim discordava pois, segundo ele, o ofício dava a ele a incumbência de escolher o suplente representante da Sociedade Civil. Afastada a ideia do presidente da Sociedade Odontológica ser membro efetivo do “Grupo de

Trabalho da Universidade” uma eleição secreta para escolher os representantes da sociedade foi efetuada sendo eleitos Francisco Moreira de Souza o representante efetivo e Fernando dos Santos Vasconcelos, o suplente.

Ao presidente Serafim Gonçalves também foi solicitado que ele procedesse de mesmo modo realizando uma eleição, porém ele recusou dizendo “que não havia convocado nada e não faria eleição nenhuma”, posteriormente o dentista Francisco Moreira de Souza fez um apelo para que ele desse o direito à Sociedade Civil Mantenedora de escolher, pelo menos, um suplente para representá-lo. Em resposta ao apelo, o senhor Serafim prometeu convocar a Sociedade posteriormente para que o caso fosse decidido (SOCIEDADE ODONTOLÓGICA DE SERGIPE, 1967).

Para resolver o mal-estar criado naquela ocasião, o senhor Serafim Gonçalves de Oliveira enviou um ofício para o professor Carlos Alberto de Barros Sampaio, presidente do Grupo de Trabalho da Universidade, para buscar esclarecimento sobre quem deveria indicar o representante suplente da Sociedade Civil Mantenedora no Grupo de Trabalho, se ele na condição de presidente da entidade ou os outros membros. O ofício foi respondido pelo professor Carlos Alberto, no qual ele informava que, segundo deliberação daquele Grupo, a Sociedade deveria indicar dois representantes sendo um por indicação do seu presidente e o outro indicado pelos membros da SCFO. Assim, na intenção de explicar o acontecido na última reunião da Sociedade Odontológica e considerando a resposta do professor Carlos Alberto, Serafim Gonçalves enviou um ofício para o presidente da SOS, Edgard Batista de Matos, nos seguintes termos:

Em face das controvérsias surgidas na reunião de ontem da Sociedade Odontológica de Sergipe, à qual, acidentalmente assistimos, dirigimos ao Senhor Presidente do Grupo de trabalho que está elaborando o estatuto da Universidade, Professor Carlos Alberto de Barros Sampaio, o ofício cuja cópia anexadas. Em resposta, recebemos daquele ilustre Professor o ofício cuja cópia anexamos também. Consideramos o assunto devidamente esclarecido, restando a esta Presidência, na parte que lhe diz respeito, cumprir as determinações votadas unânimemente pelo referido Grupo de Trabalho, o que estamos fazendo neste momento. Assim sendo, solicitamos a V<sup>a</sup> S<sup>a</sup> se designe dar conhecimento dessas ocorrências aos ilustres membros da Sociedade que V<sup>a</sup> S<sup>a</sup> tão dignamente preside. Aproveitamos o ensejo para apresentar a V<sup>a</sup> S<sup>a</sup> os nossos respeitosos cumprimentos. Atenciosamente Serafim Gonçalves de Oliveira – Presidente da Sociedade Civil “Faculdade de Odontologia de Sergipe”. (SOCIEDADE ODONTOLÓGICA DE SERGIPE, 1967, p.16).

Os três ofícios foram lidos na reunião da SOS realizada no dia 05 de setembro, e transcritos em ata, ao que conta nos ofícios originais, não encontramos nenhuma diversidade

entre o que foi escrito em ata. Ao que consta nos ofícios originais, não encontramos nenhuma diversidade entre o que foi escrito em ata e o conteúdo dos documentos. As palavras de Serafim Gonçalves, ao afirmar que assistiu à reunião de forma acidental deixou alguns membros irritados; as atitudes do vice-cônsul português estavam causando mal-estares e por isso cogitou-se a convocação de uma reunião extraordinária a fim de instituí-lo da presidência da Sociedade Civil, no entanto não conseguimos descobrir o desfecho dessa situação devido à falta de fontes

O ano de 1967 chega ao fim com Lourival Batista<sup>41</sup> (1967-1971) como governador do Estado de Sergipe, que segundo Figueiredo (s/d) tomou posse em plena vigência da Constituição Federal de 24/01/1967. Eleito sem voto do povo, por indicação do marechal Castelo Branco, Lourival Batista recebeu o Estado com uma situação financeira sem problemas graves, e com uma considerável quantidade de empresas estatais criadas.

As iniciativas em busca do processo civilizador que ocorreram no estado desde a década de 1920, do século XX, vinham mostrando alguns resultados, principalmente no que diz respeito à saúde e ao saneamento. Segundo Elias (2011a), uma fase importante do processo civilizador foi concluída no exato momento em que a consciência de civilização, do comportamento e da corporificação da ciência e da tecnologia começou a se espalhar. A mudança de atitudes e da forma de pensar da população é o que faz esse processo acontecer, e isso é percebido quando a população começa a buscar a ciência como meio para cura de problemas de saúde, se afastando um pouco do curandeirismo e do charlatanismo. Para Silva (2016), a melhoria na saúde sergipana começou a ganhar destaque após a fundação do Hospital de Cirurgia. Em 1967, Sergipe possuía um número razoável de hospitais (Hospital de Cirurgia, Hospital Santa Isabel e Hospital São José, na capital; e o Hospital Amparo de Maria, o Hospital de Caridade São Vicente de Paula e o Hospital São Vicente de Paulo, respectivamente nas cidades de Estância, Propriá e Tobias Barreto) e ainda contava com o auxílio laboratorial do Instituto Parreira Horta.

Nenhuma reunião formal da Sociedade Odontológica foi registrada em ata no ano de 1968, somente em 26 de maio de 1969 o foi relatada a discussão sobre a reformulação do estatuto daquela Sociedade, o qual teve seus artigos 1º, 12º, 13º e 53º alterados e aprovados pela assembleia.

---

<sup>41</sup> Nascido em 3 de outubro de 1915, em Entre Rios/BA, filho de Francisco da Costa Baptista e Angelina Gomes Baptista. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1942. Logo após a formatura, veio residir em Sergipe. Elegeu-se deputado estadual pela primeira vez na legislatura de 1947 a 1951. Foi Prefeito de São Cristóvão de 1951 a 1954; deputado federal de 1958 a 1967; governador de Sergipe de 1967 a 1970; senador da República, de 1970 a 1995 (SANTANA, DIAS, GOMES, 2009).

Naquele mesmo ano, o então presidente da Sociedade, Lélío Fortes, na reunião de 30 de junho, teceu elogios ao então Governador do Estado, Lourival Batista, sugerindo a inclusão dele na Sociedade como Sócio Benemérito. A proposta foi amplamente discutida e consecutivamente aceita integralmente. Naquela ocasião, o presidente falou sobre a vinda futura de Germano Tabacoff e Benedito Silva, professores da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal da Bahia para Aracaju, com a finalidade de realizar conferência e demonstrações práticas de caráter técnico-científico, mostrando assim, a importância dada pela Sociedade no que concerne a atualização do conhecimento para seus membros.

No ano de 1969, em 12 de setembro, a Sociedade se reuniu mais uma vez para que um novo corpo diretor fosse formado, na oportunidade o presidente Lélío Fortes apresentou o relatório de gestão 1967/69, naquela oportunidade também foi momento de nova eleição, no entanto, apenas uma chapa foi apresentada a que já dirigia a entidade, a qual e a mesma foi aprovada por unanimidade para representar a Sociedade no biênio 1969/71. Após esta reunião a Sociedade somente voltou a se reunir em assembleia no ano de 1971 para eleger sua nova diretoria, que naquele ano teve a seguinte formação:

**Quadro 11: Estrutura administrativa da Sociedade Odontológica de Sergipe (1971).**

<b>Cargo</b>	<b>Eleito</b>
<b>Presidente</b>	Fernando dos Santos Vasconcelos
<b>Vice-presidente</b>	Edildécio Andrade Vieira
<b>1º Secretário</b>	Maria José Moura
<b>2º Secretário</b>	Maria Linhares Nou
<b>1º Tesoureiro</b>	Armando Rodrigues de Brito
<b>2º Tesoureiro</b>	Manoel Cardoso Barreto
<b>Orador</b>	Carlos José Magalhães de Melo
<b>Conselho Deliberativo</b>	Afrânio José Bastos
	Francisco Moreira de Souza
	João Andrade Garcez
	José Reis Cunha
	Lélío Passos de Guimarães Fortes
<b>Suplentes</b>	Humberto Pereira Soares
	Luiz Alves de Moraes Rêgo
	Raimundo José de Almeida

Fonte: Quadro confeccionado pelo autor com base na ata de reunião da Sociedade Odontológica de Sergipe.

A nova diretoria tinha muito pouco de “novo”, pois apresentava apenas alguns nomes que não apareciam na gestão anterior, como podemos observar, a antiga diretoria continuava dentro da nova, de maneira reorganizada. Um fato que nos chamou a atenção nessa diretoria é que maior parte deles se tornaram professores do recém-criado curso de odontologia da Universidade Federal de Sergipe.

No ano de 1972, o curso de odontologia da UFS já estava em funcionamento, a Sociedade Odontológica de Sergipe se reuniu em assembleia, no dia 12 de outubro, para discutir mais uma vez a alteração do estatuto, dessa vez para acrescentar em sua redação uma nova modalidade de sócio, o sócio universitário, oriundos do curso de odontologia. Na ocasião determinou-se que a mensalidade a ser paga pelo sócio universitário seria referente a Cr\$3,00 (três cruzeiros) e para o sócio fundador ou efetivo o valor de Cr\$10,00 (dez cruzeiros), com a palavra o dentista Afrânio Bastos pediu mais motivação da diretoria para que o centro de estudos funcionasse a contento de todos que desejassem mais desenvolvimento científico da profissão. A partir daí os alunos do curso de Odontologia começaram a fazer parte da referida sociedade.

A Sociedade Odontológica sediou a maioria das reuniões da Sociedade Civil Faculdade de Odontologia até mesmo depois do curso de Odontologia já fazer parte dos cursos da Universidade Federal de Sergipe, visto que maior parte dos membros da SOS também participavam da Sociedade Civil e segundo Bastos (2017)<sup>42</sup> elas funcionavam paralelamente. Há necessidade de abordar, neste momento de escrita, a Sociedade Odontológica que se deu pelo fato da referida entidade também ser um espaço de debate científico e literário, e ainda por ser uma das incentivadoras da criação do curso de Odontologia em Sergipe.

Com a criação do Conselho Regional de Odontologia em Sergipe, em 1967, a Sociedade Odontológica acabou perdendo sua notoriedade. Se passaram quatro anos para que o grupo voltasse a se reunir para debater assuntos que fossem registrados em ata. A assembleia de 6 de setembro de 1976 foi a última registrada em ata com a realização de mais uma eleição para a diretoria do biênio 1976/78. Depois dessa data não encontramos nenhuma informação referente à Sociedade Odontológica de Sergipe.

---

<sup>42</sup> Entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

### 3.2 O CONSELHO DE ODONTOLOGIA EM SERGIPE E A REGULAMENTAÇÃO DE UM CAMPO PROFISSIONAL (1967 – 1973)

Os Conselhos Regionais de Odontologia (CRO) começaram a ser criados nos anos 60 do século XX, em substituição ao Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia (SNFO). Segundo o Artigo 11 da Lei nº 4.324 de 14/04/1964, é função dos Conselhos Regionais: entre outras atribuições, fiscalizar em âmbito local o exercício da profissão, deliberar e julgar infrações à ética profissional. Segundo o Conselho Federal de Odontologia (2013), no ano de 1967 foram criados os Conselhos Regionais: do Pará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, do Ceará, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso, de Goiás e de Sergipe. A primeira reunião do CRO em Sergipe aconteceu na residência do dentista João Simões dos Reis, situada à rua Itabaianinha 271, no centro de Aracaju, no dia 27 de dezembro de 1967. As primeiras reuniões tinham cunho organizacional e burocrático, pois os membros, buscavam organizar toda a parte legal para o funcionamento propriamente dito da entidade.

Até 11 de janeiro de 1968 algumas reuniões ocorreram, mas até essa data, muitos dentistas ainda não estavam esclarecidos quanto ao mecanismo de ação do CRO, por este motivo, foi solicitado ao presidente da Sociedade Odontológica de Sergipe (SOS), Lélío Fortes, uma convocação dos profissionais da odontologia onde estaria presente o presidente provisório do CRO que, na oportunidade, prestaria o devido esclarecimento sobre o assunto. Entretanto, não conseguimos informações a respeito dessa reunião pois, caso tenha acontecido, não foi relatada em ata, nem na da Sociedade Odontológica de Sergipe nem na do CRO.

No final de janeiro do mesmo ano, mais precisamente no dia 26, mais uma reunião do Conselho aconteceu, já com sede própria, situada em uma sala no 1º andar do Ed. Palácio Serigy (Imagem 08) localizado na praça General Valadão. Na reunião foram estipulados os valores a serem pagos pelos profissionais que deveriam se inscrever no conselho, a inscrição no valor de NCr\$100,00 (Cem cruzeiros novos) (onde NCr\$25,00 seria referente a inscrição, NCr\$15,00 para a confecção da carteirinha e NCr\$60,00 referentes a anuidade) e uma multa de 50% desse valor para os profissionais que não se inscrevessem no órgão. Ainda na mesma reunião, a diretoria do CRO secção Sergipe, no exercício de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 11 da Lei 4.324 de 14 de abril de 1964 e amparada pela resolução nº10/67 do CRO de 9 de dezembro de 1967, determinou que todos os dentistas do estado de Sergipe fossem convidados a se inscrever no referido conselho, pelo prazo de 30 dias, a contar da data desta reunião.



Imagem 08: **Palácio Serigy (1940).**



Fonte: Google. [http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-871234720-aracaju-se-palacio-serigy-dec40-\\_JM](http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-871234720-aracaju-se-palacio-serigy-dec40-_JM)

Essa mesma resolução determinou a composição da primeira diretoria da entidade, que de acordo com o art. 2º, o referido Conselho Regional teria a seguinte composição: Membros Efetivos: os dentistas João Simões dos Reis (presidente), João Garcez Vieira (tesoureiro), Wilma Soares Souza (secretária), Bráulio Cabral Vieira e Mário Policiano Novaes; e como Membros Suplentes: Walter Pereira Bastos, Lélío Passos de Guimarães Fortes, José Reis da Cunha, Antônia Maria da Silva e Maria José Moura. Embora Wilma Soares Souza tenha sido nomeada como secretária do conselho, não conseguimos encontrar nas atas da entidade nenhuma reunião a qual ela tenha desenvolvido a função, visto que na prática essa atribuição foi exercida por Bráulio Cabral Vieira até março de 1969.

No dia 23 de fevereiro outra reunião aconteceu para discutir uma carta/ofício a ser enviada ao Conselho Federal de Odontologia (CFO) expressando os motivos pelos quais a categoria odontológica argumentava a possibilidade de diminuir os valores da tabela elaborada pelo CFO para a inscrição no Conselho. Ainda na reunião, o conselheiro João Garcez Vieira comunicou que, juntamente com o presidente da Sociedade Odontológica de Sergipe e outros colegas, foram ao encontro do governador do Estado no Palácio do Governo para solicitar-lhe um auxílio para que o Conselho fosse instalado condignamente em vista da dificuldade econômica da categoria em cooperar com as taxas aprovadas pelo CRO, e que o governador Lourival Batista havia prometido um auxílio no valor de NCr\$5.000,00. Na mesma reunião, João Garcez Vieira sugeriu a mudança dos valores da tabela para NCr\$10,00 para inscrição,

NCr\$15,00 para expedição da carteirinha e NCr\$30,00 para a anuidade, e a proposta foi enviada para o conselho para a devida homologação.

Em 19 de março de 1968, foi publicado no Jornal Gazeta de Sergipe e no Diário Oficial do Estado, o edital de convocação dos cirurgiões dentistas sergipanos para efetuarem suas devidas inscrições no Conselho Regional de Odontologia. Essa ação inicia a criação do capital simbólico do referido conselho, pois segundo Bourdieu (2001), a existência do capital simbólico pressupõe de alguma forma o atendimento às expectativas coletivas, pois só existe na medida em que é reconhecido pelos outros como um valor. Visto que a legalização de uma entidade de classe representativa iria atender as expectativas da classe odontológica que muito estava dividindo de forma ilegítima seu campo de atuação com charlatões.

Não conseguimos localizar nenhum tipo de informação referente a resistência da classe odontológica em se registrar no conselho, houve uma manifestação no que diz respeito aos valores de cobrança fixados Conselho Federal para o registro. Mas, como se tratava de uma Lei Federal não houve muito o que se discutir.

A atuação social do CRO/SE teve início com a participação do presidente da entidade, representando os dentistas do estado, no 10º Congresso Brasileiro de Odontologia que aconteceu em 1968 na cidade de Belo Horizonte, organizado pelo Conselho Federal de Odontologia em parceria com os Conselhos Regionais, além de representar a classe odontológica sergipana. A participação de João Simões no evento tinha como objetivo entregar a lista dos dentistas que tinham efetuado a inscrição no CRO de Sergipe até aquele momento, um total de 49 inscritos. Ao retornar à capital sergipana, ele apresentou, em reunião, as fichas de inscrições e informações que foram remetidas para o Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia, bem como suas impressões sobre o congresso e os contatos feitos com outros representantes de conselhos regionais do país.

Estes eventos e encaminhamentos possibilitam perceber que João Simões dos Reis detinha um capital simbólico que permitiu que ele desfrutasse de uma posição de destaque frente a um campo, e tal destaque reforçava-se pelo distintivo que reafirmam a posse deste capital, o cargo de Presidente do CRO. Pelo fato do capital simbólico ser um tipo de capital cuja posse permite um reconhecimento imediato da dominação do elemento que o possui sobre os demais elementos do campo, o capital simbólico é assim o instrumento principal da violência simbólica, ao impor sua autoridade sobre os que não o possuem (BOURDIEU, 1989).

Na reunião realizada com os membros do Conselho no dia 18 de outubro de 1968 foi relatada em ata a presença do Sr. João Nunes da Silva, funcionário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que foi designado pelo inspetor daquela Instituição para

observar os trabalhos do Conselho, o referido funcionário trouxe para a reunião valiosas contribuições no que se refere ao exercício da profissão odontológica no interior do Estado e ao mesmo tempo, solicitou do Conselho uma lista que contivesse o nome dos dentistas inscritos e também o seu endereço profissional. Na mesma sessão foi relatada a presença de um grupo de cirurgiões-dentistas da cidade de Estância que apresentou um memorial reivindicando providências no sentido de que uma ação para a fiscalização da atuação profissional fosse realizada naquela cidade, visto que o número de “práticos” que estavam se estabelecendo na cidade vinha aumentando. Ao tomar conhecimento do fato, a diretoria da entidade redigiu uma carta para o CFO solicitando instruções e cobertura quanto as providências exigidas pelo caso, e encaminhando juntamente com a correspondência uma cópia do memorial entregue pelos dentistas de Estância.

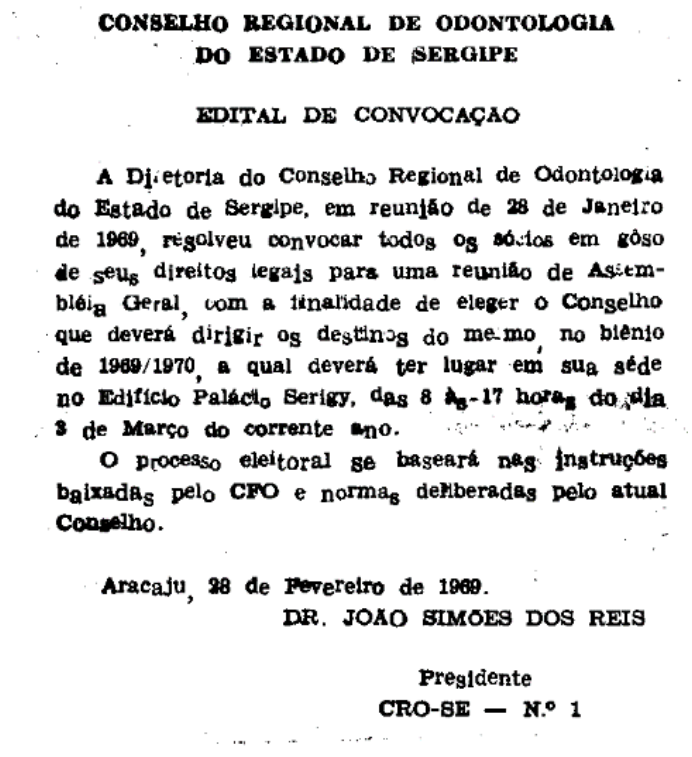
A partir deste fato relatado pelos dentistas estancianos, a diretoria do Conselho deliberou a criação de duas comissões para auxiliar nas atividades do órgão, uma de ética profissional (composta por Edildécio Andrade Vieira, Luiz Moraes Rego, Zilnah Pinto Maciel, Humberto Pereira e Demostenes Cavalcante) e outra de exercício legal da profissão (composta por João Andrade Garcez, Afrânio José Bastos, Fernando Santos Vasconcelos, Maria Linhares Nou, Raimundo Good Lima, Elmir Borges Santos e José de Almeida). Dentre as atividades do conselho, na reunião 19 de novembro de 1968, foi elaborada uma circular para ser enviada a todas as instituições que tivessem cirurgiões-dentistas, executando a profissão, sob sua responsabilidade.

A promessa feita pelo Governador Lourival Batista no início do ano foi cumprida em novembro, assim, a quantia de NCr\$5.000,00 (cinco mil Cruzeiros Novos) foi doada para auxiliar na instalação do CRO-SE, o valor foi entregue à Sociedade Odontológica de Sergipe, que ao receber a quantia enviou ofício ao Conselho comunicando o acontecido. Em sessão, o presidente do Conselho leu para os presentes o ofício enviado pela SOS e enviou-lhe outro solicitando a presença do seu presidente na reunião plenária que aconteceria no dia 03/12/1968. Na plenária da referida data, o tesoureiro do Conselho, João Garcez Vieira, expôs seu pensamento com referência à verba doada pelo Governo do Estado por meio da SOS, e o mesmo fez o presidente daquela Sociedade.

A primeira eleição para ocupar os cargos da diretoria da entidade começou a ser planejada pelos que estavam à frente do Conselho naquela época. Foi a partir de janeiro de 1969 que as primeiras ações foram postas em prática. No dia 29, o edital de convocação para a eleição foi deliberado e no dia 30 ele foi publicado no jornal Gazeta de Sergipe (imagem 09). O jornal também trouxe publicado o nome de 48 dos 49 inscritos no conselho, apenas o dentista Osório

Dias Ribeiro, inscrição nº47, não teve seu nome publicado, cujo motivo não conseguimos descobrir.

Imagem 09: Edital de convocação de eleição para o corpo diretivo do CRO/SE.



Fonte: Jornal Gazeta de Sergipe, Ano XIV, nº3767, p.4. Acervo hemeroteca IHGS  
<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/28817>

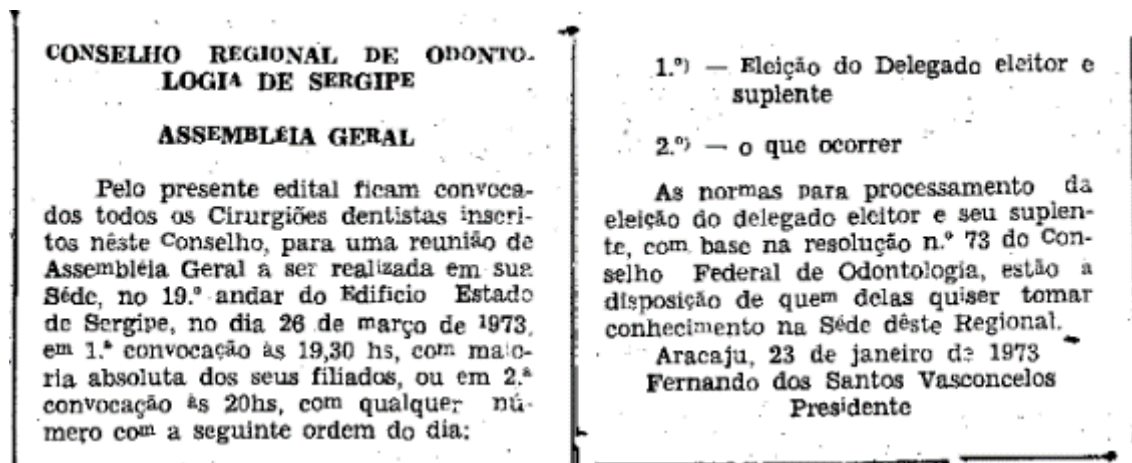
No mês seguinte, foi expedido pelo presidente do CRO um ofício ao presidente da SOS, solicitando-lhe apoio no sentido de coordenar uma chapa para a eleição vindoura. Naquele pleito, quatorze dentistas estavam inscritos para concorrer aos cargos da diretoria do Conselho na eleição que seria realizada no dia 03 de março de 1969. Os pedidos de candidatura dos dentistas Luiz Alves de Moraes Rêgo, Edildécio Andrade Vieira, José Reis Cunha, Manoel Menezes Passos e Walter Werner ficaram a cargo da avaliação do conselheiro João Garcez Vieira; já os pedidos de Paulo Lemos Ferreira, Manoel Cardoso Barreto, Mário Policiano Novaes e Demostenes A. Cavalcante ficaram a cargo do conselheiro João Simões dos Reis; e os pedidos de candidatura de Valter Pereira Bastos, Francisco Moreira de Souza, Fernando dos Santos Vasconcelos, José Carlos Magalhães e Raimundo Good Lima ficaram sob os cuidados do conselheiro Bráulio Sobral Vieira. A eleição foi realizada na data prevista e o resultado da mesma foi publicado na Ata da 66ª reunião ordinária do CRO/SE tendo como eleitos Edildécio

Andrade Vieira, Fernando dos Santos Vasconcelos, Paulo Lemos Ferreira, Luiz Alves de Moraes Rêgo e Manoel Menezes Passos.

Após a nova diretoria assumir controle do conselho do CRO, percebemos que as reuniões deixaram de ser relatadas em ata com tanta frequência, dessa forma, as informações sobre o que se passava nas assembleias não ficaram registradas. Encontramos anotações de apenas três reuniões até o ano de 1972, as quais estão relacionadas apenas à prestação de conta da entidade, fato que este nos chamou muito a atenção pois este mesmo agrupamento que tomou posse da diretoria do Conselho era o mesmo que naquele momento estava à frente da SOS, e o mesmo fato aconteceu naquela Sociedade.

Em 1973, o CRO muda sua sede e passa a ter suas reuniões realizadas em uma sala no 19º andar do Edifício Estado de Sergipe, popularmente conhecido como “Maria Feliciano”. Na primeira reunião da diretoria do órgão que aconteceu no dia 15 de fevereiro o presidente deu conhecimento aos dentistas presentes, que o edital de convocação para eleição de Delegado Eleitor e Suplente havia sido publicado no Diário Oficial do Estado no dia 10 do mês de janeiro, a qual seria realizada no dia 26 de março daquele ano.

Imagem 10: **Editais de convocação para eleição de Delegado Eleitor CRO (1973).**



Fonte: Gazeta de Sergipe Ano XVIII, nº4418, p.5, de 22 de fevereiro de 1973. Acervo hemeroteca IHGS.

<http://jornaisdesergipe.ufs.br/handle/123456789/30332>

Na referida reunião, a diretoria do CRO era composta por Fernando dos Santos Vasconcelos (presidente), Armando Rodrigues Brito (secretário), José dos Reis Cunha (tesoureiro) e João de Andrade Garcez (conselheiro). Entre os meses de março e junho três reuniões foram realizadas com escrituração em ata, somente em 1º de abril de 1974, outra reunião foi registrada em livro, sendo esta a primeira do referido ano, na qual o presidente apresentou uma chapa para eleição de novos conselheiros para o órgão que seria realizada no

dia 14 de abril do ano de 1974 para o biênio 74/76. A chapa apresentada foi analisada pelos delegados eleitorais eleitos no ano anterior, eram eles Lélío Passos de Guimarães Fortes, Afrânio José de Bastos e Armando Rodrigues de Brito, que deram parecer favorável à chapa apresentada.

O Conselho Regional de Odontologia de Sergipe representou para a odontologia um avanço na luta em defesa da categoria, pois as entidades ligadas à odontologia que existiam em nosso estado até então não tinham poder baseado em leis, para regularizar e/ou fiscalizar a atividade odontológica. A partir da criação do Conselho Regional de Odontologia em terras sergipanas, os dentistas do estado ganharam um apoio legal para o fortalecimento do campo. No entanto, percebemos que, desde sua criação, o mencionado conselho foi administrado pelo mesmo agrupamento por muitos anos e, além de atuar, também conduziu outros órgãos, a exemplo da Sociedade Odontológica de Sergipe.

Entendemos que o CRO representou (representa) um microcosmo social possuidor de determinada autonomia, leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que se encontra influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo, o campo odontológico. Sendo esse espaço um lugar de luta entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições. Essas posições são obtidas pela disputa daquilo que Bourdieu (2002) chama de capital, valorizados de acordo com as características de cada campo. João Simões dos Reis foi aquele que mais se mostrou, não só dentro do Conselho Regional de Odontologia, mas dentro do campo odontológico naquela época, ser possuidor desse capital.

Os campos são formados por agentes, indivíduos ou instituições, os quais criam os espaços e os fazem existir pelas relações que aí estabelecem, e essas relações são conferidas pelas fontes que nos auxiliaram a compor essa história da odontologia sergipana. Um dos princípios dos campos é a “estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes” (BOURDIEU, 2004, p. 23). Assim, é o lugar que os agentes ocupam nessa estrutura que indicam suas tomadas de posição. No interior dos campos existem disputas por controle e legitimação dos bens produzidos, assim como também são estabelecidas diferentes relações e assumidas variadas posturas pelos agentes que os compõem. Essas relações de disputa entre os agentes dentro do campo odontológico estão mais evidentes no decorrer deste escrito.

### 3.3 UMA FUNDAÇÃO PARA MANTER A FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE SERGIPE (1957 – 1970)

Após a suspensão da Faculdade de Pharmacia e Odontologia Anníbal Freire, 31 anos se passaram até que o ensino de odontologia voltasse a ser debatido em Sergipe, e isso se deu após o surgimento da Sociedade Civil Faculdade de Odontologia de Sergipe em 1957, todavia o Estatuto da Faculdade de Medicina de Sergipe fundada em 1953 já abria caminho para a criação de faculdades de Farmácia e Odontologia como pode ser observado no art. 2º do citado estatuto:

A Sociedade tem por fim principal organizar e manter uma FACULDADE DE MEDICINA, onde será ministrado o ensino das ciências médicas e cirúrgicas, e que será instalada imediatamente. Oportunamente poderão ser criadas outras Faculdades, para ensino de ODONTOLOGIA e FARMÁCIA (SOUZA, 2015, p.85).

Mesmo diante desta possibilidade, o ensino de odontologia em Sergipe demorou alguns anos para deixar de ser um simples desejo de alguns para começar a ser concretizado. Segundo Paixão (1999, p. 237), “diante do surgimento e funcionamento de outros cursos superiores no Estado, voltaram a pensar na possibilidade de ver funcionando a Faculdade de Odontologia de Sergipe”. De acordo com Souza (2015), nessa época, Sergipe já possuía cinco Faculdades, a de Ciência Econômica, criada em 1948, criadas em 1950 tínhamos a Faculdades de Direito e a de Química, bem como a Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe – FCFS e a Escola de Serviço Social, criada em 1954.

Foi com a criação da Sociedade Civil Faculdade de Odontologia (SCFO) em 09 de abril de 1957, que mais uma semente foi plantada para o ensino de odontologia em Sergipe. A entidade tinha como objetivo organizar e manter uma Faculdade de Odontologia onde seria ministrado o ensino das ciências odontológicas, sendo a referida Sociedade composta por sócios fundadores, beneméritos, contribuintes e honorários. De acordo com o Estatuto publicado no Diário Oficial do Estado de Sergipe (1957) em 18 de junho, a referida Sociedade teve sua primeira diretoria composta como se mostra no quadro 12:

Quadro 12: Composição da diretoria da Sociedade Civil Faculdade de Odontologia (1957).	
<b>Presidente</b>	Arício de Guimarães Fortes
<b>Vice-presidente</b>	Francisco Moreira Souza
<b>1º Secretário</b>	Jurandyr Cavalcante Dantas
<b>2º Secretário</b>	João Batista de Santana
<b>1º Tesoureiro</b>	João Simões dos Reis
<b>2º Tesoureiro</b>	Lélio Passos de Guimarães Fortes

Fonte: SERGIPE, 1957.

A entidade era formada por vinte e oito cirurgiões-dentistas e oito cidadãos alheios à classe odontológica – Augusto Cesar Leite, Carlos Santos, Carlos Alberto B. Sampaio, Constâncio Vieira, Gileno Lima, João Carvalho de Aragão, José Machado de Souza e Muciano Cabral. Segundo Paixão (1999), após o registro do estatuto da Sociedade o grupo procurou apoio nos poderes públicos, com a intenção de conseguir uma sede própria e estruturar o corpo docente, e assim atender as necessidades essenciais ao funcionamento da Faculdade.

Nesse momento da história de Sergipe, o Estado estava sob o governo de Leandro Maynard Maciel (1955-1959) liderança maior da União Democrática Nacional – UDN. Segundo Dantas (2004), ele mostrou-se um executivo dinâmico, realizou obras importantes na capital sergipana, como a conclusão dos trabalhos do novo aeroporto, resolveu o problema do porto e ampliou a rede elétrica na capital e no interior. Apesar dessas e outras realizações, o governo de Leandro Maciel embarçou-se na questão da violência.

Segundo Paixão (1999), como governador do Estado, Leandro Maciel prontificou-se a apoiar os dentistas na luta para a criação da Faculdade de Odontologia, entretanto, por questões políticas e desentendimentos pessoais com os professores das Faculdades e Escolas Superiores que já funcionavam, e por discordar das pretensões dos professores por melhores salários e condições de trabalho, o governador não cumpriu suas promessas. Diferente do que escreve Paixão (1999), Nascimento (2010) informa que o que impediu o êxito da Sociedade naquele momento foi a dificuldade de relacionamento entre o presidente da entidade, Arício Fortes, e o então governador de Sergipe.

Entre as promessas feitas, inicialmente, pelo Governador do Estado, havia intenção de doar à Sociedade Civil um imóvel para instalação de sua sede e, que em acordo inicial a Sociedade deveria escolher um dos prédios do Governo que estavam vagos, sendo um o prédio onde atualmente se encontra a Cúria Metropolitana e o outro onde hoje fica o Memorial do



Poder Judiciário do Estado de Sergipe, ambos localizados na Praça Olímpio Campos, no centro da cidade de Aracaju.

Com a promessa do Governador, a diretoria da SCFO, empolgada, conseguiu através de bancada sergipana na Câmara Federal verbas para instalação, funcionamento, escolha do corpo docente e demais caminhos que levariam à concretização da Faculdade. No entanto, segundo Lélío Fortes em palestra proferida na Maçonaria em 1967, quando tudo estava bem encaminhado, um desentendimento incidiu entre o Governador e os alunos da Escola de Química por questões referentes a melhores vencimentos para os professores, desentendimento este que se agravou, quando em um ato de protesto os estudantes realizaram um enterro simbólico do Governador do Estado, num protesto pela perda de alguns professores, alguns de renome internacional (FORTES, 1967).

Esta atitude lançou a ira do Governador sobre as Faculdades, e a de Odontologia foi afetada ainda em gestação. Isso se confirmou quando a diretoria da SCFO tentou vários contatos com Leandro Maciel e nunca receberam um retorno, somente com a intervenção de Dr. Aloísio Campos que o Governo aceitou receber os membros da Sociedade. Depois de três horas de espera na noite marcada, Arício Fortes e os outros membros foram recebidos. No entanto, para surpresa dos presentes, o dirigente do Estado falou que nada havia prometido, então nada tinha para dar, o que causou um grande aborrecimento. Quando solicitado por Arício Fortes a recordação da palavra dada e evocando testemunhas, afirmou que nunca foi um homem para mentiras ou afirmações levianas, não estaria ali para levantar uma inverdade. Assim, sem argumentos, o Governador encerrou o assunto dizendo que Sergipe não precisaria de mais faculdades pois já tinha demais (FORTES, 1967).

Essa informação que encontramos nos escritos particulares de Lélío Fortes difere dos publicados por Paixão (1999) nos quais ela escreve que ao desentendimento de Leandro Maciel foi com os professores, ao passo que Fortes (1967) afirma ter sido com os alunos e ainda dá detalhes do acontecido, já em relação ao que Nascimento (2010) escreve, há similaridade. Pelo fato da informação se referir aos alunos da Escola de Química, fomos a Conceição (2010), que efetuou dissertação sobre aquela escola, para buscar algo que pudesse confirmar, ou contrapor, a informação encontrada em Fortes (1967), porém, não encontramos nada que pudesse auxiliar a entender a situação.

Contudo, a atitude de Leandro Maciel desiluiu os cirurgiões-dentistas e o desentendimento com o governador culminou na saída de Arício Fortes da presidência da Sociedade, segundo Paixão (1999) e Nascimento (2010a), assumiu o lugar dele a dentista Maria Linhares Nou. Uma atitude inteligente da Sociedade Civil, pois aliado ao valor individual da

dentista, havia também laços de parentesco entre ela e o Governador, entretanto, o esforço foi em vão. Diferente de Paixão (1999) e Nascimento (2010a), Fortes (1967) afirma que com a saída de Arício Fortes da presidência quem assume seu lugar é o vice-presidente Francisco Moreira de Souza, de qualquer forma, independente de quem tenha assumido a presidência, é certo que o movimento enfraqueceu. Diante da dificuldade de relacionamento que passou a existir entre os cirurgiões-dentistas e outros seguimentos do setor educacional com o presidente, as ações da entidade acabaram por ser paralisadas. De acordo com Nascimento (2010a) foi a forte presença de Arício Fortes no movimento que fez com que o governo da UDN dificultasse o empreendimento.

A SCFO passou por um período de adormecimento, período este que se estendeu até o ano de 1964, quando o dentista João Simões dos Reis resolveu tomar a frente da Sociedade, o grupo se encoraja para voltar a lutar para conseguir recuperar o prestígio social, e a criação da Faculdade de Medicina de Sergipe<sup>43</sup> foi o que deu ânimo à classe para voltar às atividades. Assim, constituíram uma nova diretoria para a Sociedade como se apresenta a seguir:

Quadro 13: Composição da diretoria da Sociedade Civil Faculdade de Odontologia (1964).	
<b>Presidente</b>	Serafim Gonçalves de Oliveira <sup>44</sup>
<b>Vice-presidente</b>	João Simões dos Reis
<b>1º Secretário</b>	Jurandyr Cavalcante Dantas
<b>2º Secretário</b>	Edildécio Andrade Vieira
<b>1º Tesoureiro</b>	Paulo Novaes
<b>2º Tesoureiro</b>	Lélio Passos de Guimarães Fortes

Fonte: FORTES (1967).

Entretanto, envolvidos pela ansiedade e pelo forte desejo de ver a Faculdade de Odontologia em funcionamento, os dentistas elegeram uma diretoria fora do contexto estatutário, juridicamente incorreta. Buscando compreender por que essa diretoria estava fora

<sup>43</sup> A ideia de uma Faculdade de Medicina em Sergipe aflora em 1951 pelo Dr. João Batista Perez Garcia Moreno e o Dr. Benjamin Carvalho. A ideia logo, despertou olhares da classe médica sergipana para essa necessidade, mas o projeto não saiu do papel. Na perseverança da realização da Faculdade e com o intuito de viabilizar o projeto, alguns médicos fundam, em 1954, a Sociedade Civil Faculdade Medicina de Sergipe, uma entidade governamental sem fins lucrativos, estando o Dr. Augusto Leite a frente da presidência. Mesmo com o empenho da classe, apenas em 1959, que a Faculdade de Medicina deixa de ser uma ideia e passa a ser uma realidade (SILVA, BARRETO, 2012).

<sup>44</sup> Serafim Gonçalves de Oliveira era vice-cônsul de Portugal no Brasil, bem como comerciante na capital sergipana, dono do Grupo Gonçalves e Cia.

dos padrões legais, voltamos ao Estatuto da Sociedade para buscar o motivo, pois quando Paixão (1999, p. 238) escreve que “[...] pela 1ª vez assume a Presidência uma pessoa que gozava do apreço e simpatia do Grupo”, pensamos que a ilegalidade estaria no fato do novo presidente não ser dentista, mas no Estatuto não há cláusula especificando quem estava apto para o cargo, ou seja, qualquer membro poderia se candidatar ao cargo. Assim, não conseguimos definir a ilegalidade jurídica da eleição por meio das informações que até aqui levantamos.

Apesar, da referida ilegalidade, a os membros da SCMFO começaram a luta, inicialmente mobilizando toda a classe odontológica, em seguida buscando apoio político entre os deputados da bancada sergipana, e através desse apoio angariaram a inclusão de verbas do orçamento da República para a Faculdade de Odontologia, e também conseguiram com que profissionais pudessem se qualificar em centro de excelências no sul do país, como podemos ver no recorte do jornal “Diário de Aracaju” (1966) (Imagem 11). Contudo, devido às dificuldades financeiras, a Sociedade Civil Mantenedora não tinha condições de manter sozinha uma Faculdade de Odontologia. Foi com o apoio da Sociedade Odontológica de Sergipe<sup>45</sup> que os esforços se somaram e a ideia foi levada ao Conselho Estadual de Educação e, juntos, elaboraram um Anteprojeto de Lei, criando assim, a Faculdade de Odontologia como um órgão estadual, por ser a forma mais viável à sua realização (PAIXÃO, 1999).

---

<sup>45</sup> O agrupamento que formava a Sociedade Civil Faculdade de Odontologia era basicamente o mesmo que formava a Sociedade Odontológica de Sergipe e que anos depois ficaria à frente do Conselho Regional de Odontologia de Sergipe (grifo nosso).

Imagem 11: Entrevista de João Simões dos Reis (1966).



Fonte: Jornal Diário de Aracaju, Ano I, nº29, de 23/24 de janeiro de 1966. Hemeroteca IHGSE.

Na entrevista ao "Diário de Aracaju" (1966), João Simões dos Reis deixa claro que a ideia que surgiu lá no governo de Graccho Cardoso, de criação de uma Faculdade de Odontologia, ainda estava viva. Embora não tenha logrado sucesso em seu primeiro momento, e tenha encontrado barreiras na gestão de Leandro Maciel, sobre a qual ele não aprofunda muito sua fala no que diz respeito aos empecilhos e o desentendimento da SCFO com Maciel, o desejo de implantar o curso de odontologia encontrou novos aliados como o deputado José Carlos

Teixeira. No entanto, é na figura de Serafim Gonçalves e na sua condição de vice-cônsul de Portugal que a SCFO encontrou maiores oportunidades para atingir seu objetivo.

Em 25 de agosto de 1966, a Faculdade de Odontologia volta a ter uma matéria a seu respeito publicada no jornal “Diário de Aracaju” (Ano I, nº200), na qual foi escrito:

O projeto de criação da Faculdade de Odontologia voltou ontem a ser debatido em reunião do Conselho Estadual de Educação. O projeto encontrava-se arquivado há muito tempo, sem que fosse submetido a debates, pois em reunião realizada no ano passado, os membros do Conselho de Educação consideraram impraticável a instalação da Faculdade de odontologia em virtude da precariedade dos recursos que poderia dispor o Estado para fazer face às despesas com a criação da referida Faculdade.

O projeto voltou a ser debatido, em virtude das perspectivas favoráveis existentes atualmente, para a criação de uma Universidade Federal, fato que criaria condições para a instalação da Faculdade de odontologia, que passaria a fazer parte da futura Universidade. Ficou acertado que o projeto voltará a ser estudado mais detalhadamente em futuras reuniões (DIÁRIO DE ARACAJU, 1966, p.8).

Na 57ª reunião da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação onde se discutiam questões referentes a instalação da Universidade Federal em Sergipe, falou-se da necessidade de uma Faculdade de Odontologia, pois, nas palavras do conselheiro Francisco Moreira Filho, o Conselho de Educação já havia elaborado um estatuto para a criação dessa Faculdade. Na 61ª reunião da Câmara realizada em 26 de outubro de 1966, o mesmo Moreira Filho relatou o projeto de criação da Faculdade de Odontologia de Sergipe, sobre o qual ele sugeriu algumas alterações para que pudesse seguir os trâmites.

Em agosto do mesmo ano, o Governo Celso de Carvalho (1964–1967) se mostra sensível à causa, colocando a Faculdade no orçamento do Estado para o ano seguinte com um auxílio de oito milhões de cruzeiros como podemos observar no recorte do jornal “Gazeta de Sergipe” (Ano XI, nº3080, p.5, de 26 de agosto de 1966).

### **Faculdade de Odontologia**

Visando criar condições necessárias para a instalação em nosso Estado da Faculdade de Odontologia de Sergipe, o governador Celso de Carvalho já encaminhou – devidamente aprovado pelos interessados – ao CONDESE<sup>46</sup> a documentação enviada pela sociedade civil que rege os destinos da faculdade, possibilitando a inclusão no orçamento para 1967 da importância de oito milhões de cruzeiros.

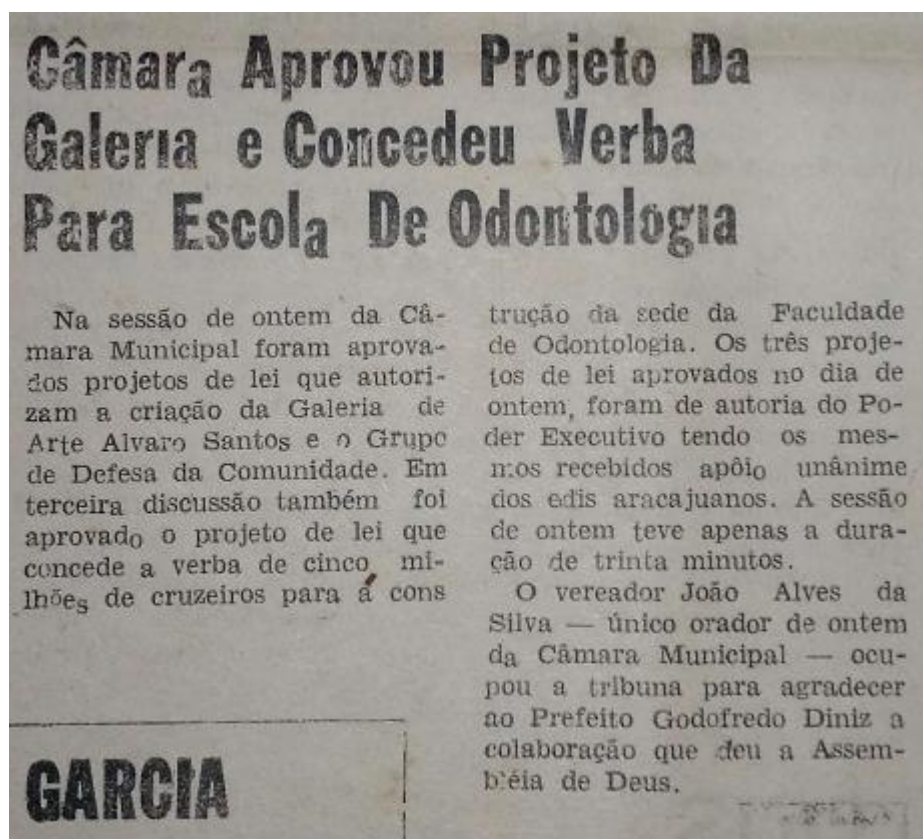
---

<sup>46</sup> Conselho de Desenvolvimento do Estado de Sergipe.

A Divisão de Finanças Públicas do órgão de desenvolvimento econômico de Sergipe anunciou que tal importância constará no orçamento do Estado para 1967 (GAZETA DE SERGIPE, 1966, p.5).

Assim, como o Governo do Estado, o prefeito Godofredo Diniz Gonçalves (1935 – 1941/1963 – 1967) em acordo com a Câmara Municipal de Vereadores de Aracaju também fez uma doação para auxiliar na instalação da Faculdade de Odontologia de Sergipe, por meio do projeto de Lei nº 29 de 19 de outubro de 1966 (anexo I), concedendo a importância de 5 milhões de cruzeiros, o fato foi anunciado no jornal “Diário de Aracaju” em sua edição de 21 de outubro no mesmo ano (Imagem 12).

Imagem 12: **Concessão de verba para a Escola de Odontologia (1966).**



Fonte: Jornal Diário de Aracaju, Ano I, nº245, p.8, de 21 de outubro de 1966. Hemeroteca IHGSE.

A ideia de criar a Faculdade de Odontologia como um órgão de responsabilidade do Estado foi bem acolhida pelo governador Celso de Carvalho, que muito fez para facilitar os trabalhos para implantação da mesma, sendo ele mais um governador a incentivar o ensino superior em nosso estado (PAIXÃO, 1999). Embora ele tenha acolhido a ideia e colaborado com a empreitada para a fundação da Faculdade de Odontologia, como seu mandato estava no



final, não foi possível a implantação da Faculdade até então; ainda que Celso de Carvalho seja considerado um incentivador do ensino superior, nenhuma instituição desse tipo foi criada durante a sua gestão em Sergipe.

De acordo com nota publicada no DOE no dia no dia 23 de setembro de 1966 uma comissão, da qual faziam parte Serafim Gonçalves e os dentistas João Simões e Jurandyr Cavalcante, foi recebida pelo governador, a quem fez a entrega de um memorial juntamente com um Projeto de Lei instituindo a Fundação da Faculdade de Odontologia de Sergipe. O Projeto foi encaminhado pelo Governador para o Conselho Estadual de Educação para apreciação e, em 11 de dezembro, foi encaminhado para a Assembleia Legislativa do Estado.

Em 20 de dezembro o projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa (Projeto de Lei nº62/66) e, no dia 28, o Governador do Estado assinou a Lei nº 1448, criando a Faculdade de Odontologia de Sergipe. Na ocasião muitas pessoas estavam presentes, membros da Sociedade Odontológica e da Sociedade Civil, bem como membros do Conselho Estadual de Educação e do governo como pode ser observado na publicação do Diário Oficial do Estado de Sergipe a seguir:

#### CRIAÇÃO DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA

Às 18 horas de ontem, na sala de despachos do palácio “Olimpio Campos”, teve lugar, consoante já foi amplamente divulgado, a sanção da lei que autoriza o Chefe do Poder Executivo a instituir uma fundação, sob a denominação de “Fundação Faculdade de Odontologia de Sergipe” e dá outras providências, estando presente no ato, além de outros, o Vice-Governador eleito, Prof. Manoel Cabral Machado, Prof. José Carlos de Souza, Secretário de Educação e Cultura, General José Graciliano Nascimento, Secretário de Segurança Pública, Dr. José Aloisio de Campos, Secretário Executivo do CONDESE<sup>47</sup>, Bel. João Moreira Filho, Chefe da Casa Civil, Serafim Gonçalves de Oliveira, Vice-Cônsul de Portugal e Presidente da Sociedade Mantenedora da Faculdade, Cap. Edgard Batista de Matos, Presidente da Sociedade Odontológica de Sergipe, Dr. Arício de Guimarães Fortes, figura respeitável da classe, prof. Carlos Alberto Sampaio, D. Celina de Oliveira Lima, prof. Alcebíades Vilas Boas, Prof.<sup>a</sup> Rosália Bispo dos Santos e Bel. Francisco Melo de Novais, representante do Conselho Estadual de Educação, uma delegação da Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade de Goiás, com o Prof. Ivo de Carvalho à frente parlamentares, membros da Casa Civil e Militar, bem como grande número de odontologistas (SERGIPE, 1966, p.2).

A solenidade marcou um momento importante para o futuro do ensino odontológico em Sergipe, assim, a Lei nº 1.448 tem sua publicação no DOE, em 06 de janeiro de 1967. Segundo Paixão (1999), enquanto os trâmites burocráticos ocorriam, as duas Sociedades, SCFO e SOS,

---

<sup>47</sup> Conselho do Desenvolvimento Econômico de Sergipe.

se mobilizaram junto aos governos federal e estadual com o intuito de conseguir verbas para a aquisição de um imóvel para o funcionamento da Faculdade. Por sugestão de Serafim Gonçalves cogitou-se a compra de um antigo prédio na Praça Tobias Barreto (Imagem 13).

**Imagem 13: Prédio adquirido pela SCFO<sup>48</sup>**



Fonte: Jornal Gazeta de Sergipe, ano XX, nº 5.480 - 15/07/1976. Hemeroteca IHGSE

Os recursos disponibilizados pelos diversos segmentos políticos do Estado, e pela contribuição dos sócios filiados àquelas entidades, possibilitaram a compra do antigo prédio sugerido por Serafim Gonçalves, então, em dezembro de 1966, a Faculdade de Odontologia de Sergipe deu seu primeiro passo concreto.

Dias após a publicação da Lei 1.448, o Jornal Simão-Diense “A Semana” (1967) dirigido por Carvalho Deda traz uma nota informando que o Governador Celso de Carvalho iria sancionar na quarta-feira, a lei que autorizava a abertura de crédito especial no valor de 10 milhões de cruzeiros em favor da Fundação Faculdade de Odontologia de Sergipe, para que fosse adquirido o material escolar e administrativo necessário para o funcionamento da Faculdade. Contudo, não conseguimos localizar outras fontes a respeito dessa lei de autorização de crédito.

---

<sup>48</sup> Antigo prédio que pertenceu ao Almirante Amintas Jorge, foi sede por algum tempo da AABB, e estava situado à praça Tobias Barreto, na área onde encontramos hoje o Centro Médico Odontológico.



Após Lourival Batista ter assumido o governo do estado em 1967, uma comissão de dentistas, envolvidos no processo para colocar a Faculdade de Odontologia em funcionamento, reuniu-se com o professor Carlos Alberto Barros Sampaio em 23 de fevereiro, reunião esta, que contou com a participação de Dom Luciano José Cabral Duarte<sup>49</sup> e como resultado do encontro, foram estabelecidas algumas providências para o funcionamento da Faculdade de Odontologia.

Devido ao progresso para a criação da UFS discutiu-se na reunião, a possível inclusão da Faculdade de Odontologia dentro da nova Universidade, para isso uma comissão formada por dentistas (Grupo de Trabalho) foi criada para elaborar o Estatuto da Faculdade. Dentro dessa comissão estavam: João Simões dos Reis, João de Andrade Garcez, Lélío Passos de Guimarães Fortes, Edildécio Andrade Vieira, Jessé Oliveira Andrade, Fernando dos Santos Vasconcelos, Carlos José Magalhães de Melo, Afrânio José de Bastos, Maria Linhares Nou, Maria José de Moura, Zilnah Pinto Maciel, Armando Rodrigues Brito, Manoel Passos, Fabiano da Silva Aguiar, e Manoel Cardoso Barreto. Posteriormente, outros profissionais da odontologia viriam a compor este grupo, entre eles Walter Pereira Bastos, Edgard Baptista de Matos, Francisco Moreira Souza, Raimundo José de Almeida, Mário Policiano de Novaes, Acácio Tavares, Antônia Maria Silva, Humberto Soares e entre outros (PAIXÃO, 1999).

Ainda segundo a referida autora, a elaboração do Estatuto ficou restrita a um número limitado de participantes, um grupo formado basicamente por quinze dentistas, contando com o apoio constante e ativo de Walter Bastos, Francisco Moreira, João Simões dos Reis e outros dentistas que viriam a formar futuramente o corpo docente do curso de odontologia, os quais ficaram conhecidos como “Grupo dos Quinze”. Nesse processo de estruturação da Faculdade de Odontologia foi muito importante a presença de Francisco Moreira nas questões legais, por sua formação também em direito.

A condução dos trabalhos foi por muito tempo harmônica, com debates e modificações quando necessárias. Mas, destoando da união constante, João Simões com o auxílio de Serafim Gonçalves e de alguns poucos colegas elaboraram um Estatuto, diferente do que o Grupo dos

---

<sup>49</sup> A atuação de Dom Luciano Cabral Duarte como docente do ensino superior iniciou-se com a antiga Faculdade Católica de Filosofia (1951), continuou na Faculdade de Serviço Social (1954), e no início da Universidade Federal de Sergipe - está registrada na memória de seus ex-alunos e ex-colegas de trabalho. Dom Luciano também ocupou outros espaços no campo educacional. Ele foi membro do Conselho Estadual de Educação em Sergipe, nomeado em 1963, assumindo a liderança da Câmara do Ensino Superior e da Comissão de Trabalho que foi instituída em função da criação da Universidade Federal de Sergipe. No Conselho Federal em Educação exerceu três mandatos, entre 1968 e 1986, período no qual produziu pareceres e reflexões que ainda hoje são referência para o debate educacional (FREITAS, 2015). Sobre a atuação de Dom Luciano Cabral Duarte está em construção o estudo da doutoranda Ane Rose de Jesus Santos Maciel do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História do Ensino Superior intitulado Dom Luciano José Cabral Duarte sob a tutela da moral e os auspícios da ordem 1963-1986.

Quinze estava preparando, no qual a Faculdade de Odontologia seria responsável pela formação de dentistas sanitaristas, com um extenso currículo de cinco anos de duração, em tempo integral e com estágio obrigatório (não remunerado) durante um ano no interior do Estado, e outras propostas ditas por Paixão (1999) inadequadas à realidade e que iam em caminho oposto aos propósitos iniciais de todos os colegas.

A atitude de João Simões e seus seguidores foi repudiada pelo restante dos membros da SCFO, isso ficou claro na Assembleia Geral convocada por Serafim Gonçalves (presidente da SCFO) a fim de apresentar o Estatuto. Conforme nota do jornal “Gazeta de Sergipe” (1967) o presidente da SCFO convidou os odontólogos de Sergipe e pessoas interessadas para Assembleia Geral Extraordinária que foi realizada no dia 25 de abril, com o objetivo de tomar conhecimento dos estatutos apresentados pela Secretaria de Educação para a Faculdade de Odontologia, bem como para apresentar subsídios para melhoria dos referidos estatutos.

Ao fim da assembleia, ficou então decidido que os discordantes elaborassem um outro estatuto que se enquadrasse à realidade local e resolvesse as necessidades da comunidade, visto que as alterações sugeridas para aquele apresentado não foram aceitas por João Simões. Assim, os dois modelos foram então apresentados ao Secretário de Estado de Educação, Carlos Alberto Sampaio, e aos membros do Conselho Estadual de Educação.

Mesmo com as incertezas, a luta pela estruturação do campo continuava. Segundo Bourdieu (2002) a estrutura do campo é um estado de relação de forças entre os agentes das instituições que intervêm na luta ou, da distribuição do capital específico que foi acumulado durante as lutas anteriores. Esta mesma estrutura, que está na base das estratégias destinadas a transformá-la, está sempre em jogo: as lutas que ocorrem no campo colocam em ação o monopólio da violência legítima que é característica do campo considerado, isto é, em suma, a conservação ou subversão da estrutura da distribuição de capital específico.

E em maio de 1967 a leitura de um ofício da Faculdade de Odontologia de Sergipe é pauta da reunião da Câmara de Ensino Médio e Superior do Conselho Estadual de Educação de Sergipe, o qual tinha anexo um substitutivo do Estatuto Fundação da referida Faculdade que foi deliberado ao conselheiro Belmiro Gois para realizar o confronto dos dois documentos.

Na reunião da Câmara de Ensino de 23 de agosto do mesmo ano, o conselheiro Barros Sampaio trouxe para discussão um protesto do dentista Lélío Fortes, no qual o dentista acusava o Secretário de Educação de omissão com relação ao anteprojeto da Classe Odontológica enviado à Secretaria e encaminhado ao Conselho, mas o conselheiro Barros explicou que o projeto havia sido encaminhado pela Câmara de Ensino ao professor Belmiro Gois que já havia dado o parecer, sugerindo que fosse realizado um seminário para debater os dois anteprojetos.

Visto que os dois projetos eram destoantes, o projeto apresentado por João Simões dos Reis foi o da criação de uma Faculdade já integrada com estágios no interior, o problema era que ele estava sozinho contra o outro grupo, na visão dos conselheiros. O conselheiro Aluísio de Campos sugeriu um grupo mediador, uma forma intermediária, que seria um curso tradicional composto por um estágio público.

O conselheiro Aloísio de Campos<sup>50</sup> sugeriu a ideia de Belmiro Gois, a realização de um seminário entre os grupos interessados e dois representantes técnicos da Secretaria de Educação. A sugestão então foi acolhida pelo presidente da Câmara de Ensino, Dom Luciano. Dessa forma, segundo ele, seria solicitada a participação do Secretário de Educação, de um representante da Câmara de Ensino Superior e representantes do Conselho Diretor. Assim, o assunto foi materializado no Decreto da Fundação da Universidade de Sergipe. O Conselheiro João Moreira foi designado para fazer uma síntese do caso e dar sua opinião.

Dom Luciano, em conversa com o Dr. Barcelos, comunicou-lhe sobre a possibilidade de uma autorização provisória do Conselho Estadual em âmbito oficial do Conselho Federal, para a implantação da Faculdade, no entanto, o bel. João Moreira informou não haver necessidade de antecipação visto que, com a Universidade Federal, a criação do curso de Odontologia seria uma realidade, pois, segundo ele, aguardar a instalação da Universidade afastaria a ideia de criação de uma Faculdade Isolada com formalidades legais. Dom Luciano Duarte achou a ideia interessante, mas a considerou inexecutável.

Com os trabalhos caminhando para a inserção da Instituição de ensino odontológico dentro da Universidade, houve a sugestão de passar a sede da Sociedade Civil para o patrimônio da Universidade, fato que foi comunicado em uma das reuniões da Câmara de Ensino por Dom Luciano, no entanto, isso não aconteceu. Ao que sabemos, até meados de 1980, o patrimônio da Sociedade Civil ficou sob a responsabilidade da SOS. Segundo Garcez Filho (2017)<sup>51</sup>, Paixão (2017)<sup>52</sup> e Bastos (2017)<sup>53</sup> com a incorporação do Curso de Odontologia à Universidade Federal de Sergipe, o patrimônio da SCFO foi incorporado a SOS.

---

<sup>50</sup> Nasceu na cidade de Frei Paulo/SE, em 29 de novembro de 1914, e faleceu em 23 de outubro de 1986, em São Paulo. Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia no ano de 1943. Sua trajetória é marcada por diversos cargos e funções, entre eles: primeiro secretário executivo do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe — CONDESE — uma instituição responsável pela pesquisa, planejamento e prospecção das potencialidades econômicas do nosso Estado. Posteriormente, foi prefeito da cidade de Aracaju (1968-1970) e instalou um sistema de planejamento urbano, ao elaborar o plano de Desenvolvimento Local Integrado — PDLI. Reitor da Universidade Federal de Sergipe (SOUZA, 2015).

<sup>51</sup> Entrevista concedida ao autor em maio de 2017.

<sup>52</sup> Entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2017.

<sup>53</sup> Entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

Assim como aconteceu com a Faculdade Annibal Freire, a UFS também recebeu críticas. Figueiredo (s/d) afirma que a ideia de fundação de uma Universidade em Sergipe era uma preocupação da elite e que Dom Luciano Cabral Duarte, líder dessa ideia, estava preocupado em formar quadros para a classe dominante. Ainda, segundo o autor, a ditadura queria Universidades em todos os Estados, entretanto não se preocupava com o ensino primário, secundário e o profissional. Então, “sob a inspiração de três golpistas, Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, Governador Lourival Batista e Luciano José Cabral Duarte” (FIGUEIREDO, s/d, p.162), o Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 1967 publicou o Decreto Lei 269, de 19 de fevereiro de 1967, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Sergipe.

Dessa forma, a Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFS) cria os preparativos para que a Universidade pudesse ser instituída, fato que, segundo Souza (2015), aconteceu em 15 de maio de 1968 com cerimônia realizada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe que contou com a presença dos membros da FUFS, Dom Luciano Cabral Duarte, Lourival Batista, e Newton Sucupira (membro do Conselho Federal de Educação e representante do Ministro da Educação).

Na sua edição de 20 de abril, o jornal “Diário de Aracaju” (1968) traz a informação da entrega de um abaixo assinado da classe odontológica de Sergipe por meio das Sociedades Odontológica de Sergipe e Civil Faculdade de Odontologia ao Governador Lourival Batista, no qual o documento subscrito por cinquenta dentistas traz em seu texto algumas informações sobre a Faculdade, ao tempo que solicitam a imediata instalação da Faculdade de Odontologia, como argumento para tal, nele se escreveu que as dificuldades econômicas da população impedia a locomoção daqueles que aspirava a carreira de cirurgião-dentista, para outros estados providos de escolas especializadas, acrescentando ainda que quando o fato acontecia, era causa determinante do êxodo técnico para outras áreas do país.

Ao que podemos observar, este argumento já era usado desde a primeira tentativa de criação dos cursos superiores lá em 1925 e 1926, quando Dantas (1989), afirma que Graccho Cardoso objetivava a implantação no Estado de Sergipe, dos cursos de direito, odontologia e farmácia, porém não logrou êxito, assim, o governo que pretendia vivenciar seu povo estudando em sua terra natal, continuavam a buscar em outros estados da federação, especialmente nas cidades de Salvador, Recife, Rio de Janeiro e Ouro Preto uma educação de nível superior. Entretanto, é de grande importância considerar que diversos alunos, após a conclusão do ensino superior, não regressavam ao Estado, deixando lacunas importantes para o progresso, comprometendo, assim, o desenvolvimento do Estado.

No documento que entregaram ao governador estava escrito que os Serviços de Saúde do Estado eram carentes de recursos humanos no setor odontológico, abrindo o campo para a prática desenfreada do “charlatanismo”, afrontando e desafiando os Poderes Públicos e a Sociedade, apresentando aspectos desfavoráveis à formação técnica. Isso não era um problema único do Estado de Sergipe, segundo Cerqueira (2011) durante a década de 1960, a odontologia sequer fazia parte do Ministério da Saúde, o escasso serviço odontológico se encontrava distribuídos entre diversas instituições, entre elas as conveniadas com o Sistema Previdenciário (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS), e se restringiam a exodontia e alguns procedimentos restauradores. Todas as outras ações eram executadas pelo Estado voltadas para os escolares. A criação do curso de odontologia então buscaria a mudança nesse quadro que se apresentava a odontologia, pois, mesmo com um pequeno grupo de dentistas existentes no território sergipano, poucos cidadãos podiam pagar pelos serviços, por isso que ainda encontramos relatos de atuação de “dentistas práticos” por muito tempo na história da odontologia.

Com a institucionalização da UFS, o curso de Odontologia tem maiores possibilidades para sua criação. A partir daí as reuniões passaram a ser mais constantes e em uma delas, segundo Paixão (1999), a Sociedade Civil convidou o Dr. Edílio Barbosa Pinto (Sic.) da Universidade Federal de Pernambuco, para intermediar as relações entre os órgãos governamentais, a Universidade e a classe odontológica, contando com o apoio e a distinção dos membros do Conselho Superior da UFS, que na época era formado por Dom Luciano Cabral Duarte, Lauro de Brito Porto, Clóvis Conceição, Osmar Fontes, Aquiles Lima, Carlos Alberto de Sampaio e João Cardoso do Nascimento Junior (Magnífico Reitor da UFS).

O jornal “Gazeta de Sergipe” (de 24 de abril de 1968) noticiou a vinda do Prof. Edrízio Pinto, Presidente da Associação Nordestina de Ensino de Odontologia (ANENO), para Aracaju com a finalidade de pronunciar uma conferência (Planejamento de uma Faculdade de Odontologia) no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Na agenda do prof. Edrízio, segundo o tabloide sergipano, além da conferência (imagens 15 e 16), nos dias que estaria na capital sergipana estavam marcados encontros com o Governador do Estado Lourival Batista, com o prefeito Aloísio Campos, com o Secretário de Saúde Eduardo Vital, visita ao Hospital das Clínicas, reunião com a classe odontológica do Estado e ainda um encontro com o presidente da FUFMS. A classe considerou a visita de Edrízio Barbosa Pinto um grande passo para o funcionamento da Faculdade de Odontologia no ano seguinte.

**Imagem 14: Conferência com o Dr. Edrízio Barbosa Pinto (1/2).<sup>54</sup>**



Fonte: Acervo particular da família de Lélío Guimarães Fortes.

**Imagem 15: Conferência com o Dr. Edrízio Barbosa Pinto (2/2).**



Fonte: Acervo particular da família de Lélío Guimarães Fortes.

<sup>54</sup> João Cardoso do Nascimento Junior, Eduardo Vital dos Santos Melo, Lélío Guimarães Fortes, Manoel Cabral Machado, Edrízio Barbosa Pinto, João Simões dos Reis e Serafim Gonçalves.

Enquanto esteve em Aracaju, Edrízio Pinto participou de diversas reuniões, e alguns jornais sergipanos acompanharam sua estadia na capital sergipana. No dia 28 de abril, o “Diário de Aracaju” (1968) e o “Gazeta de Sergipe” (1968) publicaram matérias a respeito das atividades que o educador pernambucano participou, bem como sobre as conclusões das reuniões que aconteceram entre ele, os membros das SOS e com o Governador (imagem 16). Segundo o “Gazeta de Sergipe” (1968), o professor se prendeu à decisão de que a Faculdade de Odontologia deveria ser criada dentro da Fundação Universidade Federal de Sergipe. De acordo com o jornal, Lourival Batista defendia a mesma ideia, e afirmou que o caminho certo para a referida instituição seria por meio da Universidade, embora daria seu apoio independente da forma que a faculdade fosse criada.

**Imagem 16: Encontro com o Governador Lourival Batista.<sup>55</sup>**



Fonte: Acervo particular da família de Lélío Guimarães Fortes.

Já o “Diário de Aracaju” (1968) publicou a opinião de Edrízio Pinto e Lourival Batista sobre a forma, que eles acreditavam ser, mais adequada para a criação da Faculdade de Odontologia, também identificamos o manifesto de satisfação do governador do Estado em ver

---

<sup>55</sup> Encontro da equipe que estava debatendo a implantação da Faculdade de Odontologia com o Governador Lourival Batista. Conseguimos identificar algumas das pessoas presentes nessa fotografia, seguindo a seta para baixo e para a direita da página temos João de Andrade Garcez, Lélío Fortes, Lourival Batista, Eduardo Vital, João Simões dos Reis, Edrízio Pinto, Jessé de Oliveira Andrade, Fernando Vasconcelos, Maria José Moura e Raimundo Almeida, há duas pessoas por trás de Raimundo que não foi possível identificar.

a classe odontológica sergipana empenhada para a instalação do Curso de Odontologia, o periódico também informou que Lourival Batista indicou o dentista João de Andrade Garcez como seu representante na ANENO. Embora na fotografia oficial do encontro entre o presidente da ANENO, o governo do Estado e os membros da SCFO e SOS, só apareçam duas mulheres (Maria José Moura [de óculos] e outra a sua esquerda, que não conseguimos identificar pois está por trás do dentista Raimundo Almeida), elas também participaram do movimento para criação da faculdade, entre os 50 dentistas engajados no propósito, identificamos 18 mulheres.

Ainda na edição de 28 de abril, do jornal “Diário de Aracaju” (1968), foi relatada a intenção do Presidente da FUFMS de tentar harmonizar as forças de atuação contrárias dentro da SCFO, segundo o periódico, Dom Luciano procurou reunir as forças antagônicas que discutiam a estruturação da Faculdade de Odontologia, e assim ficou esclarecido que o funcionamento da escola de ensino superior seria com um currículo de quatro anos.

Na disputa que se criou dentro do próprio campo, entre os membros da Sociedade Civil Faculdade de Odontologia, o grupo liderado por João Simões dos Reis sai derrotado, e o outro grupo que passou a ser representado por João Andrade Garcez saiu vitorioso e com a promessa de inserção do Curso de Odontologia no próximo processo seletivo vestibular. Segundo Paixão (1999), com a não aceitação do seu modelo de curso, João Simões encontra apoio na classe religiosa estanciana representada pelo bispo Dom José Coutinho (arcebispo da cidade de Estância), procuraram impor e infiltrar suas ideias no seio da sociedade daquele município na tentativa de implantar, naquelas terras, a Faculdade de Odontologia, para que então pudesse transferir para a cidade a Sociedade Civil e todos os seus bens e patrimônio. De acordo com Bastos (2017)<sup>56</sup> dos membros da Sociedade Civil apenas Serafim Gonçalves, Bráulio Cabral Vieira e João Garcez Vieira apoiavam a ideia de João Simões.

Para alcançar seu objetivo, segundo Paixão (1999), Serafim Gonçalves convocou uma reunião extraordinária com os filiados da SCFO, no feriado estadual de 08 de dezembro de 1969, trazendo cerca de 200 novos sócios, todos moradores da cidade de Estância e certamente manipulados pelo grupo de João Simões, para numa maioria absoluta, poderem deliberar decisões importantes sobre o destino e concretização da Faculdade de Odontologia. Porém há um equívoco na informação escrita por Paixão (1999) pois ao que consta no edital publicado no jornal “Gazeta de Sergipe” (Ano XIV, nº4003, de 03 de dezembro de 1969, p.4) foi convocada uma Assembleia Geral Extraordinária para o dia 07 de dezembro (num domingo,

---

<sup>56</sup> Entrevista concedida ao autor em abril de 2017.



véspera de feriado) às 9h na Associação Comercial de Sergipe. A mesma data consta nos autos do processo ajuizado pelos outros membros da Sociedade Civil, indignados com a atitude de João Simões, de acordo com Paixão (1999) o chamado Grupo dos Fundadores liderado por João de Andrade Garcez, procurou orientação jurídica com o Bel. Olavo Leite, para interpretar os Estatutos da SCFO, e a partir da interpretação foram descobertas várias irregularidades na gestão do Sr. Serafim Gonçalves.

Por decisão judicial, a diretoria da Sociedade Civil foi destituída no dia 20 de abril de 1970, e uma nova diretoria foi eleita ficando constituída como mostra o quadro 14.

**Quadro 14: Composição da diretoria da Sociedade Civil Faculdade de Odontologia (1970).**

<b>Presidente</b>	João de Andrade Garcez
<b>Vice-presidente</b>	Francisco Moreira Souza
<b>1º Secretário</b>	Lélio Passos de Guimarães Fortes
<b>2º Secretário</b>	Antônia Maria Silva
<b>1º Tesoureiro</b>	Manoel Menezes Passos
<b>2º Tesoureiro</b>	Walter Pereira Bastos

Fonte: PAIXÃO (1999).

João Garcez não assumiu a presidência da SCFO por iniciativa própria, foi por pressão dos membros da Sociedade Civil, visto que, naquele momento, ele era o membro mais influente. Segundo Bastos (2017)<sup>57</sup> ele tinha prestígio com a sociedade sergipana e com o magnífico reitor da UFS, João Cardoso do Nascimento Junior.

Segundo Paixão (1999) Serafim Gonçalves não se conformou com a decisão, assim, resolveu recorrer na Câmara Civil, saindo mais uma vez derrotado, afastando-se por completo das atividades. A decisão foi publicada em nota no jornal “Gazeta de Sergipe” (Ano XV, nº4141, de 26 de maio de 1970).

Mesmo com as desavenças entre os dois grupos em que a Sociedade Civil se dividiu, no ano de 1970 a odontologia saiu vitoriosa, o curso foi criado e passou a fazer parte da Faculdade de Ciências Médicas oferecendo 10 vagas. Para Paixão (1999) com a inclusão do Curso de Odontologia na UFS se fizeram necessárias algumas reformas administrativas na Universidade, e entre elas a mudança, a alteração da nomenclatura da Faculdade de Medicina para Faculdade de Ciências Médicas, o curso básico teve início no Instituto de Biologia, com duração de dois

<sup>57</sup> Entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

anos, dividido em quatro semestres, e abrangendo as disciplinas básicas do contexto curricular proposto inicialmente. E somente no ano de 1972 teve início o curso de formação profissional, também dividido em quatro semestres, abrangendo disciplinas específicas para a formação de dentistas, totalizando 4 anos de estudos. Embora o curso tenha iniciado suas atividades em março de 1970, foi somente em 10 de novembro, que o Ministério da Educação e Cultura em consenso com o Conselho Federal de Educação admitiram oficialmente a criação do Curso de Odontologia na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Federal de Sergipe.

#### 4.0 ODONTOLOGIA NA UFS: A CONCRETIZAÇÃO DE UM SONHO

A Universidade Federal de Sergipe é o resultado de uma trajetória que foi iniciada no final da década de 1940, marco para o surgimento do ensino superior no estado. Institucionalizada em 15 de maio de 1968, a UFS é proveniente da criação da Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola de Química (1948), seguida da Faculdade de Direito e Faculdade Católica de Filosofia (1950), Escola de Serviço Social (1954) e Faculdade de Ciências Médicas (1961), número mínimo necessário de escolas superiores para que a fundação de uma universidade em Sergipe pudesse ser pleiteada.

Quadro 15: **Faculdades e Escolas Superiores que deram origem a UFS.**

FACULDADE	CRIAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
<b>Ciências Econômicas</b>	1948	Praça Camerino, 277
<b>Química</b>	1948	Rua Vila Cristina, 1231
<b>Direito</b>	1950	Av. Ivo do Prado, 612
<b>Católica de Filosofia</b>	1950	Rua de Campos, 177
<b>Serviço Social</b>	1954	Rua Estância, 228
<b>Ciências Médicas</b>	1961	Avenida Des. Maynard, 174 e Rua Campo do Brito, 551

Fonte: SOUZA (2015).

No início de 1970, o periódico “Gazeta de Sergipe” (1970a) fez uma retrospectiva da década de 1960 no Estado de Sergipe, e no que diz respeito à educação, no jornal está escrito que a criação, seguida da instalação, da Universidade Federal de Sergipe foi o fato mais marcante no que tange à educação sergipana, naquela década, pois esta foi uma luta que se iniciou em 1963 e, em meio a muitas discussões, a situação da criação da instituição foi o que mais deu o que falar, visto que Dr. Antônio Garcia Filho<sup>58</sup> idealizava uma entidade autárquica

---

<sup>58</sup> Nasceu em 1916 na cidade de Rosário do Catete/SE. Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1941. Idealizou e fundou o primeiro centro de reabilitação física de Sergipe, à época o terceiro do Brasil, ao qual chamou de Centro de Reabilitação “Ninota Garcia”. Fundou a Faculdade de Medicina de Sergipe, em 1961, sendo o seu primeiro diretor. Lecionou a disciplina de Bioquímica e, ao aposentar-se, recebeu da Universidade Federal de Sergipe, o título de Professor Emérito. Foi o primeiro Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários desta Universidade e seu primeiro professor de Anestesiologia na Faculdade de Medicina. Faleceu em 1999 (SANTANA, DIAS, GOMES, 2009). Silva (2016) em seu livro intitulado “Antônio Garcia Filho: Um Intelectual Engajado (1941-1999)” traça uma trajetória do médico adentrando na história da medicina, da política e da educação especial em Sergipe. A autora atualmente desenvolve uma pesquisa, para sua Tese de Doutorado, sobre os médicos docentes, ex-discentes, da Universidade Federal de Sergipe.

e Dom Luciano Duarte defendia a criação de uma Fundação, no entanto, acabou prevalecendo a ideia do religioso devido a posição clara definida pelo Conselho Estadual de Educação. A aprovação do modelo de universidade proposta por Dom Luciano saiu vitorioso não pelo fato dele ser membro do Conselho Estadual de Educação, mas por diversos fatores que faziam deste modelo mais viável para nosso Estado, além disso, este modelo foi sugerido pelo Conselho Federal de Educação pois foi o mesmo utilizado pelas universidades do Maranhão e do Piauí que já estavam implantadas (LIMA, 2008). Ainda segundo o tabloide, a Fundação Universidade Federal de Sergipe foi criada por decreto do presidente Castelo Branco (1964-1967) em 30 de fevereiro de 1967, no entanto, devido a erros na sua publicação, a UFS somente pode ser instalada em maio de 1968.

Os Estatutos da Fundação Universidade Federal de Sergipe, em seu Art. 23, parágrafo 2º, determinava que, no menor tempo possível, a UFS deveria instalar e fazer funcionar o Curso de Odontologia. Em um ofício enviado pelo Magnífico Reitor da UFS, João Cardoso do Nascimento Junior, ao diretor da Faculdade de Medicina, Dr. José Aloysio Andrade, (anexo II) ele informava que a reitoria iria solicitar ao Conselho Superior da Universidade, a autorização para iniciar a implantação do Curso de Odontologia, abrindo vagas para o Concurso Vestibular para janeiro de 1970. No mesmo documento o reitor escreveu que a Universidade e a classe odontológica tinham grande interesse em proporcionar o mais rápido possível aos jovens, a oportunidade de se profissionalizarem em terras sergipanas.

A criação efetiva do Curso de Odontologia foi noticiada pelo jornal “Gazeta de Sergipe” no qual ele traz a seguinte informação:

### **Foi Criada Faculdade de Odontologia**

Por decisão unânime do Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal de Sergipe, em sua última sessão plenária, foi aprovado o projeto oriundo da Reitoria da Universidade, criando a Faculdade de Odontologia, cujo curso funcionará ainda este ano.

O relator do projeto que cria a unidade universitária, Dr. Eduardo Vital, após estudar detidamente a matéria votou no sentido de que a Universidade Federal de Sergipe deveria, ainda este ano, ministrar o curso de odontologia, não só por carência de um maior número desses profissionais, em nosso Estado, como também, para atender uma das recomendações do Governo Federal, que entre outros cursos prioritários a serem apoiados pelo poder público, figura o de ciências médicas, o qual inclui a Faculdade de Odontologia.

Para os candidatos ao Curso de Odontologia, da Universidade Federal de Sergipe, forma abertas para o corrente ano, 10 vagas, que poderão ser bastante ampliadas nos anos seguintes. As inscrições para todos os vestibulares, segundo fomos informados, serão feitas no período de 10 a 20 do corrente mês, no Departamento de Educação e Cultura, da Universidade (GAZETA DE SERGIPE, 1970b, p.01).

Esse, porém, foi o momento em que a população sergipana ficou sabendo da referida criação, visto que o Conselho Universitário já havia decidido positivamente pela criação do curso, e o Reitor determinou, por meio da resolução nº41/69 de 22 de dezembro de 1969, que o Curso de Odontologia fosse indicado, com a abertura de 10 vagas para o vestibular que seria realizado em janeiro do ano seguinte. Esse acontecimento fez com que a UFS publicasse um novo edital para o Concurso Vestibular, com a inserção de mais 10 vagas para a área de odontologia, pois os editais publicados no mês de dezembro do ano anterior não contemplavam o novo curso. Assim ao invés das 50 vagas iniciais foram abertas 60 vagas, nesse processo seletivo, 540 pessoas se inscreveram para uma vaga na referida área.

Uma semana antes da realização das provas do vestibular, no dia 20 de janeiro de 1970, em sua coluna, publicada periodicamente no jornal “Gazeta de Sergipe”, o jornalista Zózimo Lima publicou um texto intitulado “Faculdade de Odontologia” no qual ele faz uma comparação entre vida do João-de-Barro (ave) e a concretização do Curso de Odontologia, que acreditamos necessita ser analisado.

### **Faculdade de Odontologia**

É sobremodo conhecida a ave denominada João-de-Barro. Constrói o seu ninho não com garrancho mas com barro mesmo. Daí vem o nome.

É arquiteto volátil e vivaz, que jamais se separa da sua companheira fiel e amorosa.

Acontece que quando “joão-de-barro” termina sua casa, com a porta à frente e a janela ao lado para espiar o tempo aparece o vagabundo periquito e, a bicadas, invade-lhe a propriedade construída entre forquilhas. É o periquito invasor audacioso.

Esta história introdutória nessa crônica tem semelhança com a luta entre o periquito e o joão-de-barro e a história da fundação da nossa Faculdade de Odontologia.

Quem mais trabalhou para conseguir que Sergipe tivesse a Faculdade de Odontologia foi o inteligente e honrado lusitano Serafim Gonçalves, sergipano de coração já com filhos nascidos em nossa terra.

Trabalho dêle, exclusivamente dêle com o adminículo de alguns cirurgiões dentistas diplomados.

Acontece, porém, que depois da obra realizada, esforço de Serafim Gonçalves, que não pretende ser doutor, e se o quizesse teria trazido pergaminho do Porto, Coimbra ou Lisboa, aparece uns periquitos que querem se apossar de sua obra, bancando pioneiros.

Dá o fora, fora periquito mestre, e deixa João-de-Barro continuar sua construção. Serafim trabalhou, com o coração pela consecução de tão alta iniciativa, por amor à terra que o acolheu e onde vive com dignidade [...] (GAZETA DE SERGIPE, 1970c, p.02)

Com esse texto temos presumimos que Zózimo Lima havia tomado para si, as dores do amigo Serafim Gonçalves por ter perdido judicialmente sua posição dentro da SCFO, pois ele se equivoca quando diz que o vice-cônsul foi “[..] quem mais trabalhou para conseguir que Sergipe tivesse a Faculdade de Odontologia”, visto que muito foi feito pela classe odontológica para que a Faculdade pudesse ser implantada. No governo de Leandro Maciel ela teve um grande impulso, mesmo não se concretizando e, naquele momento, Serafim Gonçalves não fazia parte da Sociedade Civil. Zózimo ainda desconsidera o trabalho que já vinha sendo executado desde 1957, ao afirmar que foi “[...] Trabalho dêle, exclusivamente dêle com o adminiculo de alguns cirurgiões dentistas diplomados”, já que o português somente entrou para o grupo em 1965. Não queremos com isso desmerecer, ou negar a importância da participação do vice-cônsul de Portugal na implantação do curso de odontologia em Sergipe, mas dar a ele o mérito maior não tem cabimento.

No entanto, esta discussão motivou o questionamento deste pesquisador: qual o interesse de Serafim nessa história toda? Já que ele possuía status na sociedade aracajuana, não somente por seu título, visto que era um comerciante renomado na capital sergipana. Embora, ele tivesse uma admiração pela odontologia como afirma Paixão (2017)<sup>59</sup>, a escrita de Zózimo Lima não se encaixa aos fatos.

A significação de Serafim Gonçalves dentro da SCFO jamais poderá ser negada, mas a parábola condiz com a real situação da Faculdade de Odontologia, pelo menos, não é o que as fontes nos passam. Mesmo com a possibilidade de questionamento das fontes, não encontramos nenhuma informação que condissesse com o texto publicado no jornal “Gazeta de Sergipe” (1970c). Quando Zózimo escreve sobre a lealdade do João-de-barro, pudemos ligar essa relação à que existia entre João Simões e Serafim Gonçalves, pois quando o dentista tentou levar a Faculdade de Odontologia para Estância, o vice-cônsul o apoiou e, pelo que observamos nas fontes eles tinham uma ligação muito grande, visto que foi ideia de João Simões colocá-lo na SCFO. Então podemos afirmar que ninguém invadiu a “casa do João-de-barro” por que na verdade todos tiveram sua parcela de participação nessa conquista que acabou se concretizando no ano de 1970 com o primeiro vestibular para o Curso de Odontologia, e de todo certo se tivesse que comparar a criação da Faculdade de Odontologia com a vida de algum pássaro, não seria o João-de-barro.

---

<sup>59</sup> Entrevista concedida ao autor em fevereiro de 2017.

#### 4.1 O CURSO DE ODONTOLOGIA: PRIMEIROS PASSOS

O concurso vestibular do ano de 1970 foi realizado entre os dias 27 de janeiro e 1º de fevereiro, sendo realizado no Estádio Estadual Lourival Batista. O primeiro edital para o Concurso Vestibular foi publicado na imprensa local no dia 09 de dezembro de 1969 e em datas posteriores, no entanto nas publicações não havia nenhuma referência ao Curso de Odontologia, haviam 50 vagas para a chamada “área biomédica”, ou seja, essas vagas seriam para o Instituto de Biologia. Foi após a aprovação do Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal de Sergipe que as vagas para o novo curso foram publicadas.

No dia 04 de fevereiro daquele ano, a imprensa local divulgou o resultado do Concurso Vestibular, para a alegria de uns e tristeza de outros, que não conseguiram a tão sonhada aprovação. Nesse episódio, aqueles em que o capital cultural estava mais incorporado saíam vencedores, pois segundo Bourdieu (1999, p.5):

[...] no concurso que, a partir do *continuum* das diferenças infinitesimais entre as performances, *produz descontinuidades duráveis e brutais*, do tudo ao nada, como aquela que separa o último aprovado do primeiro reprovado, e institui uma diferença de essência entre a *competência* estatutariamente reconhecida e garantida e o simples capital cultural, constantemente intimado a *demonstrar seu valor*.

Essa diferença de essência a que Bourdieu se refere nos faz refletir que nem sempre aquele que incorporou um nível maior de capital cultural é o mesmo que se mostra mais competente. Foram aprovados quatrocentos inscritos para os diversos cursos da UFS, esses foram os mais competentes, ou melhor dizendo, foram os que mais estavam preparados, e isso não significa necessariamente que eram detentores de maior capital cultural que os que não foram aprovados. Entretanto, no dia 04 de fevereiro, o jornal “Gazeta de Sergipe” (1970d) publicou uma lista com os aprovados no Concurso Vestibular daquele ano e, nessa lista, estão os aprovados do Curso de Odontologia, porém com alguns nomes apresentando erro tipográfico, e o “Diário de Aracaju” (1970) divulgou o nome dos 10 aprovados e mais três excedentes.

Quadro 16: Lista dos aprovados e suplentes do Curso de Odontologia da UFS (1970).

Gazeta de Sergipe	Diário de Aracaju <sup>60</sup>
Ronaldo Ribeiro de Oliveira	Ronaldo Ribeiro de Oliveira
Amélia Maria Soares Duarte	Amélia Maria Soares Duarte
José de Souza Melo Sobrinho	José de Souza Melo Sobrinho
Antônio de Andrade Lima	Antônio de Andrade Lima
Mary Calasans Barreto (Sic.)	Mary Calazans Barreto
José Alberto Cerqueira do Nascimento	José Alberto Cerqueira do Nascimento
Clóvis Valois Chagas	Clóvis Valois Chagas
Virgílio Auxiliadora Nascimento Santos (Sic.)	Virgílio de Carvalho Oliveira Sobrinho
Maria Auxiliadora Nascimento Santos	Maria Auxiliadora Nascimento Santos
Antônio Resende de Almeida	Antônio Resende de Almeida
	<i>Ivan Alves Maia (Sic.)</i>
	<i>Maria Luíza de Oliveira Santiago</i>
	<i>Hugo Barros Gomes</i>

Fonte: Gazeta de Sergipe (1970); Diário de Aracaju (1970).

Durante o mês de fevereiro surgiram várias informações a respeito do período de matrícula, bem como sobre a ausência de alguns aprovados em outros cursos, a exemplo de Química, Serviço Social e para o Instituto de Biologia. Tudo fora publicado na imprensa aracajuana. No entanto, o início dessa nova fase da UFS, não dizemos isso somente pela criação do Curso de Odontologia, aconteceu na noite de 02 de março de 1970, no IHGSE, onde o Prof. Orlando Gomes, jurista baiano, proferiu a “Aula Magna” do Curso de Odontologia da Universidade Federal de Sergipe, intitulada “As novas Dimensões do Instituto da Propriedade”.

A conferência foi presidida pelo Magnífico Reitor Prof. Dr. João Cardoso do Nascimento Jr., na qual o jornal *Gazeta de Sergipe* (Ano XV, nº4074, de 03 de março de 1970) registrou a presença do Governador Lourival Batista, do Representante do Tribunal de Justiça, Des. Antônio Vieira Barreto, do Prefeito de Aracaju Prof. Aloísio de Campos, do Presidente do Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal de Sergipe, Dom Luciano Cabral Duarte, de todos os diretores das Faculdades e Institutos, além de diversos professores, estudantes, e várias pessoas que superlotaram o salão de conferência do Instituto Histórico. Assim, se inicia

<sup>60</sup>Os nomes em itálico e sublinhado presentes neste quadro são referentes aos alunos suplentes.



um novo momento na educação para muitos jovens sergipanos, em especial para os 10 futuros odontólogos.

O curso teria suas aulas realizadas no Instituto de Biologia e no Hospital de Cirurgia, mas como o Instituto de Biologia ainda não tinha sua sede própria, as aulas aconteceram nas dependências do Hospital Cirurgia (imagem 17) devido a um convênio estabelecido entre a Faculdade de Medicina e o referido hospital, o qual possuía seis salas de aula com áreas variando entre 38,44m<sup>2</sup>, as menores, e 60,97m<sup>2</sup>, a maior. Segundo Carmo (2011), apesar da transferência para a nova sede, próxima ao Estádio Lourival Baptista, algumas disciplinas ofertadas pelos cursos de Medicina e Odontologia ainda funcionavam, em abril de 1971, na Fundação Hospital Cirurgia, sede anterior do antigo Instituto de Biologia da UFS.

**Imagem 1:7 Salas de aula do Hospital de Cirurgia.**



Fonte: Arquivo Central da UFS.

Ainda de acordo com Carmo (2011), a finalidade do referido Instituto, no ano de 1969, era ministrar disciplinas básicas de ciências-biomédicas para os alunos do Curso de Medicina e para os alunos do Curso de Odontologia, além de prestar serviço à comunidade através da pesquisa aplicada; preparar técnicos de nível médio, em cursos de curta duração; e de contribuir na formação docente em disciplinas básicas de Biociências. O relato de Garcez (2016)<sup>61</sup> pode nos dar uma ideia de como essas aulas aconteciam:

Quando eu entrei, a gente já tinha toda área básica na rua Vila Cristina (Instituto de Biologia), nós só íamos para o Hospital Cirurgia a partir do segundo ano, então a gente tinha, anatomia, histologia, biologia, farmácia, toda a parte básica era no Instituto de Biologia e já era as turmas juntas, a

---

<sup>61</sup> Entrevista concedida ao autor em setembro de 2016.

gente já tinha quatro turmas, fisiologia era todo mundo junto, biofísica, bioquímica, tudo... odontologia, medicina e biologia, era tudo junto.<sup>62</sup>

Embora a entrada de Roza Garcez no Curso de Odontologia tenha acontecido no ano de 1973, conseguimos perceber que a junção de vários cursos para estudar as mesmas disciplinas foi uma prática que existiu desde a criação da UFS e que uma das intenções dessa medida era diminuir os gastos com a oferta de disciplinas similares por parte das instituições de Ensino Superior em todo o país; pois, não era um fato que acontecia somente na UFS, já que fazia parte da reforma Federal imposta pela lei nº 5.540/68<sup>63</sup> que reestruturou todo o ensino universitário.

As aulas da primeira turma foram iniciadas nos primeiros dias do mês de março de 1970, no entanto, o Curso de Odontologia só teve sua matriz curricular (do ciclo profissionalizante) aprovada em 15 de junho do mesmo ano, através da Resolução nº11/70, por decisão do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFS e o referido curso ficara distribuído em departamentos da como mostra o quadro 17.

Quadro 17: **Organização departamental do Curso de Odontologia da UFS (1973).**

<b>Departamento</b>	<b>Disciplina</b>
<b>Departamento de Morfologia</b>	Anatomia, Histologia, Embriologia e Processos patológicos gerais
<b>Departamento de Fisiologia</b>	Fisiologia e Farmacologia
<b>Departamento de Parasitologia</b>	Parasitologia e Microbiologia
<b>Departamento de Biologia Molecular</b>	Biofísica, Bioquímica e Genética e Evolução
<b>Departamento de Clínica Odontológica</b>	Dentística Operatória, Clínica Odontológica I e II, Endodontia, Radiologia Dentária e Odontopediatria
<b>Departamento de Prótese</b>	de Materiais Dentários, Prótese Dentária I e II e Ortodontia
<b>Departamento de Cirurgia Buco-Dentária</b>	Prótese Buco-Maxilo-Facial, Cirurgia Buco-Maxilo-Facial e Exodontia
<b>Departamento de Odontologia Preventiva</b>	Odontologia Preventiva e Social
<b>Departamento de Medicina Legal</b>	Odontologia Legal e Deontologia Médica, e Patologia Buco-Dentária

Fonte: Paixão (1999).

Segundo Jesus (2016) e Paixão (1999), mesmo com a inclusão do curso de Odontologia na Universidade Federal de Sergipe no início de 1970, o Ministério da Educação e Cultura e o

<sup>62</sup> Entrevista concedida ao autor em setembro de 2016.

<sup>63</sup> Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências.

Conselho Federal de Educação admitiram oficialmente a criação do Curso de Odontologia somente em 10 de novembro de 1970.

Assim, com o passar dos anos, a quantidade de vagas que foram oferecidas para o Curso de Odontologia foi aumentando, das 10 oferecidas em 1970 passaram para 20 em 1971, chegando a 30 vagas ofertadas no ano de 1972, mas com uma nova configuração, a partir deste ano o ingresso dos alunos aprovados no Concurso Vestibular começou a ser distribuído em semestre, por determinação da resolução nº34/71, 15 alunos ingressariam no 1º semestre e os 15 restantes no 2º, essa configuração permanece dessa forma até os dias atuais.

Em 1971, Dr. Luiz Bispo (Reitor em exercício) considerando a proximidade do ano letivo de 1972, ano de início do ciclo profissionalizante do Curso de Odontologia, designa uma Comissão para estudos preliminares para a implantação do Curso Profissional de Odontologia, envia à Sociedade Odontológica de Sergipe um ofício (OF. Nº GR/71/71) solicitando que três membros da entidade fossem indicados para compor o grupo de Trabalho, que iria estudar o critério de escolha dos professores para o 1º ano do Curso de Odontologia e do relacionamento do material necessário para o ensino que teria início em março de 1972.

Em resposta ao ofício da reitoria da UFS, o presidente da SOS indica, além do próprio nome, os nomes de João de Andrade Garcez, Fernando dos Santos Vasconcelos e de Afrânio José Bastos, este último como suplente. Por meio da portaria nº 81 de 27 de abril de 1971 (anexo III), a comissão ficou integrada pelo Prof. José Lopes Gama (Coordenador da área de Ciências Exatas e Naturais), os Professores Fernando Sampaio e Albino Figueiredo Melo (representando a Faculdade de Ciências Médicas), o Prof. Alexandre Gomes de Menezes Neto (diretor do Instituto de Biologia) e os Cirurgiões Dentistas Lélío Passos de Guimarães Fortes, João de Andrade Garcez e Fernando dos Santos Vasconcelos (representantes da Sociedade Odontológica de Sergipe).

No dia 05 de maio de 1971, o Presidente do Grupo de Trabalho convocou os membros para a primeira reunião, que seria realizada no dia seguinte, 06 de maio, na sala de reuniões do Centro de Coordenação da área de Ciências Exatas e Naturais, localizado na Rua Vila Cristina nº1051. Após algumas reuniões, os trabalhos foram concluídos e, assim, decidiu-se que no primeiro ano do curso profissional, os alunos cursariam as disciplinas configuradas no quadro 18.

Quadro 18. Distribuição das Disciplinas do Ciclo Profissional do Curso de Odontologia.

1º Ano do Ciclo Profissional	2º Ano do Ciclo Profissional
Materiais dentários Dentística operatória Clínica odontológica I Prótese dentária I Radiologia dentária Exodontia Patologia buco-dentária Higiene e Odontologia preventiva	Clínica odontológica II Endodontia Prótese dentária II Ortodontia Prótese buco-maxilo-facial Cirurgia buco-maxilo-facial Odontopediatria Odontologia legal e Deontologia

Fonte: Quadro confeccionado pelo autor com base em documentos encontrados no acervo da família de Lélío Fortes.

As disciplinas que foram determinadas pelo Grupo de Trabalho (baseadas na legislação educacional da época) em parte diferia das que a SCFO havia apontado em seu regimento<sup>64</sup> que por sua vez eram diferentes das que foram apresentadas pela FPOSE, devido a diversas alterações (reformas) curriculares que aconteceram desde a criação da Faculdade “Aníbal Freire” até a implantação do Curso de Odontologia da UFS.

A primeira dessas reformas curriculares, no período referido, se deu com o Decreto nº16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, e foi baseada nessa proposta curricular que a Faculdade Aníbal Freire iniciou suas atividades. Segundo Queiroz (2006), esse decreto estipulou a equiparação dos critérios de seleção dos candidatos aos cursos de medicina, farmácia e odontologia, passando a exigir dos candidatos preparatórios integrais e exame vestibular abordando as disciplinas de física, química e história natural. Essa estratégia foi encarada como uma forma de melhorar a seleção dos candidatos aos cursos superiores.

Outra mudança ocorreu no ano de 1931, pelo Decreto nº19851, de 11 de abril do mesmo ano, que estabeleceu mais uma reforma no Ensino Superior, na qual o Curso de Odontologia passou a ter sua estrutura modificada, assim os cursos existentes no Brasil, e aqueles que fossem criados, a partir daquele momento, deveriam se adequar às novas normas, as quais determinava um curso com duração de três anos e com a seguinte estrutura: no 1º ano os alunos teriam aula de Anatomia, Fisiologia, Histologia e Microbiologia, Metalúrgica, e Química aplicada; no 2º ano seriam ministradas as cadeiras de Clínica odontológica (1ª cadeira), Higiene e Odontologia geral, Prótese dentária, e Técnica odontológica; e no 3º ano seriam então ministradas as cadeiras

<sup>64</sup> Em seu artigo 2º, o regimento da SCFO determinava um curso de formação no prazo de quatro anos, visando a educação profissional. O artigo 3º regulamentava a organização didática do Curso, o qual deveria conter as disciplinas de Anatomia, Histologia, Fisiologia, Microbiologia, Patologia, Farmacologia, Higiene, Tecnologia dos materiais (Metalurgia), Odontotécnica, Clínica Odontológica, Prótese Dentária, Cirurgia e Anestesiologia, Fisioterapia e Radiologia, Odontologia Legal e Deontologia, patologia Clínica, Odontopediatria, Ortodontia e Prótese Buco-Facial.

de Clínica odontológica (2ª cadeira), Patologia e Terapêutica aplicada, Prótese buco-facial, Ortodontia, e Odontopediatria.

No ano de 1961, com a Lei nº 4.024, o Conselho Federal de Educação (CFE) passou a ter competência para determinar o currículo mínimo e a duração dos cursos superiores. Pelo Parecer 299/62, o CFE traçou o novo perfil do Cirurgião-Dentista (dentista geral, policlínico, destinado à coletividade) e estabeleceu o novo currículo em dois ciclos (básico e profissional), aprovado em 16.11.1962. Assim, foi determinado que o Curso de Odontologia deveria ter a seguinte configuração: um ciclo básico de dois anos de duração, no qual seriam ministradas as disciplinas de Anatomia, Histologia, Embriologia, Microbiologia, Patologia Geral e Buco-Dental, Farmacologia e Terapêutica, Materiais Dentários e Dentística Operatória; e um ciclo profissionalizante também com dois anos de duração no qual teriam como base as disciplinas de Clínica Odontológica, Cirurgia Odontológica, Prótese Dentária, Prótese Buco-Maxilo-Facial, Ortodontia, Odontopediatria, Higiene e Odontologia Preventiva, e Odontologia Legal.

Dessa forma, com a questão curricular solucionada, um outro ponto a ser resolvido pela coordenação do Curso era a formação do corpo docente, e no que diz respeito à contratação de profissionais para compor o quadro de professores, ficou determinado que seriam contratados inicialmente 8 profissionais no ano de 1972, por processo seletivo de acordo com Normas próprias, e no ano de 1973 seriam contratados mais 8. Entretanto, o processo de seleção desses professores se deu por meio de um instrumento já utilizado pela UFS (anexo IV). Assim, foram aprovados os professores segundo o quadro 19.

**Quadro 19:** Professores do Curso de Odontologia aprovados (1972-1973).<sup>65</sup>

Nome	Local de Formação	Ano
Afrânio José Bastos	Fac. Odont. da Universidade da Bahia	1952
Armando Rodrigues de Brito	Fac. Odont. da Universidade da Bahia	1953
Carlos José Magalhães de Melo	Faculdade de Odontologia de Alagoas	1962
Edildécio Andrade Vieira	Faculdade de Med. da Universidade da Bahia	1949
Fabiano da Silva Aguiar	Fac. Odont. da Universidade do Ceará	1965
Fernando dos Santos Vasconcelos	Fac. Odont. da Universidade da Bahia	1954
Jessé de Oliveira Andrade	Fac. Odont. da Universidade da Bahia	1964
João de Andrade Garcez	Faculdade de Odontologia da Bahia	1946
José Reis da Cunha	Faculdade de Med. da Universidade da Bahia	1948
Lélio Passos de Guimarães Fortes	Faculdade de Medicina da Bahia	1945
Manoel Cardoso Barreto	Fac. Odont. da Universidade da Bahia	1952
Manoel Meneses Passos	Faculdade de Medicina da Bahia	1945
Maria José de Moura	Fac. Odont. da Universidade da Bahia	1957
Maria Linhares Nou	Faculdade Nacional de Odontologia	1942
Zilnah Pinto Maciel	Faculdade Nacional de Odontologia	1950

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em Paixão (1999) e CRO (1983).

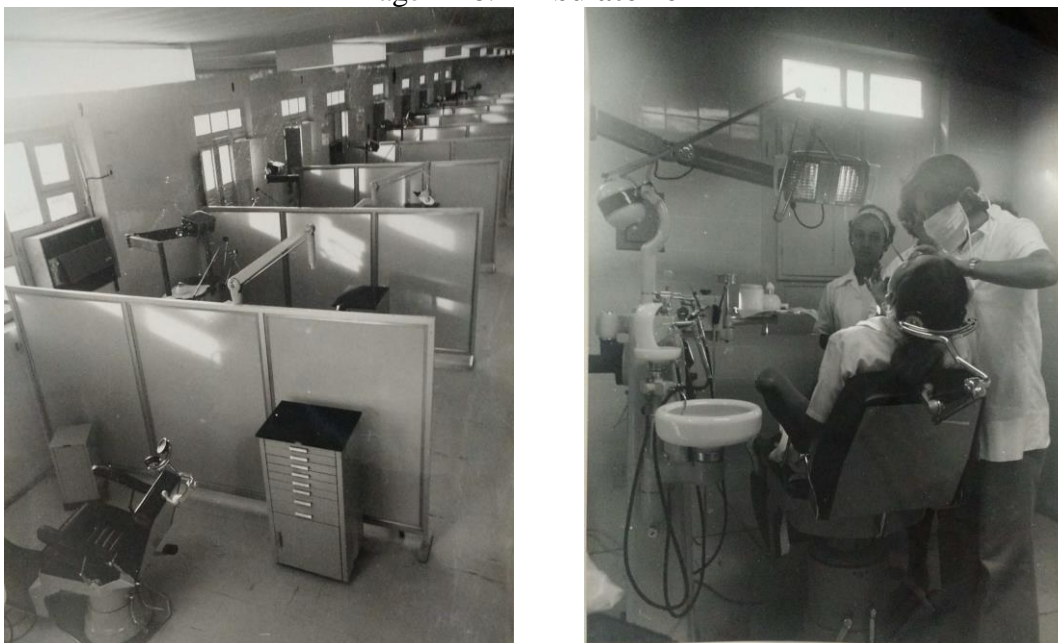
Para o início do ciclo profissional foram aprovados oito dentistas, sendo Afrânio José Bastos o que ministrou a primeira aula da fase profissionalizante do Curso de Odontologia. Dos candidatos foi exigido diploma de curso superior, atestados de idoneidade moral, comprovação de residência em Aracaju, além da prova de atividade docente (prova oral) e exercício técnico profissional.

No que diz respeito ao espaço físico, a fim de que as aulas do ciclo profissional pudessem acontecer, viu-se a necessidade de instalação de alguns laboratórios para que as aulas fossem concretizadas, visto que em sua maioria as aulas tinham teor prático. Assim, o convênio que a UFS mantinha com o Hospital das Clínicas “Augusto Leite” precisou ser reformulado. Buscando atender a programação de ensino estabelecida para os anos de 1972 e 1973, foi elaborado um plano para aquisição de material para garantir a implantação progressiva do Ciclo Profissional de forma que pudesse aumentar a oferta de vagas no futuro.

<sup>65</sup> As informações apresentadas nesse quadro foram transcritas como se apresentam no livro de registro profissional do Conselho Regional de Odontologia de Sergipe.

Para cumprir com o planejado, 20 cadeiras e respectivos acessórios seriam adquiridos, sendo 10 conjuntos para funcionar no ano de 1972 e os 10 restantes no ano seguinte. Dessa maneira, aos poucos os laboratórios e as clínicas iam sendo instalados, a exemplo do Ambulatório A (imagem 18), um dos primeiros a ser instalado, com 10 consultórios completos, separados por box, onde eram ministradas as disciplinas práticas de Clínica I e II, Endodontia, Exodontia e Clínica Odontológica Integrada.

**Imagem 18. Ambulatório A**



Fonte: Arquivo Central da UFS. Caixa nº36

Paulatinamente o número de ambulatórios foi sendo ampliando, bem como os laboratórios de práticas odontológicas, e assim a clínica odontológica pôde ser concretizada. Mas a despesa para montar toda a estrutura do curso de odontologia acabou gerando uma dúvida em relação a continuidade do curso na UFS, e esse fato fez com que muitos dos estudantes que pretendiam prestar vestibular para o curso partissem para outras instituições, além do mais os professores que iriam ministrar a parte profissionalizante do curso não tinham experiência docente, isso fez com que alguns alunos abandonassem o curso, como foi o caso de José Alberto Cerqueira do nascimento, que deixou o curso de odontologia para cursar medicina na Bahia, e Antônio Rezende de Almeida que mudou o seu curso para a Faculdade de Direito e Odontologia de Caruaru, e como podemos observar no seu relato, a representação que ele fez da instituição do interior pernambucano nos faz perceber o quanto a faculdade pernambucana, mesmo tendo cunho privado, atraía estudantes de toda a região, inclusive de Sergipe.



[...] eu estava dentro da universidade, fiz o primeiro ano e o segundo ano aqui, quando [...] estavam formando o quadro de professores, em Aracaju naquela época só tinha formado no máximo 50 dentistas que estavam para ser escolhidos, escolhidos como professores, e não concursados, [...] alguns professores não tinham um respaldo científico para dar as matérias, ensinar as matérias do curso profissional, então, eu fiz a opção de sair daqui e concluir meu curso fora, já que a Faculdade de Odontologia de Caruaru era uma Faculdade que tinha até hospital odontológico, e a única faculdade do norte-nordeste que tem hospital odontológico próprio, com centro cirúrgico, com tudo. E outra coisa, com um centro cirúrgico que tem um anfiteatro que tem uma lotação para até 15 alunos, com anestesia geral, com todo suporte, tudo mais, ambulância, tudo mais, aquilo me vislumbrou. Eu fui visitar a Faculdade e realmente fiquei vislumbado pela faculdade, já que aqui iria se iniciar o curso profissional [...] (ALMEIDA, 2017)<sup>66</sup>

O encanto que é demonstrando por Antônio Rezende em suas palavras no momento que se refere a Faculdade de Odontologia de Caruaru<sup>67</sup> e o descontentamento com o curso na UFS nos faz compreender o porquê de mesmo com o curso de odontologia implantado em Sergipe ainda encontramos muitos jovens aracajuanos, e também do interior do estado, se dirigindo para outros estados para adquirir sua formação superior em odontologia. Quando ele mudou-se para Caruaru, além dele, conseguimos identificar 12 sergipanos estudando na Faculdade do interior pernambucano, entre eles Celuta Angélica Cruz Fontes (formada em 1973), Ana Maria Tavares Barros, Lindinete de Almeida Gama, Maria do Carmo Carvalho Viana, Maria Antônia Barbosa de Melo, Luiz Antônio Rabelo de Almeida, Vilma Barreto Vieira, José Luciano Cabral Aguiar, Jackson Teles Cruz e Aristóteles Bispo Filho (formados em 1974), além de Elvira Maria Cabral Vieira e José Agnaldo Santana (formados em 1975).

Segundo Bastos (2017)<sup>68</sup>, a entrada dos professores para o corpo docente do curso de odontologia se deu realmente por escolha, alguns foram apontados pelo presidente da Sociedade Civil Faculdade de Odontologia de Sergipe devido à pouca quantidade de dentistas formados no Estado naquela época. Embora tenha existido indicação de dentistas da SOS para ser

---

<sup>66</sup> Entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

<sup>67</sup> Criada em fevereiro 1936, a Escola de Odontologia e Farmácia de Caruaru teve por objetivo proporcionar aos jovens do interior pernambucano a possibilidade de uma formação superior sem ter que se dirigir para a capital do estado ou até mesmo para outros estados, e ainda pode ofertar gratuitamente atendimento odontológico aos moradores da região. Porém, a referida instituição, idealizada por Luiz Pessoa da Silva tivera uma vida efêmera em virtude das dificuldades encontradas para sua legalização, entretanto alguns alunos da instituição conseguiram concluir o curso, no ano de 1938, e validar seu diploma. Somente em 1956, com a criação da Sociedade Caruaruense de Ensino Superior, foi criada a Faculdade de Direito e Odontologia de Caruaru no final de 1957, e isso somente aconteceu devido aos contatos que o seu idealizador mantinha em todo o Brasil (SILVA, 1980). Ou seja, o licenciamento da Faculdade de Direito e Odontologia de Caruaru se deu devido a rede de sociabilidade que Luiz Pessoa da Silva possuía. Ao analisarmos a trajetória da referida instituição de ensino percebemos o quanto ele se mobilizou para conseguir alcançar o êxito da Faculdade.

<sup>68</sup> Entrevista concedida ao autor em abril de 2017.



professor do referido curso, as fontes documentais nos mostraram que houve um processo seletivo. Entre os relatos de Afrânio Bastos e de Antônio Rezende encontramos pontos comuns, pois, para ambos, os dentistas não tinham preparo para dar aula, ainda segundo Bastos (2017)<sup>69</sup>, para suprir essa deficiência dos futuros professores, eles passaram por diversos cursos de curta duração a exemplo de um curso de didática com duração de um mês e meio. Segundo ele os que aceitaram participar da primeira etapa do processo seletivo se reuniram para se aperfeiçoar, porém alguns desistiram depois de aprovados no processo seletivo, um deles foi Valter Bastos, que foi aprovado para a ministrar a disciplina de radiologia, porém, devido ao seu nervosismo durante a primeira aula, acabou desistindo. O outro a desistir foi o dentista Raimundo Almeida, que ministraria a disciplina de materiais dentários, porém a “aula que deveria durar 50 minutos ele deu em 5, então ele se percebeu que não se encaixava naquele espaço, e desistiu”. O relato do Prof. Afrânio Bastos só reforça o fato que desencadeou a saída de Antônio Rezende do curso.

Naquele momento de dúvida, a aquisição de um capital cultural (no campo da odontologia) por estas terras se escondia em meio as incertezas, no entanto nos chamou bastante a atenção a ida da filha de Lélío Fortes, Tânia Maria Vieira Fortes, para a Bahia para aquisição de uma formação superior em odontologia, sendo diplomada em 1975. Quando identificamos esse fato, pensamos que ela estava refazendo os passos do avô (Arício Fortes) e do pai por uma questão de realização pessoal, porém não foi isso que aconteceu.

O curso aqui tinha pouco tempo, e a despesa para montar, realmente, o curso de odontologia todo mundo sabe que é muito pesada, e surgiu, na época que eu iria para o terceiro científico, aquela dúvida se a Universidade teria condições de manter, de criar realmente o curso, ou pegaria os alunos que já tinham feito o vestibular e encaminharia para outro estado. Com essa indecisão eu fui fazer fora. [...] foi uma dúvida temporária, mas foi no tempo que eu estava para fazer vestibular (FORTES, 2017)<sup>70</sup>.

A dúvida surgiu no momento que a direção do curso estava planejando a implantação do ciclo profissionalizante, pois é nesse momento que a Universidade mais necessita de recurso para comprar e instalar os equipamentos para que o curso pudesse funcionar, diferentemente dos outros cursos que devido a sua trajetória já possuíam uma estrutura basicamente pronta. Com esse relato podemos compreender como a situação inicial do Curso de Odontologia era frágil, porém, essa fragilidade não passou de mais um desafio que foi vencido pela UFS e, principalmente, pelos responsáveis pelo curso.

---

<sup>69</sup> Entrevista concedida ao autor em abril de 2017.

<sup>70</sup> Entrevista concedida ao autor em julho de 2017

Após esse fato, com a certeza de continuidade do curso a UFS prepara-se para contratar os professores que iriam ministrar as aulas do ciclo profissionalizante do curso, visto que as disciplinas do ciclo básico tinham como professores alguns membros de outros cursos, como podemos acompanhar no quadro 20.

Quadro 20: Disciplinas do Curso de Odontologia (1973).		
Professor(a)	Disciplina Ministrada	Ano de início
José Alfeu do Nascimento Eduardo Ubirajara Rodrigues Batista	Metodologia da Ciência	1971
José Lima de Azevedo Manyr Abud Nilton Pedro da Silva Manoel Luiz Figueirôa Walter Santos	Estatística Geral	1971
Manoel Cabral Machado Vilma de Brito Porto Neusa Maria de Sales Ribeiro Berenice Costa Sobral	Fundamentos de Sociologia	1971
Clara Luiza Lima Roscoe Roberto de Carvalho Lima	Fundamentos de Psicologia	1971
José Antônio da Costa Melo Carlos Augusto de Ayres de F. Brito Fernando Lins de Carvalho José Osvaldo Machado e Silva Antônio Soares de Araújo Luiz Santana	Estudo de Problemas Brasileiros	1970
Félix D'Ávila Maria Edna de Barros Alberto Teixeira Chaves Filho Cândido Augusto Sampaio Pereira Shizuka Kitami Arline Pinto Ribeiro Sérgio Giansante Homero José Alcântara Ribeiro	Educação Física de I a VI	1971
Brigitte Agathe Van Der Haegen Maria Izabel Maynard Pereira	Histologia e Embriologia Geral	1970
Brigitte Agathe Van Der Haegen	Biologia Geral	1972
Osvaldo da Cruz Leite Geraldo Melo Marília Ramos	Anatomia I e II	1970

Lourival Bomfim Zenóbia Mandit Bastos	Biofísica	1970
Antônio Garcia Filho José Nilson Rocha	Bioquímica	1970
Antero Pales Carôzo João Gilvan Rocha	Fisiologia I e II	1971
Raimundo Almeida Sinaval Andrade Santols	Farmacologia	1971
Raimundo Mendonça de Araújo Maria Anaide Freitas Araújo	Microbiologia e Imunologia I e II	1971
Alexandre Gomes de Menezes Netto Cleovansóstenes Pereira de Aguiar	Parasitologia	1971
Sônia Maria Lima Maria do Carmo Correia	Processos Patológicos Gerais	1971
Fernando dos Santos Vasconcelos	Clínica Odontológica I	1972
Zilnah Pinto Maciel	Clínica Odontológica II	1973
José Reis da Cunha	Exodontia	1972
João de Andrade Garcez	Cirurgia Buco-Maxilo-Facial	1973
Manoel Meneses Passos	Patologia Buco-Dentária	1972
Maria Linhares Nou	Radiologia	1972
Manoel Cardoso Barreto	Ortodontia	1973
Sem professor definido	Clínica Integrada	1972
Carlos José Magalhães de Melo	Odontologia Preventiva	1972
João Batista Perez Garcia Moreno	Odontologia Legal e Deontologia	1973
Maria José de Moura	Odontopediatria	1973
Fabiano da Silva Aguiar	Materiais Dentários	1972
Afrânio José Bastos	Dentística Operatória	1972
Lélio Passos de Guimarães Fortes	Prótese I	1972
Edildécio Andrade Vieira	Prótese II	1973
Jessé de Oliveira Andrade	Prótese Buco-Maxilo-Facial	1973
Armando Rodrigues de Brito	Endodontia	1973

FONTE: Quadro elaborado pelo autor com base no relatório para Pedido de reconhecimento do curso de Odontologia da UFS (1973).

Os professores do ciclo básico faziam parte do corpo docente de outros cursos, a exemplo de João Batista Perez Garcia Moreno que ministrava aula nos cursos de medicina e direito, e José Lima de Azevedo do departamento de matemática. Ainda em relação ao corpo docente, do ciclo profissionalizante do curso em questão, podemos perceber que a grande maioria, senão todos, fizeram parte e estavam engajados em um das entidades da odontologia existentes no estado naquela época, quando nos remetemos a estas entidades, estamos nos referendo à Sociedade Odontologia de Sergipe (SOS) e à Sociedade Civil Faculdade de Odontologia (SCFO), visto que estas sociedades tinha ingresso facultativo, diferente do Conselho Regional de Odontologia (CRO) onde a participação dos profissionais desse campo da saúde era obrigada por lei<sup>71</sup>.

Com o curso estruturado, no ano de 1973, formaram-se os primeiros dentistas no estado de Sergipe, marcando um momento histórico do Curso de Odontologia da UFS. E o jornal *Gazeta de Sergipe* (1973a) traz o seguinte informe:

#### Cinco Odontólogos Colam Grau

Os cinco primeiros odontólogos formados pela Universidade Federal de Sergipe colarão grau no dia de amanhã, no additório do Colégio Estadual Atheneu Sergipense, em solenidade prevista para as 20 horas e que terá como paraninfo o Reitor Luiz Bispo.

A primeira turma da Faculdade de Odontologia da UFS, que terá placa de bronze, comemorativa, na Faculdade de Ciências Médicas, é formada pelos jovens Amélia Soares Duarte, Antônio de Andrade Lima, José de Souza Melo Sobrinho, Mary Calazans Barreto e Ronaldo Ribeiro de Oliveira. Os cinco cirurgiões dentistas programaram para o dia de sua formatura uma missa solene, às 8 horas, na Igreja de São José. A aposição da placa comemorativa será as 17 horas. Já o baile de confraternização, previsto para os salões do late Clube de Aracaju, será realizado no dia de amanhã (p.01).

O fato marca a história da odontologia em Sergipe, dizemos isso pela forma com que a imprensa local deu notoriedade ao acontecimento, o jornal *Gazeta de Sergipe* (1973b) além da nota transcrita acima, na edição do dia 16 de dezembro trouxe uma nota com o seguinte título “UFS forma 23 médicos e 5 dentistas”, na qual foi publicada o nome de todos os dentistas e médicos formados naquele ano; o *Jornal da Cidade* (1973) deu maior importância aos futuros médicos, na nota intitulada “Os novos médico de 73”, publicada na capa do jornal passava a agenda das solenidades de formatura e o nome dos 23 novos médicos. Pelo fato do campo da medicina já estar estruturado em Sergipe naquele momento, entendemos que a imprensa tenha dado uma maior atenção a categoria médica. Segundo Bourdieu (2002) a estrutura dinâmica do

---

<sup>71</sup> Lei 5081/66.

campo intelectual não é nada mais do que o sistema de interações entre uma pluralidade de instâncias, agentes isolados, como o criador intelectual, ou sistemas de agentes, como o sistema de ensino, as academias ou os cenáculos, que é definido por menos no essencial, no seu ser e na sua função, pela sua posição nesta estrutura, pela autoridade, mais ou menos reconhecida, ou seja, mais ou menos intensa e mais ou menos estendida, e sempre mediada pela sua interação que busca ou pretende exercer sobre o público, as apostas e, em certa medida, o árbitro, sobre a competição pela consagração intelectual e a legitimidade.

A formatura dos primeiros dentistas da UFS aparece em duas publicações: na edição do dia 13 de dezembro (nº530) na coluna “Notas e Comentários” (coluna do Dentista Jurandyr Cavalcante) na qual ele escreveu:

Amanhã, pela primeira vez, Sergipe forma cirurgiões-dentistas. Graças ao advento da Universidade Federal de Sergipe e a sua já famosa Faculdade de Ciências Médicas, cinco jovens estão colando grau na honrosa profissão de Magitot, Horace Wells e outros luminares desse ramo da Medicina. A Sociedade de odontologia de Sergipe vai homenagear os primeiros odontólogos formado aqui mesmo em Sergipe (p.5).

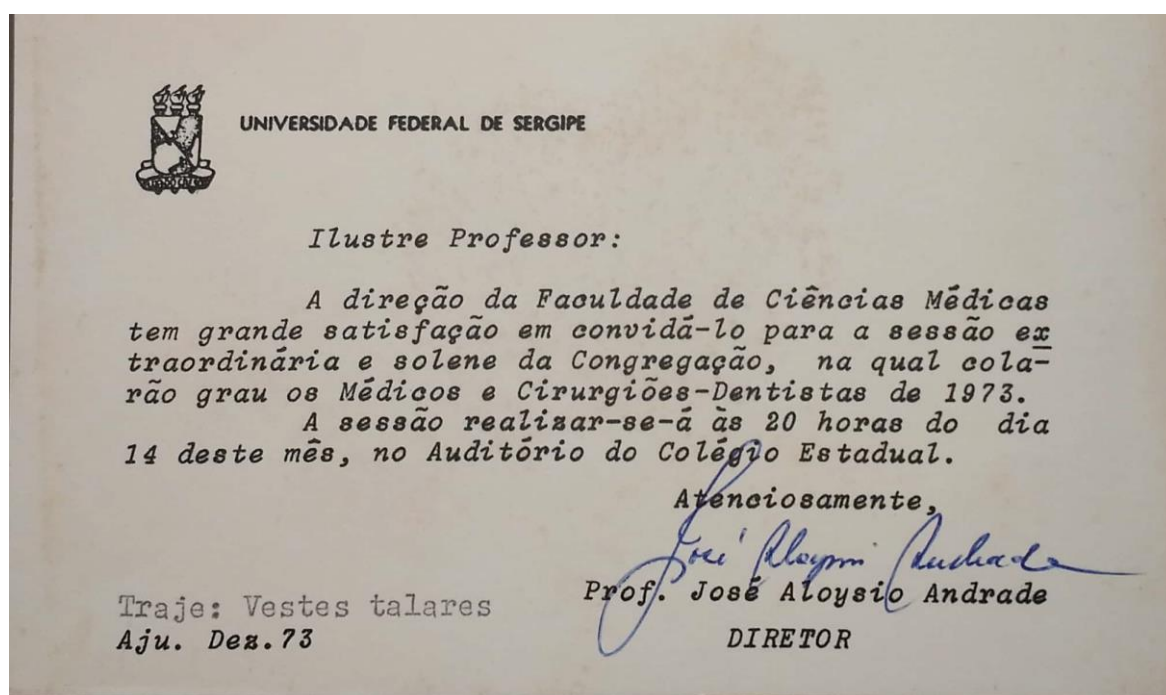
Além da nota de Jurandyr Cavalcante, o Jornal ainda trouxe, na edição do dia 14, a mesma que noticiou a formatura dos médicos, um informe sobre a formatura dos primeiros dentistas com o título “UFS forma primeira turma de Odontólogos”. O informativo, além de listar o nome dos novos dentistas, também trazia a agenda das solenidades que se realizariam em virtude da formatura. Também encontramos uma nota complementar na qual o redator informa que os dentistas que atuavam no estado de Sergipe até aquele momento tiveram a necessidade de se deslocarem para outros estados, como por exemplo, Pernambuco, Minas Gerais e principalmente para a Bahia, para conseguir sua formação e seus diplomas. Segundo Bourdieu (1979, p.5):

A objetivação do capital cultural sob a forma do diploma é um dos modos de neutralizar certas propriedades devidas ao fato de que, estando incorporado, ele tem os mesmos limites biológicos de seu suporte. Com o diploma, essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa em relação ao seu portador e, até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, efetivamente, em um dado momento histórico.

Assim, entendemos que essa competência cultural conferida pelo diploma ao formando, também lhe proporciona uma posição social, e o capital cultural por ele incorporado durante os longos anos de estudo confere-lhe o direito de atuar como cirurgião-dentista. Além disso, o detentor do capital cultural tem a possibilidade de converter o capital cultural em capital econômico.

A diplomação dos cinco novos dentistas foi um momento muito especial para a UFS, três convites diferentes foram confeccionados para o momento, dois de responsabilidade dos alunos (solenidade e baile) e outro de responsabilidade da Diretoria da Faculdade de Ciências Médicas (solenidade)

Imagem 19: **Convite de Formatura.**<sup>72</sup>



Fonte: Acervo particular da família de Lélío Guimarães Fortes.

O convite elaborado pela Faculdade de Ciências Médicas foi direcionado aos docentes da casa e sugeria aos professores o uso de vestes talares para a colação de grau dos mais novos médicos e dentistas, solenidade que aconteceria no auditório do Colégio Estadual Atheneu Sergipense.

Apenas cinco dos dez alunos aprovados no vestibular de 1970 se formaram na UFS, mas esse fato não diminuiu o esplendor que uma formatura traz, assim, no dia 14 de dezembro de 1973, por volta das 8h de uma manhã de verão em uma sexta feira, aconteceu, na Igreja São

<sup>72</sup> Esse convite foi enviado aos professores da Faculdade de Ciências Médicas da UFS pela diretoria da mesma.

José, a missa solene de formatura dos primeiros odontólogos formados pela Universidade Federal de Sergipe (imagem 20), às 17h naquele mesmo dia, os alunos se reuniram com os professores na Faculdade de Ciências Médicas para a aposição da placa de formatura (imagem 21), e às 20h a colação de grau aconteceu no Auditório do Colégio Atheneu Sergipense com a presença dos formandos, professores, familiares, amigos e outros convidados.

**Imagem 20: Missa Solene de Formatura.**



Fonte: Acervo particular da família de Lélío Guimarães Fortes.

A missa reuniu, além dos professores do curso, o reitor da UFS (Luiz Bispo), o diretor da Faculdade de Ciências Médicas (José Aloysio Andrade), o coordenador do Curso de Odontologia (Lélío Fortes), os formandos, seu familiares e amigos.



**Imagem 21: Aposição da Placa de Formatura.**



Fonte: Acervo particular da família de Lélío Guimarães Fortes.

A aposição da placa comemorativa da formatura da primeira turma de cirurgiões dentistas do Curso de Odontologia da Faculdade de Ciências Médicas da UFS, foi um momento mais particular dividido entre os alunos formandos e os professores do curso. Naquela ocasião, o Prof. Lélío Fortes fez um discurso no qual evocou a memória um momento passado há 28 anos na Velha Escola de Odontologia anexa a Faculdade de Medicina da Bahia, momento no qual ele se formara, também no dia 14 de dezembro. Ainda na ocasião ele falou da satisfação de participar da formação profissional daqueles novos egressos da UFS e da lembrança que levaria de cada aluno.

Sempre lembraremos saudosos da nossa primeira turma, tão pequena em número e tão grande em amor e carinho a ela dedicado.  
Estarão sempre presentes a tagarelice de Mary, a aparente timidez de Amélia, a cara séria e zangada de Melo, a arte de enrolar de Ronaldo e a seriedade aparente de Antônio, que tornaram tão agradáveis as nossas horas de convívio (FORTES, 1973, s/p).

Ainda em seu discurso, o Coordenador do Curso, Lélío Fortes, dedicou aquele momento às memórias – primeiro a de Arício Fortes (seu pai) um dos grandes batalhadores pela categoria



e pela criação de uma Faculdade de Odontologia, o primeiro presidente da Sociedade Civil Faculdade de Odontologia de Sergipe, ponto inicial do curso que naquele momento formava novos membros para um campo que há muito tempo vinha buscando meios para se estruturar. Assim, Amélia Maria Soares Duarte, Antônio de Andrade Lima, José de Souza Melo Sobrinho, Mary Calazans Barreto e Ronaldo Ribeiro de Oliveira colaram grau (imagem 23), fizeram o juramento e marcaram a história do Curso de Odontologia da UFS.

**Imagem 22: Formandos, patrono e paraninfo (1973).**



Fonte: Acervo particular da família de Lélío Guimarães Fortes.

Naquela noite, alguns professores foram homenageados e a turma teve o Reitor Luiz Bispo como paraninfo (imagem 23), o qual realizou um discurso assim como o patrono da turma o Prof. Lélío Passos de Guimarães Fortes. Na imagem, identificamos na parte superior, Lélío

Fortes (professor e patrono da turma), ao lado do Reitor Luiz Bispo (paraninfo da turma), na parte inferior da esquerda para a direita estão José de Souza Melo Sobrinho, Mary Calazans Barreto, Ronaldo Ribeiro de Oliveira, Amélia Maria Soares Duarte e Antônio de Andrade Lima.

**Imagem 23: Formatura de Odontologia 1973. Discurso do Paraninfo (Reitor).**



Fonte: Arquivo Central UFS.

A formatura desses dentistas não se constituiu apenas de ocasiões formais, pois, no dia 15 de dezembro, aconteceu, nas instalações do Iate Club de Sergipe, o baile de formatura da pequena turma de dentistas, momento de festejar a conquista que um capital cultural que foi constituído com muito esforço. O quinteto de odontólogos passou, a partir da diplomação, a fazer parte de um campo que legalmente exigia formação superior para ingressá-lo, embora alguns já participassem da SOS na condição de sócio acadêmico, após a conclusão do curso passam a ter seu capital cultural reconhecido pela categoria.

Ainda que apenas metade dos alunos que foram aprovados no vestibular de 1970 chegaram a esse ponto, outros dois continuaram sua caminhada em busca do diploma, Maria Auxiliadora Nascimento Santos formou-se em 1974, no entanto ela deu entrada no registro no Conselho Regional de Odontologia com seu nome de casada (Maria Auxiliadora Santos Dória), já Virgílio de Carvalho Oliveira Sobrinho foi o último da turma a colar grau, fato que aconteceu em 1975.

A formação desse apoucado grupo de dentistas representou, para a UFS e para os alunos do Curso, a sua continuidade e, assim, uma nova jornada se iniciou a partir deste momento, com o curso instituído, ou seja, com a chancela de funcionamento conferida pelo Ministério da Educação e Cultura, com a estrutura física montada, com o corpo docente formado (tanto para o ciclo básico como para profissional), e com a primeira turma formada. Os representantes do curso começam a fazer o levantamento documental para solicitação do reconhecimento do curso junto ao MEC.

#### 4.2 UMA NOVA JORNADA: A LUTA PELO RECONHECIMENTO

Até o ano de 1973, a UFS já havia realizado quatro Concursos Vestibulares, e o Curso de Odontologia já contava com 86 alunos<sup>73</sup> matriculados. No final do ano, mais especificamente em dezembro de 1973, o então reitor da UFS, Prof. Luiz Bispo, requereu, ao Conselho Federal de Educação, o reconhecimento do Curso de Odontologia, ministrado pela Faculdade de Ciências Médicas da Fundação Universidade Federal de Sergipe. O requerimento gerou um processo identificado com o número 9801/74, sendo designado, para relator, o Conselheiro Antônio Paes de Carvalho. Além dele, foram designados os professores Flávio Vellini Ferreira (da Universidade de São Paulo) e Volnei Garrafa (da Universidade de Brasília) para constituir a comissão verificadora.

Além do ofício, foi enviado um dossiê contendo diversas informações sobre a Fundação Universitária, desde a estrutura física de todos os edifícios que pertenciam da Universidade Federal de Sergipe, relação dos cursos em funcionamento na instituição, nomes dos professores que lecionavam no Curso de Odontologia, além do quadro de disciplinas, assim como o horário em que ela estava sendo ministrada, a carga horária e a metodologia de cada uma delas,

---

<sup>73</sup> Foram 10 alunos matriculados em 1970, 30 matriculas em 1971, 57 no ano de 1972 e 86 alunos matriculados no ano de 1973 (UFS, 1977).

equipamentos, livros, e todos os objetos imagináveis que existiam nas diversas faculdades e institutos que faziam parte da UFS forma informados, para que nada pudesse dificultar o reconhecimento do curso.

Dentre os documentos referentes aos professores encontramos atestados, comprovação de residência emitidos pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, comprovantes de vínculo empregatício com outras instituições, declarações de imposto de renda, além de outras declarações e certificados. Entre a vasta documentação, um deles nos chamou a atenção, um certificado pertencente à professora da disciplina Odontopediatria, Maria José Moura, o certificado foi emitido pelo Departamento Clínico Profissional da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Pernambuco, no qual certificam que a Professora frequentou a disciplina de Odontopediatria na qualidade de estagiária entre os meses de agosto e dezembro de 1973 como podemos confirmar na imagem 24, pois o mesmo ano em que ela fez esse estágio foi o ano em que ela foi contratada para ministrar a disciplina na UFS, esse fato reforça os relatos do ex-aluno Antônio Rezende e do Prof. Afrânio Bastos, nas entrevistas prestadas ao autor deste trabalho, nas quais os dois falaram do despreparo de muitos dos professores do curso de Odontologia.

**Imagem 24: Certificado de Estágio da Prof.<sup>a</sup> Maria José de Moura (1973).**



Fonte: Arquivo Central UFS

Não estamos com isso duvidando da competência da professora, porém essa situação mostra que ela, assim como aconteceu com outros professores, precisou atualizar seus conhecimentos para poder ministrar as disciplinas de forma didática. Visto que na época não foi exigido dos dentistas nada mais que o diploma de nível superior para poder lecionar, porém os cursos que eles haviam feito os direcionavam para a especialidade de atuação principal, no caso da Prof.<sup>a</sup> Maria José, foi a Odontopediatria.

Ainda no ano de 1973 o Curso em questão teve, por meio da Resolução nº08/73, seu currículo alterado passando de 3 anos para três e meio de duração. A mudança curricular já vinha sendo estudada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UFS então no dia 16 de março de 1973 o processo 3027/72 foi aprovado pelo Reitor Luiz Bispo.

No período entre 2 e 6 de setembro de 1973, aconteceu o Primeiro Encontro Nacional de Dirigentes de Faculdades de Odontologia na cidade de Poços de Caldas -MG, durante o evento foi criado um Grupo de Trabalho para debater o currículo odontológico nos campos da graduação e da pós-graduação, o Grupo resolveu que o currículo dos Cursos de Odontologia deveria culminar na formação de Cirurgiões Dentistas com bases na Clínica Geral e com enfoque na Prevenção, que a carga horária mínima do curso deveria possuir 4320 horas-aulas das quais 30% compostas por disciplinas básicas (Anatomia, Biologia, Histologia, etc.).

Durante esse encontro, a disciplina Clínica Integrada teve uma atenção mais apurada, devido a sua representatividade dentro da formação profissional, pois de acordo com o Grupo de Trabalho, os alunos deveriam realizar tarefas pertinentes aos conhecimentos adquiridos nas disciplinas Diagnóstico Bucal, Radiologia, Periodontia, Cirurgia, Endodontia, Dentística e Prótese, sempre observando os princípios da economia e da ética profissional, dessa forma a disciplina deveria ter uma carga horária de 225 horas-aula e deveria ser desenvolvida no último ano letivo. No curso da UFS, essa disciplina apresentava uma carga horária de 90 horas-aulas, representando apenas 40% da carga horária idealizada naquele momento.

Este evento teve a participação de vários dirigentes de Faculdade dos diversos cantos do Brasil, e o Coordenador do Curso de Odontologia da UFS, o Prof. Lélío de Guimarães Fortes, também esteve presente e devido as diversas discussões e debates ocorrido no Encontro. O professor elaborou um relatório sobre o evento para apresentar aos colegas de trabalho. No relatório, o professor contabilizou a participação de 40 representantes de 30 instituições de ensino de odontologia participantes, ainda no relatório ele deu uma atenção maior à questão debatida sobre a disciplina Clínica Integrada, visto que foi o tema de maior discussão pelo Grupo durante o evento.

No ano seguinte, 1974, um outro encontro foi realizado, desta vez na cidade de São Luiz do Maranhão, este 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Faculdades de Odontologia, de acordo com o relatório elaborado pelo Coordenador do Curso de Odontologia da UFS, foi concomitante à XI Reunião da Associação Brasileira de Ensino Odontológico (ABENO), essa reunião se deu por convocação do presidente da Associação, o Professor Edrízio Barbosa Pinto. Nesse encontro, além de assuntos ligados a problemas didáticos e administrativos do ensino de graduação e pós-graduação em odontologia, uma outra temática foi abordada, a formação em nível médio profissionalizante na área, entretanto, o tema um pouco controverso para a realidade sergipana ao ver do Professor Lélío Fortes (1974, p. 2):

Tema interessante, mas que não pode ser usado em nosso Estado, devido a situação do exercício ilegal da profissão, absolutamente livre, pois seria absolutamente prejudicial, certamente a formação de mais falsos dentistas, que já existem em elevadíssimo número, sem que o Conselho Regional de Odontologia de Sergipe possa exercer sua tarefa, por não contar com autoridades, tanto federais, como estaduais e municipais, que, por solicitação do CRO seriam as policiadoras para tal irregularidade, fazendo de Sergipe o único estado onde esta calamidade existe tão livremente e a vista de todos, contra todos os princípios moraes, éticos, profissionais e legais.

À primeira vista, esta indignação demonstrada por Fortes (1974) se baseia numa disputa de campo na qual deveria prevalecer os maiores detentores de capital cultural, o número de falsos dentistas no estado de Sergipe certamente era maior que a quantidade de dentistas formados em Instituições de Ensino Superior, que no final de 1974 totalizam 96, de acordo com dados do CRO (1983). Mas a disputa do campo estava sendo vencida pelos falsos dentistas, que atuavam principalmente no interior do estado onde a possibilidade de intervenção legal era mais difícil.

Em 19 de Dezembro de 1974, o Professor Lélío Fortes, na qualidade de Coordenador do Curso de Odontologia, enviou um ofício (nº15/74/COFCM) para o diretor da Faculdade de Ciências Médicas da UFS esclarecendo a resolução 01/74 (a qual modificava códigos, nomenclaturas e carga horária de algumas disciplinas do 1º ciclo do Curso de odontologia), no ofício o professor esclarece que devido a aprovação dos professores do curso e do grupo que elaborou o anteprojeto de reformulação do Curso de Odontologia, a disciplina Clínica Integrada, que possuía uma carga horária de 90 horas, estava sendo ministrada nos dois últimos períodos do curso, com carga horária total de 180 horas, sendo Clínica Integrada I no 7º período, com seis aulas semanais totalizando 90 horas por período, e Clínica Integrada II no 8º período, com as mesmas características da anterior. E, por fim para deixar o ofício bem claro ele

transcreve alguns itens do relatório que ele fez sobre o Encontro que aconteceu em 1973, mostrando que disciplina estava com uma carga horária menor que a recomendada e que as modificações ocorridas eram para adequar o curso ao modelo nacional.

Não temos a certeza, mas, as fontes indicam que esse ofício foi enviado após algum tipo de desentendimento entre o Coordenador do Curso de Odontologia e o Diretor da Faculdade de Ciências Médicas, Prof. José Aloysio Andrade, pois no final do ofício está escrito:

Desejamos lembrar que apesar da importância da Odontologia e da Medicina e de ambas fazerem parte em igualdade de condições do setor da saúde, diferem em muitos aspectos, principalmente na maneira do ensino, da forma de ministrar as aulas práticas.

Uma observação cuidadosa e interessada esclarecerá melhor.

É o que nos apresenta para o momento,

Atenciosamente,

Lélio Passos de Guimarães Fortes

Coordenador do Curso de Odontologia (UFS, 1974, p.3).

Percebe-se com isso que o relacionamento entre o diretor da Faculdade de Ciências Médicas e o Coordenador do Curso de Odontologia estava abalado, a falta de compreensão entre eles é perceptível. Alguns meses depois, mais precisamente em 13 de março de 1975, -- acontece a confirmação desse desentendimento, através do comunicado que Lélio Fortes enviou para o diretor da Faculdade de Ciências Médicas no qual lê-se: “Tendo em vista a total falta de diálogo e compreensão no nosso relacionamento, sinto-me impossibilitado de continuar como Coordenador do Curso de Odontologia, razão porque apresento minha renúncia”, no mesmo dia ele também comunicou, por meio de documento, sua renúncia ao Reitor Prof. Luiz Bispo, explicando que o motivo era a impossibilidade de diálogo, entendimento e compreensão com o Diretor da Faculdade de Ciências Médicas, ao mesmo tempo agradeceu todo apoio que recebeu do Magnífico Reitor enquanto esteve no cargo.

A esta altura, o processo de reconhecimento do Curso de Odontologia tramitava no Conselho Federal de Educação, porém sem nenhuma pressa. Então, em virtude da proximidade da formatura da turma terceira turma de Odontologia, e preocupados com o reconhecimento do Curso, os alunos Hélio Feitosa e Edith Paixão, representando sua turma, foram pessoalmente procurar Dom Luciano José Cabral Duarte, que era o representante legal do Conselho Federal de Educação em Sergipe, para tratar do assunto do reconhecimento (PAIXÃO, 1999). Os discentes foram recebidos por Dom Luciano que se comprometeu em agilizar os trâmites do processo, Segundo Paixão (1999), ele se empenhou em ver concretizado o anseio da classe odontológica, buscando localizar e acompanhar pessoalmente o processo (Processo nº9801/74).



Depois da intervenção de Dom Luciano, a comissão de verificação composta pelos Professores Flávio Vellini Ferreira e Volnei Garrafa, veio a Sergipe para analisar as condições de funcionamento do Curso, vistoriando as instalações físicas (imagem 25) e verificando a documentação apresentada, elaborando assim um relatório, apontando deficiências mínimas e passíveis de correção.

**Imagem 25: Instalações Físicas do Curso de Odontologia.<sup>74</sup>**



Fonte: Arquivo Central UFS.

Segundo o relatório da Comissão Verificadora, as instalações mostravam-se adequadas e confortáveis para o bom funcionamento do curso, tanto no setor básico como no profissionalizante, este último, motivo de elogios por apresentar equipamentos atualizados, que permitiam perfeitas condições de funcionamento e rendimento. Em virtude da boa avaliação da comissão, o relator Antônio Paes de Carvalho deu o parecer favorável ao reconhecimento do Curso de Odontologia da UFS. E, seguindo o voto do relator, a Câmara Superior de Ensino

<sup>74</sup> Na imagem A está retratado o laboratório prático de Dentística Operatória; na imagem B podemos observar o Laboratório de Endodontia; na imagem C vemos a sala de aula no Ambulatório de Odontopediatria e na imagem D, podemos observar a sala de espera dos pacientes.



também foi favorável ao reconhecimento. Assim, dia 02 de junho de 1975, o presidente da Câmara Superior de Ensino, o Relator e a Comissão Verificadora assinaram o processo. No entanto, somente no dia 25 de julho, o presidente Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979) assinou o decreto concedendo o reconhecimento do Curso de Odontologia da UFS. Assim, no dia 28 de julho de 1975, o Decreto nº76025, é publicado no Diário Oficial da União (anexo IV).

Com o curso reconhecido, e duas turmas formadas, a terceira turma do Curso de Odontologia se prepara para formatura, essa turma se torna então um marco na história do curso, não somente por ser a primeira a se graduar com o curso reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), mas por ter se mobilizado para que o processo de reconhecimento do curso pudesse ser agilizado.

Então, no dia 19 de dezembro de 1975, a turma formada por Antônia Maria Wiltshire Soares, Antônio José Monteiro Rocha, Aurea Nunes de Melo, Cesar Augusto Passos Nascimento, Edith Maria Santos Bastos, Hélio Feitosa, Iran Alves Maia, Iucema Santana Santos, José Laécio Fontes, José Osvaldo Andrade Costa, Maria Helena Ribeiro, Mario de Carvalho, Neide Lemos Ferreira, Vitoria Regia de Santana Almeida (imagem 26), colam grau no Auditório do Colégio Atheneu Sergipense.

Imagem 26: Terceira turma de dentistas da UFS.



Fonte: Acervo particular da família de Lélío Guimarães Fortes.

Diferente da turma formada em 1973, dessa vez a imprensa escrita local não deu muito espaço para a divulgação da formatura dos odontólogos de 1975, porém, no *Jornal da Cidade* (1975a), na coluna do jornalista João de Barros, uma fato nos chamou bastante a atenção, bem como para o próprio colunista, ele informa o recebimento do convite de formatura dos dentistas e em edição anterior do jornal ele também informa ter recebido o convite de formatura da turma de médico de 1975, mas o que nos intrigou foi que os dois cursos da mesma faculdade (Faculdade de Ciências Médicas) teria duas solenidades separada em locais diferentes: a dos

formandos de medicina no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a dos de odontologia no Auditório do Colégio Estadual Atheneu Sergipense, embora João de Barros tenha informado que havia quem dissesse que o reitor teria optado em participar da solenidade dos odontólogos. No entanto, como houve uma solenidade unificada para os dois cursos, no Auditório do Atheneu, o Magnífico Reitor esteve presente na colação tanto dos odontólogos quanto dos médicos.

A edição do dia 20 de dezembro, do Jornal da Cidade (1975b), fez uma pequena retrospectiva das atividades de formatura dos Odontólogos que aconteceram no dia anterior, segundo o jornal a programação constou de Missa em Ação de Graças e benção dos anéis, que foi realizada no pátio da Faculdade de Ciências Médicas às 16h, tendo o arcebispo de Aracaju, Dom Luciano José Cabral Duarte, como oficiante. Às 17h, no Ambulatório de Odontologia, foi realizada a aposição da placa e, às 20h, no Auditório do Colégio Estadual Atheneu Sergipano aconteceu a Colação de Grau, a turma teve o prof. Carlos José Magalhães de Melo como paraninfo e o prof. Edildécio Andrade Vieira como patrono.

Assim, 14 jovens receberam o grau de bacharel em odontologia, ampliando a oferta de serviços de cuidado com a saúde bucal em Sergipe, com isso mais um grupo portador do capital cultural necessário para auxiliar no fortalecimento da estrutura de um campo que desde o início do século XX vinha, através dos dentistas diplomados, sendo reivindicado, entra para o mercado de trabalho. Depois de quase treze anos de luta (desde a criação da Sociedade Civil Faculdade de Odontologia de Sergipe em 1957 até a institucionalização do Curso em 1970) pôde-se cogitar a real ideia de termos dentistas formados em Sergipe, fato que veio a acontecer quatro anos após a criação do curso, porém, com o reconhecimento do curso no ano de 1975 as raízes dessa semente plantada em terras sergipanas mostrou-se como uma árvore frondosa e com raízes firmes, que já estava em sua terceira safra e essa ainda mais numerosa que as anteriores.

## POSSIBILIDADES PARA UMA NOVA HISTÓRIA: CONSIDERAÇÕES

Nesse estudo analisamos a história da formação do campo e a criação dos cursos de odontologia de Sergipe no período de 1925 a 1975. Ao longo desta pesquisa procuramos compreender como se deu a formação do campo e a criação do curso de odontologia em Sergipe. No desenvolvimento desse trabalho dialogamos com os conceitos de Processo Civilizador de Norbert Elias e os conceitos de campo e capital (simbólico e cultural) de Pierre Bourdieu. Trata-se de uma pesquisa histórica com abordagem na História Cultural, a qual não se limita a analisar apenas a produção cultural literária e artística, mas toda historiografia que se tem voltado para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade em um período da história. No decorrer deste estudo quisemos responder algumas questões que surgiram nos momentos iniciais desta caminhada.

É sabido que a *Baltimore College of Dental Surgery* foi a primeira instituição de ensino de odontologia criada no mundo, tornando-se um marco para a história do campo da educação superior. Até então, não existia educação formal para dentistas, visto que a odontologia era uma atividade cabida aos cirurgiões-mores, mas por considerarem a atividade grosseira, poucos a executavam.

A atividade, no Brasil, passou a ser desenvolvida pelos sangradores e barbeiros, de forma precária, com limitada capacidade de exercício prático do ofício, era disseminada de um para outro apenas por meio de observação. Com a chegada dos primeiros dentistas em Sergipe, aquela atividade passou a ser combatida por meio da imposição do diploma, iniciando uma luta que foi vencida pelos que se mostraram possuidores de maior capital cultural e simbólico.

Como parte de uma estratégia, que buscava modernizar o Estado de Sergipe, visando um processo civilizador, empreendida pelo governo de Graccho Cardoso durante os primeiros anos da década de 1920, foi criada em 1925 a Faculdade de Pharmacia e Odontologia. Em 1926 foi inaugurado o Hospital de Cirurgia que, em conjunto com o Instituto Parreiras Horta (criado em 1923 e inaugurado em 1924), passaram a ser considerados como templos da ciência em Sergipe, estes dois empreendimentos foram palcos da curta existência da Faculdade, que devido a questões políticas e econômicas durante o governo também de Cyro Franklin teve suas portas fechadas até que a situação econômica fosse resolvida, fazendo com que os jovens sergipanos se deslocassem para outros centros urbanos para conseguirem sua formação superior.

Onde os dentistas de Sergipe se formavam? Até a instalação criação do Curso de Odontologia da UFS a maior parte dos dentistas que atuavam em Sergipe eram formados nas

Escolas de Odontologia da Faculdade de Medicina da Bahia, embora encontramos dentistas formado nas Escolas do Rio de Janeiro e São Paulo. No entanto, a criação do Curso de Odontologia (na Universidade Federal de Sergipe) em seu início não pareceu muito atraente para os jovens sergipanos, visto que percebemos muitos deles se deslocando para a Faculdade de Odontologia de Caruaru para adquirir o capital cultural que necessitavam.

A instituição de ensino superior teve suas atividades encerradas devido ao abandono por parte dos alunos, que duvidavam da equiparação dos cursos, mesmo com suas atividades dentro da Reforma João Luiz Alves/Rocha Vaz (Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925). A forma de ingresso, a duração do curso e o currículo seguiam as diretrizes da reforma e esse fato facilitaria a equiparação da Instituição de Ensino Superior sergipana. Embora não tenhamos conseguido descobrir o número, nem nomes dos alunos que evadiram, concordamos que seria muito dispendioso para o governo manter um estabelecimento de ensino com poucos alunos. Como se dava o ingresso ao curso? Quais as diferenças curriculares dos cursos que foram criados no estado? Tanto a forma de ingresso como a grade curricular dos dois cursos de odontologia que existiram em nosso estado no período estudado eram regidos pelas Leis da época.

No entanto, o decreto assinado pelo presidente do estado cancelando as atividades da Faculdade, sua primeira ação como governante, abriu espaço para dúvidas sobre o real motivo do encerramento das atividades da instituição, por mais que tenha alegado dificuldades financeiras, não foi o real motivo. No curto espaço de tempo que ficou no cargo de Presidente do Estado, menos de um mês, Cyro Franklin mostrou que tinha o objetivo de obstruir a memória da gestão do governo anterior, coadunando com a vontade da elite oposicionista da época. Pois, de alguma forma, a ideia de ter uma Faculdade em Sergipe marcaria para sempre administração de Graccho Cardoso, como o governo a implantar o ensino superior no campo da saúde no estado, e isso incomodou a oposição.

Mesmo com o fim da Faculdade “Annibal Freire”, a ideia de fundar uma Escola de Odontologia permaneceu viva na mente de alguns dentistas sergipanos, sendo reavivada em 1957, mas dificultada por Leandro Maciel. Em 1965 uma nova tentativa para implantar um curso de odontologia se iniciou, mobilizando a maioria dos dentistas da cidade de Aracaju e até pessoas alheias à profissão como o vice-cônsul de Portugal Serafim Gonçalves. Com o apoio deste português e de alguns políticos, o sonho ficou mais próximo da concretização.

O andamento dos trabalhos para implantação da Universidade Federal de Sergipe propiciou a oportunidade de criação do curso na nova instituição de ensino superior pública de Sergipe. Mas, a atitude autoritária de João Simões dos Reis, ao elaborar um estatuto fora dos

padrões defendidos pelos pares do grupo, criou um mal-estar dentro da Sociedade Civil e culminou numa batalha interna que terminou no tribunal. Embora sua atitude tenha causado uma disputa interna, consideramos que João Simões desempenhou um papel de muita importância no campo da odontologia, pois todo esforço que desprende em prol da classe e da Faculdade foi primordial para que houvesse continuidade.

Diante de todos os entraves, em 1969, a odontologia saiu vencedora, pois a Universidade Federal de Sergipe criou o Curso de Odontologia com vagas para o vestibular do ano seguinte. No entanto, a estabilidade somente foi conseguida após a formatura da primeira turma de dentistas em 1973, de uma turma inicial de 10 alunos, nem todos confiaram que o curso teria seu reconhecimento, e daqueles que confiaram, 5 entraram para a história da odontologia e da educação sergipana como os primeiros odontólogos formados em Sergipe.

Quem foram os alunos e professores das instituições de ensino odontológico em Sergipe? Em relação aos alunos, não conseguimos descobrir os nomes daqueles que estudaram na Faculdade Aníbal Freire, além da aluna Izabel Sant'Anna. Já os alunos que estudaram na UFS estão elencados nos apêndices desta pesquisa. Os professores do primeiro Curso de Odontologia de Sergipe eram indivíduos possuidores de capital cultural e capital simbólico, em sua maioria eram médicos de renome no Estado em sua época. O corpo docente do Curso da UFS era constituído de professores de outros cursos, e de dentistas membros da Sociedade Odontológica de Sergipe, que entre os anos de 1928 e 1975 foi a maior representação do campo da odontologia sergipana, durante esse período duas outras entidades foram criadas com o objetivo de estruturar o campo odontológico a Sociedade Civil Faculdade de Odontologia – 1957 (buscando a formação de novos membros para compor o campo) e o Conselho Regional de Odontologia – 1967 (visando a fiscalização do campo).

No ano de 1975 que percebemos que a semente plantada em 1926, levada pelos ventos e trazida de volta para nossas terras, depois de diversas tentativas de replantio havia germinado e se tornando uma árvore frondosa de raízes firmes, e depois de duas safras estava carregada de pequenos frutos que no verão de 1975 estavam prontos para mais uma colheita.

A necessidade de criar um curso de odontologia em Sergipe nos anos de 1950 se deu como uma necessidade social de fortalecimento do campo odontológico, que buscava erradicar a atividade dos dentistas práticos, bem como suprir, com profissionais qualificados (com o devido capital cultural) para atuar nos devidos setores que careciam de dentistas qualificados, visto que muitos jovens que deixavam o estado em busca desse capital cultural, na maioria das vezes, não retornava a sua terra natal, preferindo fixar residências nos grandes centros urbanos. Assim, como percebemos, até a década de 1970 a odontologia estava restrita a poucas

instituições, principalmente as conveniadas com o Sistema Previdenciário, ou seja, os poucos profissionais atuantes no estado não davam conta da demanda de paciente, o que facilitava a atuação desenfreada de dentistas práticos.

Quando decidimos escrever uma história da odontologia sergipana, tendo como base o ensino e o campo, sabíamos das prováveis dificuldades que encontraríamos durante o processo de pesquisa, embora tenhamos decidido por estudar meio século de história e tenhamos encontrado uma quantidade significativa de fontes, acreditamos que há ainda pontos a serem discutidos acerca desses 50 anos aqui historiados.

Esse trabalho traz alguns elementos que podem servir de objeto para futuras pesquisas: a presença das mulheres sergipanas na odontologia abre um espaço para debates e novas descobertas; os professores da Faculdade de Anníbal Freire possibilitam estudos biográficos e/ou prosopográficos, assim como os dentistas professores da UFS além das entidades ligadas à odontologia que aparecem nesse estudo tem potencial para novos estudos. Aqui escrevemos uma história da odontologia em Sergipe que abre caminho para que outras histórias da odontologia, seja no nosso estado, seja onde for, possam ser escritas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 25 jan. 2018.

ALBERTI, Verena. Fontes Orais: histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2ed. São Paulo: Contexto: 2008.

ANDRADE, Helvécio Ferreira de. A medicina em Sergipe durante um século. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Ano 5, v. 5, n. 9, p. 99-117, 1920.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **A modernidade no governo Graccho Cardoso (1922-1926) e a reforma educacional de 1924 em Sergipe**. 2. ed. – Natal, RN: EDUFRN, 2015.

BARBOSA, Adelmo Farias. **Histórias da Odontologia Alagoana: uma contribuição à Academia Alagoana de Odontologia**. Maceió: Edufal, 2011.

BARRETTO, Armando (org.). **Cadastro: Comercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe**. 1933.

BARRETO, Luiz Antônio. **Pequeno Dicionário Prático de Nomes e Denominações de Aracaju**. Aracaju: ITBEC/Banese, 2002. p.161.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **A Processo de Institucionalização do Ensino Superior em Sergipe** (Das faculdades isoladas à Universidade Federal de Sergipe). ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

BARROS, José D' Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, vol. 11, nº 1/2, 2003.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires : Editorial Montessor, 2002.

\_\_\_\_\_. Les trois états du capital culturel. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 30, n. 1, p. 3-6, 1979. Disponível em: [http://www.persee.fr/doc/AsPDF/arss\\_0335-5322\\_1979\\_num\\_30\\_1\\_2654.pdf](http://www.persee.fr/doc/AsPDF/arss_0335-5322_1979_num_30_1_2654.pdf). Acesso em: 18 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. La distinction : critique sociale du jugement. **Les livres qui ont marqué le XX e siècle...** Minuit, 2016. Disponível em: <http://madagascar-interculturel.e-monsite.com/medias/files/bourdieu-critique-sociale-du-jugement.pdf> Acesso em: 18 abr. 2017.



\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BRITO, Jorge Honório M. **Faculdade de Odontologia:** Cem anos de história. 1898-1998. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. **Testemunha ocular:** história e imagem. Edusc, 2004.

\_\_\_\_\_. **Variedades de história cultural.** Trad. Alda Porto. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARMO, Kátia de Araújo. **Uma História do Curso de Ciências Biológicas na Universidade Federal de Sergipe:** Para quê? O quê? Para quem? Como? (1969-1983). Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2011. 128 f.

CERQUEIRA, Roseane Azevedo da Silva. **Atenção à Saúde Bucal no Estado de Sergipe - Saberes e tecnologias para implantação de uma política.** Livro do Aprendiz 7 / Fundação Estadual de Saúde - Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe. – Aracaju: FUNESA, 2011. p.97.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. **Histórico.** CRO: Brasília, 2013. Disponível em: <http://cfo.org.br/website/historico/> Acesso em 21 nov. 2017.

CONCEIÇÃO, Claudileuza Oliveira da. **A Escola de Química de Sergipe:** o processo de formação de um campo profissional (1948-1967). Dissertação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: 2010.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Bauru: EDUSC, 1999.

CUNHA, Ernesto Salles. **História da odontologia no Brasil (1500-1900).** 3ª ed. Editora Científica: Rio de Janeiro, 1963.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964).** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **História de Sergipe:** República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS, Nyceu. A odontologia em Sergipe através do século (Um esboço histórico). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.** Ano 5, v. 5, n. 9, p. 119-131, 1920.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas:** sexualidade e erotismo na história do Brasil. Editora Planeta do Brasil, 2011.

ELIAS, N. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. Vol. 1. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011a.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador:** Formação do Estado e Civilização. Vol. 2. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011b.

FALCON, Francisco. **História cultural:** uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FERRARI, Mario André M. C., ARAUJO, Maria Ercília de. **História da Odontologia no Brasil: o currículo e a Legislação de 1856 a 1931**. São Paulo: Biblioteca 24horas, 2015.

FERREIRA, Cesário de M. Leonel. **Uma História da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Itapetininga: retaliações de Getúlio Vargas à terra de Júlio Prestes?** Itapetininga: Via Sete Editorial, 2004.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989a. v. 2.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: s.n, 1991. v. 4.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: s.n, s/d. v. 5.

FIGUEIREDO, Cândido de. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 1913. Disponível em: <http://www.dicionario-aberto.net/dict.pdf>. Acessado em 04 de mar. 2107.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Dom Luciano Cabral Duarte e sua Atuação no Campo Educacional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 45.1, 2015.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos & Abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

GARCIA, Odilon de Amorim. **A História da Faculdade de Odontologia – UFRN**. Natal: Edufrn, 2008.

GIES, William J. **Dental education in the United States and Canada**. New York: The Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching, p. 128-31,154, 1926.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da; SOUZA, Josefa Eliana. **Catálogo das Escolas Municipais de Aracaju**. (org.). Aracaju: Sercore, 2000.

GUARANÁ, Manoel Armino Cordeiro. **Dicionário Biobibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1925.

JESUS, Danilo Mota. Odontologia em Sergipe: do sonho a realização. In: Seminário Visões do Mundo Contemporâneo 3: Extremismos. 2016, São Cristóvão, SE. **Anais Eletrônicos**. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2016. Disponível em: [http://visoes.getempo.org/?page\\_id=555](http://visoes.getempo.org/?page_id=555). Acesso em 04 nov. 2017.

JESUS, Danilo Mota de; SIMÕES, Renata Duarte; REIS, Anderson de Araujo. Nyceu Dantas: esboço de uma trajetória. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. v. 2, n. 47, p.161-175, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEITE, Geraldo. **Médicos Ilustres da Bahia e de Sergipe**: Josino Correia Cotias, 2011. Disponível em: <http://medicosilustresdabahia.blogspot.com.br/2011/02/206-josino-correia-cotias.html> Acesso em: 14 abr. 2016.

LEWIS JR, Carl P. The Baltimore College of Dental Surgery and the birth of professional dentistry, 1840. **Maryland Historical Magazine**, v. 59, n. 3, p. 268, 1964.

LIMA, Maria do Socorro. **República, política e direito**: representações do trabalho docente e a trajetória de Carvalho Neto (1918-1921). Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2008. 301 f.

MACIEL, Ane Rose de Jesus Santos. **Entre fatos e relatos**: as trajetórias de Carmelita Pinto Fontes e Rosália Bispo dos Santos na educação sergipana (1960-1991). Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016. 180 f.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. **Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, v. 2, p. 10, 2004.

MATOS, Luana Silva Bôamorte de. **Patrimônio cultural e educação**: um estudo das representações sobre educação patrimonial desenvolvidas em Aracaju – SE (1985-1991). Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013. 138 f.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. O engenheiro e o memorialista: Archimedes Pereira Guimarães e a Química como visão de mundo. In: **Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação 5** – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/122.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Para Estudar a História da Odontologia em Sergipe**, 2010a. Disponível em: <http://jorge-educahist.blogspot.com.br/2010/08/para-estudar-historia-da-odontologia-em.html>. Acesso em: 18 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Reflexões Acerca de uma Possível História dos Farmacêuticos em Sergipe**, 2010b. Disponível em: <http://jorge-educahist.blogspot.com.br/2010/07/reflexoes-acerca-de-uma-possivel.html>. Acesso em: 08 jul. 2017.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. 2. ed. São Cristóvão. Editora UFS: Fundação Oviedo Teixeira, 2008. Cap 9.

OLIVEIRA, Rosilene Batista. A História Cultural: concepções, perspectivas e desafios. **Plures Humanidades**, v. 14, n. 1, 2013.

PAGANI, Clovis; KOGISO, Iara Carolina Friggi. **50 anos**. Faculdade de Odontologia de São José dos Campos (Universidade Estadual Paulista – UNESP) 1960-2010. São José dos Campos: Imprensa Oficial SP, 2010.

PAIXÃO, Edith Maria Bastos. Histórico do Curso de Odontologia. In: ROLLEMBERG, Maria Stella Tavares; SANTOS, Lenalda Andrade (org.). **UFS – história dos cursos de graduação**. UFS: São Cristóvão, 1999.

PROST, Antoine. Social e Cultural Indissociavelmente. In : RIOUX, Jean-Pierre ; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Rio de Janeiro: Editora Estampa, 1998. p.123-137.

QUEIROZ, Maria Goretti. **O Ensino da Odontologia no Brasil: concepções e agentes**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. 2006, 359f.

ROCHA, Leduar de Assis. **História da Odontologia em Pernambuco**. Recife: Imprensa Nacional, 1963.

ROSENTHAL, Elias. **Odontologia no Brasil Durante o Século XX**. São Paulo: Santos Editora, 2001.

SANTANA, Antônio Samarone de. **As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios**. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Sociais) - São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1997. 190 f.

\_\_\_\_\_. **As Febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios**. Aracaju: O Autor, 2005.

SANTANA, Antônio Samarone; DIAS, Lúcio Antônio Prado; GOMES, Petrônio Andrade. **Dicionário Biográfico do Médicos de Sergipe: séculos XIX e XX**. Aracaju: Academia Sergipana de Medicina, 2009.

SANTANA, Rosemeire Siqueira de. **Vinde a mim os pequeninos: história da educação de crianças desamparadas na Instituição Educativa Espírita (1947-1992)**. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016. 238 f.

SANTANA, Rosemeire Siqueira de. Tecendo os fios da memória: um breve ensaio biográfico sobre as educadoras Anália Franco, Neide Mesquita e Laura Amazonas. **Anais: VI Colóquio Internacional: “Educação e Contemporaneidade”**. São Cristóvão, set. 2012.

SANTOS, Gilvan Vitor dos. **O círculo operário católico em Sergipe: práticas educativas e organização da cultura operária (1935-1969)**. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. 107 f.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Um esforço positivamente infrutífero”: a criação das faculdades Tobias Barreto e Aníbal Freire em Aracaju (1924-1926). **Rev. bras. hist. educ.**, Maringá-PR, v. 17, n. 3 (46), p. 153-186, julho/setembro 2017.

SILVA, Anna Karla de Melo e. **Felte Bezerra: um quartel de atividades lítero-científicas**. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. 112 f.

SILVA, Henrique Batista. **A História da Medicina em Sergipe**. Aracaju: J. Andrade, 2006.

SILVA, Luiz Pessoa. **História das Faculdade de Direito e Odontologia de Caruaru**. Caruaru: O Estado de São Paulo, 1981.

SILVA, Patrícia de Sousa Nunes; BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. A historiografia da fundação da Faculdade de Medicina de Sergipe: o que diz as fontes. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 1, n. 1, p. 89-99, 2012.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **História Geral da Medicina Brasileira**. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1991.

SOUZA, Eliana. **História e Memória da Universidade Federal de Sergipe: 1968-2012**. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado** – história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

## ENTREVISTAS

ALMEIDA, Antônio Rezende de. **Entrevista IV**: Ex-aluno da UFS [abr. 2017]. Entrevistador: Danilo Mota de Jesus. Aracaju, 2017. 1 arquivo .mp3 (28 min.).

BASTOS, Afrânio José de. **Entrevista III**: Ex-Professor da UFS [abr. 2017]. Entrevistador: Danilo Mota de Jesus. Aracaju, 2017. 1 arquivo .mp3 (50 min)

FORTES, Tânia Maria de Guimarães. **Entrevista VI**: Ex-Professora da UFS [jul. 2017]. Entrevistador: Danilo Mota de Jesus. Aracaju, 2017. 1 arquivo .3gpp (35 min).

GARCEZ FILHO, João de Andrade **Entrevista V**: Ex-aluno da UFS [mai. 2017]. Entrevistador: Danilo Mota de Jesus. Aracaju, 2017. 2 Arquivos em .wav, I (40 min) e II (20 min).

GARCEZ, Rosa Maria de Viana Bragança. **Entrevista I**: Ex-aluna e -professora da UFS [set. 2016]. Entrevistador: Danilo Mota de Jesus. Aracaju, 2016. 1 arquivo .m4a (59 min.).

PAIXÃO, Edith Bastos. **Entrevista II**: Ex-aluna e ex-professora da UFS [fev. 2017]. Entrevistador: Danilo Mota de Jesus. Aracaju, 2017. 1 arquivo .mp3 (40 min.).

## JORNAIS

A CRUZADA. Ano VIII, nº 44, de 18 de abril de 1926.

A SEMANA. Ano XX, nº 746, de 07 de janeiro de 1967.

CORREIO DE ARACAJU. Ano XX, nº 306, de 11 de novembro de 1926.

DIÁRIO DA MANHÃ. Ano XVII, nº 3858, de 07 de abril de 1926.

DIÁRIO DE ARACAJU. Ano I, nº 200, de 25 de agosto de 1966.

DIÁRIO DE ARACAJU. Ano I, nº139, de 11 de junho de 1966.

DIÁRIO DE ARACAJU. Ano I, nº245, p.8, de 21 de outubro de 1966.

DIÁRIO DE ARACAJU. Ano I, nº29, de 23/24 de janeiro de 1966.

DÁRIO DE ARACAJU. Ano V, nº1182, de 7,8,9,10 e 11 de fevereiro de 1970.

JORNAL DO COMERCIO (RJ). Ano 101, nº216, p.12, de 09 de setembro de 1928.

- GAZETA DE SERGIPE. Ano XI, nº3080, p.5, de 26 de agosto de 1966.
- GAZETA DE SERGIPE. Ano XII, nº3272, de 23 e 24 de abril de 1967.
- GAZETA DE SERGIPE. Ano XIV, nº3767, p.4. 29 de janeiro de 1969.
- GAZETA DE SERGIPE. Ano XV, nº 4027, p.9. 04 e 05 de janeiro de 1970a. Caderno Especial G8 – Década de 60.
- GAZETA DE SERGIPE. Ano XV, nº 4028, p.1, 06 de janeiro de 1970b.
- GAZETA DE SERGIPE. Ano XV, nº 4040, p.2, 20 de janeiro de 1970c.
- GAZETA DE SERGIPE. Ano XV, nº 4058, p.4, 04 de fevereiro de 1970d.
- GAZETA DE SERGIPE. Ano, XVIII, nº 4649, p.1, 13 de dezembro de 1973a.
- GAZETA DE SERGIPE. Ano, XVIII, nº 4652, p.1, 16 de dezembro de 1973b.
- JORNAL DA CIDADE. nº531, p.8. 14 de dezembro de 1973.
- O PAIZ (RJ). Ano XLIV, nº16047, p.7, 26 de setembro de 1928.
- O PAIZ (RJ). Ano XLII, nºs. 15310-15311, 20 e 21 de setembro de 1926.
- SERGIPE JORNAL. Ano V, nº 1289, 07 de abril de 1926.

#### FONTES DOCUMENTAIS

- BRASIL. Decreto 7.247, de 19 de abril de 1879. **Coleção de Leis do Império do Brasil – 1879**. Vol. 1, parte. II. p. 196.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. **Diário Oficial da União**. 7 abr. 1925.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 76.025, de 25 de julho de 1975. **Diário Oficial da União**. Seção 1. p. 9329. 28 jul. 1975.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 5081, de 24 de agosto de 1966. **Diário Oficial da União**. 26 ago.1966, p.9843.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei Nº 7.720, de 9 de julho de 1945. **Diário Oficial da União**. 11 jul. 1945, p. 12035.
- CRO. Conselho Regional de Odontologia. **Inscrição de Cirurgiões Dentistas**. Aracaju, 1983.
- FORTES, Lélío Passos de Guimarães. **Palestra Realizada na Maçonaria a convite de Carlos Satler**. Aracaju, 24 de junho de 1967.
- \_\_\_\_\_. **Discurso proferido durante oposição da placa de formatura da primeira turma de odontologia da UFS**. Aracaju, 14 de dezembro de 1973.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Representante do Curso de Odontologia da Faculdade de Ciências Médicas no 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Faculdades de Odontologia e na XI Reunião da Associação Brasileira de Ensino Odontológico.** Aracaju, 19 de julho de 1974.

FRANCO, Francisco de Barros Pimentel. **Relatório do Inspetor de Higiene.** Aracaju, 1910.

SERGIPE, Decreto nº618, de 30 de dezembro de 1915.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 913, de 15 de dezembro de 1925. **Diário Oficial do Estado.** 16 de dezembro de 1925.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 921, 20 de fevereiro de 1926. **Diário Oficial do Estado.** 21 de fevereiro de 1926. p. 7496-7499.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 942, 16 de julho de 1926. **Diário Oficial do Estado.** 18 de julho de 1926a.

\_\_\_\_\_. Decreto que nomeia professor para a Faculdade de Pharmacia e Odontologia “Annibal Freire”, 04 de agosto de 1926. **Diário Oficial do Estado.** 05 de agosto de 1926b.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 947, 21 de agosto de 1926. **Diário Oficial do Estado.** 22 de agosto de 1926c.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 975, 10 de novembro de 1926. **Diário Oficial do Estado.** 11 de novembro de 1926d.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 976, 10 de novembro de 1926. **Diário Oficial do Estado.** 11 de novembro de 1926e.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 977, 10 de novembro de 1926. **Diário Oficial do Estado.** 11 de novembro de 1926f.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 979, 11 de novembro de 1926. **Diário Oficial do Estado.** 12 de novembro de 1926g.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Faculdade de Odontologia de Sergipe. **Diário Oficial do Estado.** 18 de junho de 1957, p. 3-5.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Presidente,** de 07 de setembro de 1923.

\_\_\_\_\_. **Mensagem do Presidente,** de 07 de setembro de 1926h.

\_\_\_\_\_. Noticiário. **Diário Oficial do Estado.** 06 de abril de 1926i. p. 7885-7888.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1017, 05 de outubro de 1928. **Diário Oficial do Estado.** 07 de outubro de 1928.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS). **A Universidade Federal de Sergipe e sua integração na comunidade.** Aracaju, SE: UFS, 1977. 36 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS). Coordenação do Curso de Odontologia. **Ofício nº 15/74/COFCM.** Aracaju, 19 de dezembro de 1974.

## ATAS

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS CIRURGIÕES DENTISTAS DE SERGIPE. **Ata da 1ª sessão assembleia geral dos cirurgiões dentistas de Sergipe.** 8 de agosto de 1949a.

\_\_\_\_\_. **Ata da 2ª sessão assembleia geral dos cirurgiões dentistas de Sergipe.** 16 de agosto de 1949b.

\_\_\_\_\_. **Ata da 3ª sessão da assembleia geral da Associação Profissional dos Cirurgiões Dentistas de Sergipe.** 13 de novembro de 1950.

SOCIEDADE ODONTOLÓGICA DE SERGIPE. **Ata da 2ª sessão extraordinária da Sociedade Odontológica de Sergipe.** 22 de abril de 1965.

\_\_\_\_\_. **Ata da 5ª sessão extraordinária da Sociedade Odontológica de Sergipe.** 29 de agosto de 1967.

\_\_\_\_\_. **Ata da 6ª sessão extraordinária da Sociedade Odontológica de Sergipe.** 10 de outubro de 1967.



---

**APÊNDICES****Relação dos alunos aprovados no curso de odontologia nos vestibulares da Universidade Federal de Sergipe de 1970 a 1975.<sup>75</sup>**

<b>Aprovado em 1970</b>
AMÉLIA MARIA SOARES DUARTE
ANTÔNIO DE ANDRADE LIMA
ANTÔNIO REZENDE DE ALMEIDA
CLOVIS VALOIS CHAGAS
JOSÉ ALBERTO CERQUEIRA DO NASCIMENTO
JOSÉ DE SOUZA MELO SOBRINHO
MARIA AUXILIADORA NASCIMENTO SANTOS
MARY CALAZANS BARRETO
RONALDO RIBEIRO DE OLIVEIRA
VIRGILIO DE CARVALHO OLIVEIRA SOBRINHO

<b>Aprovados em 1971</b>
ANA MARIA DE AZEVEDO FRANCO
ÂNGELA MARIA MENEZES
ÂNGELA PETRESEN BOTTO BARROS
ANSELMO MARIANO FONTES
CRISTINA LEITE MOREIRA
DIVA MARIA COSTA FERNANDES
DJENAL SANTANA
EDUARDO GOIS CARDOSO
GERÔNCIO RIBEIRO DOS ANJOS
JOÃO CASSIMIRO DOS SANTOS
JOÃO SANTANA FILHO
JOSÉ GARANGAU DE ANDRADE
JOSÉ MARCONI RAMOS CARVALHO
JOSÉ VALDE DOS ANJOS
LAFAIETE SIZINO FRANCO
LUIZ FERNANDO MOURA
MARCOS LOPES DA CRUZ
MARIA AUGUSTA MENEZES LIMA
TEREZA CRISTINA N. GARCIA MORENO
TEREZA MARIA DANTAS LEANDRO

---

<sup>75</sup> Os nomes aqui apresentados estão em ordem alfabética, e não por ordem de classificação, podendo haver erro ortográfico, visto que os retiramos dos jornais de cada época em circulação no estado.

<b>Aprovados em 1972</b>
ANA MARIA MACHADO
ANTÔNIA MARIA WILTSHIRE SOARES
ANTÔNIO JOSÉ MONTEIRO ROCHA
ANTÔNIO SÉRGIO DA SILVA
CÉSAR AUGUSTO PASSOS NACIMENTO
DINORÁ DANTAS MELO FILHA
EDGARBARROS DOS SANTOS
EDITH MARIA SANTOS BASTOS
HÉLIO FARIA MENEZES
HÉLIO RODRIGUES FEITOSA
IRAN ALVES MAIA
IUCEMA SANTANA SANTOS
IVONE DOS SANTOS BARROS
JOÃO ALVES FEITOSA FRANCO
JOSÉ CARLOS DA SILVA SANTOS
JOSÉ CARLOS PEREIRA
JOSÉ LAERCIO FONTES
JOSÉ OSVALDO ANDRADE COSTA
JOSÉ ROBERTO SILVA HARDMANN
JOSEFA NAIDE BARBOSA
MARIA ANITA NASCIMENTO AGUIAR
MARIA LÊDA VITAL
MARIA NATELCA ROCHA
MARTHA MARIA DE AZEVEDO FRANCO
MASOUD JALALI
NESTOR CARDOSO DE MENDONÇA
TÂNIA MARIA BARROSO DOS SANTOS
VITÓRIA RÉGIA DE SANTANA ALMEIDA
WALDSON SOUZA LIMA

<b>Aprovados em 1973</b>
ÂNGELA MARIA BASTOS RODRIGUES
ANTÔNIO CARLOS SOUZA
AVIO BATALHA DE BRITO
CARLOS AUGUSTO COTIAS TORRES
GILVAN DOREA DANTAS
GILVANETE ARAUJO CHAGAS SANTOS
HIRAN PEREIRA DA SILVA
IARA CARVALHO DO NASCIMENTO
IRACEMA CARVALHO DIAS DE OLIVEIRA
JACKSON SANTOS LOBO
JOSÉ DENISON CARVALHO DE OLIVEIRA
JOSÉ FRANCISCO SANTANA COELHO
JOSÉ GONZAGA DOS SANTOS
JOSEFA ELIANE MENDONÇA BARRETO
LILIANE ARGOLO HARDMANN
LÚCIA DE OLIVEIRA REZENDE

MARCUS AURÉLIO SOUZA FIGUEIREDO
MARIA CECÍLIA FIGUEIREDO
MARIA DE FÁTIMA VIEIRA DE MORAIS
MARIA VALENÇA
MARINA DE ALBUQUERQUE MACIEL PRADO
PAULO ROBERTO JUNIOR
RIVALDO BATISTA SANTOS
ROSA MARIA VIANA DE BRAGANÇA
RUY GOMES FONSECA DORIA
TARCÍSIO MENEZES SANTOS
VALTER ANDDRADE DE OLIVEIRA
VANDY ALVES DOS SANTOS
VERA LÚCIA PACHECO GAMARDELLA
ZINETE CORREA AGUIAR

<b>Aprovados em 1974</b>
ANA AMÉLIA SANTOS LYRIO
ANETE DOS PASSOS SÁ
ANISIO DÁRIO RABELO LUCAS
ANTÔNIO DE SANTANA
ANTÔNIO MENEZES SANTOS
CARLOS OLÍMPIO EVANGELISTA GAMA
CARLOS ROBERTO CARVALHO SILVA
DAYSE ALVES BARRETO
DENISE SILVEIRA SAMPAIO
EDNELSON CHAGAS DE MENEZES
ELISABETH PORTO PEREIRA
IGNÊS AURORA DOS ANJOS
ISABEL CRISTINA GONÇALVES LIAS
JOSÉ ARAUJO
JOSÉ AUGUSTO SANTOS DA SILVA
JOSEFA JEOVÂNIA NUNES
JUCARA MARIA ANDRADE DE ALMEIDA
JUCARA SANTANA BRANDÃO TELES
MARIA ANGÉLICA GOMES DE SOUZA
MARIA CECÍLIA DE ALMEIDA RIBEIRO
MARIA CRISTINA ROCHA DE SOUZA
MARIA DE FÁTIMA SANTOS SOUZA
MARTA MARIA CABRAL
PERICLES BOMFIM DE CARVALHO
RAIMUNDO CÉSAR VALADÃO OLIVEIRA
RICARDO VAGNER MILET
ROBERTO CÉSAR SIMÕES MANOUR
VANDA MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
VÂNIA MARIA GOMES SANTOS
ZÉLIA MARIA GARCEZ DE SOUZA LEÃO

---

<b>Aprovados em 1975</b>
ACÁCIA SILVEIRA SOBRAL
AMÉRICO GOMES DOS SANTOS
ANA MARIA REIS
ANDRELINA DE OLIVEIRA QUARANTA
ÂNGELA MARIA LEITE GOIS
ARI WALDEMAR NOGUEIRA SOARES
ARMANDO FERREIRA DE BARROS
EDNA BEZERRA DA SILVA
ELIANA DE CARVALHO
EVANE DE SENA E SILVA
EVERALDO ALVES DA SILVA
FERNANDO ANTÔNIO RABELO DE VASCONCELOS
GILSA CORREIA DE MELO
HELENA FONTES SANTOS
HELENIZE RIBEIRO DOS SANTOS
IZABEL CRISTINA DE ALMEIDA TEIXEIRA
JESUINO AUGUSTO FIGUEIREDO VILLAR
JOSEFA BERNADETE DE MENDONÇA
LENILDA SANTANA CUPERTINO
LUIZA NADJA CRUZ DANTAS
MARIA APARECIDA TEODORO
MARIA CLÁUDIA ANDRADE
MARLENE VIEIRA DA COSTA
ROSA EMÍLIA JARDIM REIS
ROSA MARIA BARRETO SILVA
SELMA MARIA CARVALHO DE ALMEIDA
SILVANA MIRANDA PRADO
SUELY SOBRAL
TEREZA CRISTINA MESQUITA ALMEIDA
VERA OLINTA SANTOS ALMEIDA

**Relação dos alunos diplomados pelo Curso de Odontologia da Universidade Federal de Sergipe de 1973 a 1975.**

<b>Formados em 1973</b>
AMÉLIA MARIA SOARES DUARTE
ANTÔNIO DE ANDRADE LIMA
JOSÉ DE SOUZA MELO SOBRINHO
MARY CALAZANS BARRETO
RONALDO RIBEIRO DE OLIVEIRA

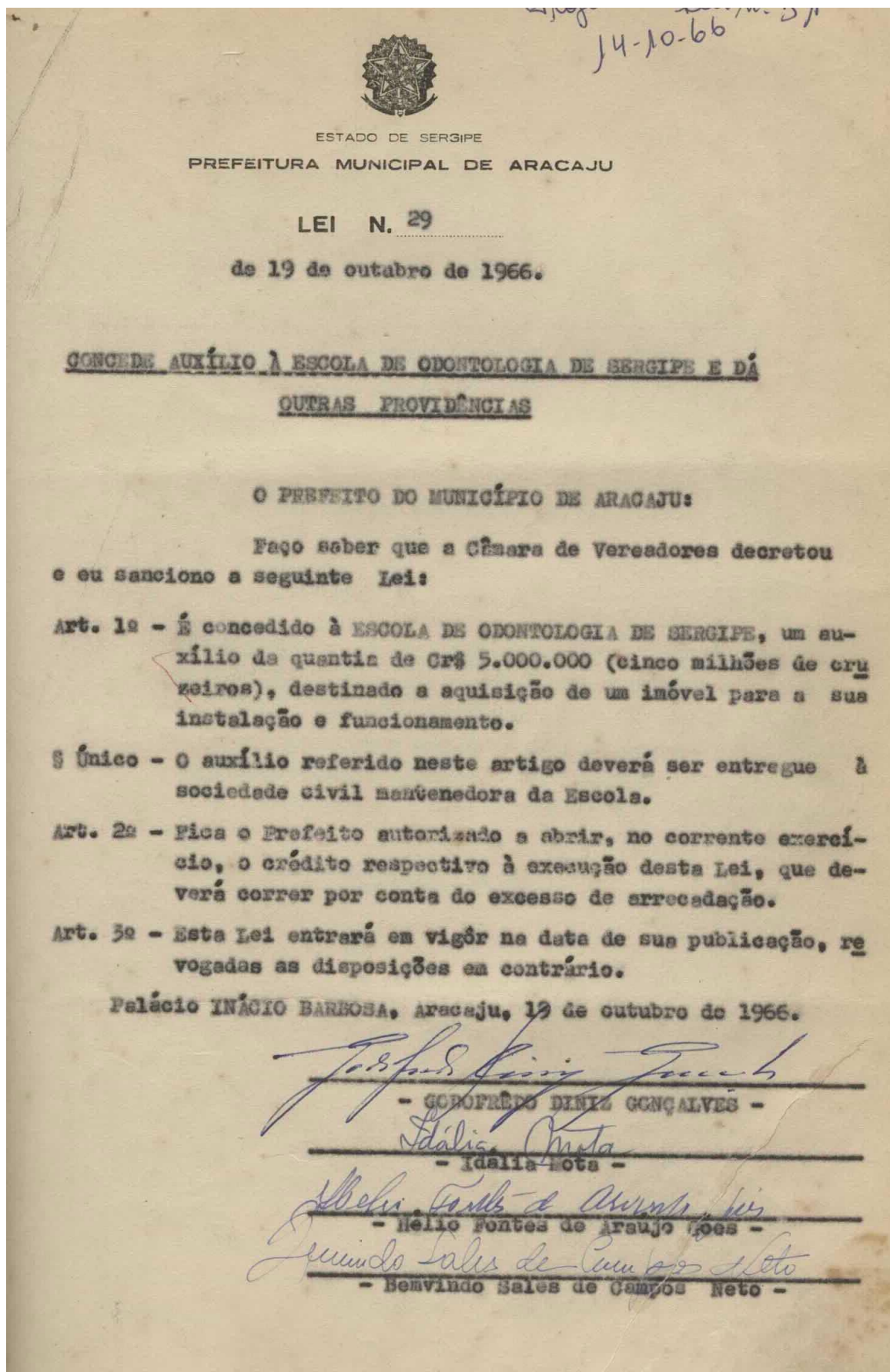
<b>Formados em 1974</b>
ANA MARIA FRANCO TEIXEIRA
ÂNGELA MARIA MENEZES
CRISTINA LEITE MOREIRA
DIVA MARIA COSTA FERNANDES
DJENAL SANTANA
JOSÉ MIRABOEU DE OLIVEIRA RAMOS
JOSÉ VALDE DOS ANJOS
LAFAIETE SIZINO FRANCO
MARCOS LOPES DA CRUZ
MARIA AUGUSTA MENEZES LIMA
MARIA AUXILIADORA SANTOS DÓRIA
MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA SANTANA
TEREZA CRISTINA GARCIA MORENO CABRAL MACHADO

<b>Formados em 1975</b>
ANTÔNIA MARIA WILTSHIRE SOARES
ANTÔNIO JOSÉ MONTEIRO ROCHA
AUREA NUNES DE MELO
CESAR AUGUSTO PASSOS NASCIMENTO
EDITH MARIA SANTOS BASTOS
HÉLIO RODRIGUES FEITOSA
IRAN ALVES MAIA,
IUCEMA SANTANA SANTOS
JOSÉ LAÉCIO FONTES
JOSÉ OSVALDO ANDRADE COSTA
MARIA HELENA RIBEIRO
MARIO DE CARVALHO
NEIDE LEMOS FERREIRA
VITORIA REGIA DE SANTANA ALMEIDA

## TEMAS ABORDADOS NAS ENTREVISTAS.


- Identificação do entrevistado
- Local e ano de formação
- Memórias sobre o local de formação
- Sociedade Odontológica de Sergipe
- Sociedade Civil Faculdade de Odontologia
- O porquê de não estudar na UFS (somente para os que se formaram em outro estado)
- Lélío Guimarães Fortes
- João de Andrade Garcez
- João Simões dos Reis
- Serafim Gonçalves
- Faculdade de Odontologia de Sergipe
- O curso de odontologia no Hospital de Cirurgia
- A Universidade Federal de Sergipe

ANEXO I (Lei nº 29, de 19/10/1966 \_ 1/1)



ANEXO II (Documento [ofício] de Criação do Curso de odontologia na UFS 1/2)

*1ª Secretaria para assinatura  
aprimorada*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
REITORIA

Aracaju, 13 de dezembro de 1969.

OF. GR/255/69

Sr. Diretor:

Esta REITORIA está resolvida a solicitar aos Egrégios Conselhos Superiores da Universidade, caso não se apresentem razões fundamentadas em contrário, a autorização competente para iniciar a implantação do Curso de Odontologia, abrindo vagas para o mesmo já no Concurso Vestibular, a realizar-se em janeiro próximo.

E assim o decidiu, concluindo das seguintes considerações:

- 1) - Os Estatutos em vigor da Fundação Universidade Federal de Sergipe, em seu Art. 23, parágrafo 2º, determinam que, dentro do menor prazo possível, a Universidade instalará e fará funcionar o Curso de Odontologia, mantendo assim o propósito expresso no Art. 185 dos primeiros Estatutos da Fundação, adaptado as exigências da Reforma Universitária;
- 2) - com a denominação de Faculdade de Ciências Médicas, já integra a relação dos estabelecimentos constantes do referido Art. 23 a Unidade Universitária em que deverão funcionar os Cursos:
  - a) - de Medicina;
  - b) - de Odontologia;
  - c) - outros da mesma área de conhecimento.
- 3) - Está funcionando o Instituto de Biologia com as disciplinas básicas comuns a esses Cursos;

AO  
ILMO. SR. DR. JOSÉ ALOYSIO ANDRADE  
MD. DIRETOR EM EXERCÍCIO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS  
N/CAPITAL  
cnm/

Mod. 01



**ANEXO II (Documento [ofício] de Criação do Curso de odontologia na UFS 2/2).**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

REITORIA

- 2 -

4) - A Universidade e a ilustre classe dos Odontologistas estão vivamente interessadas em proporcionar quanto antes aos jovens, a oportunidade de se formarem nessa profissão entre nós.

Encarecemos assim a essa Direção que se pronuncie com urgência a respeito, uma vez que se trata de Curso profissional a ser integrado nessa Unidade.

Na oportunidade renovo a V.Sa. protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Dr. João Cardoso Nascimento Júnior

REITOR

**ANEXO III (Portaria nº 81, Designado comissão para implantação do Ciclo profissional do Curso de Odontologia – UFS 1/2)**

PORTARIA Nº 81 DE 27 DE ABRIL DE 1971

Designa Comissão para estudos preliminares da implantação do Curso Profissional de Odontologia.

O VICE-REITOR da Universidade Federal de Sergipe, no exercício da Reitoria, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

CONSIDERANDO a aproximação do ano letivo de 1972, quando a Universidade matriculará os primeiros estudantes no Curso Profissional de Odontologia;

CONSIDERANDO a necessidade de Estudos Preliminares para a competente implantação do referido curso;

CONSIDERANDO que esses estudos preliminares devem contar com representantes da sociedade dos Odontólogos, juntamente com os Diretores dos Cursos afins ou relacionados Na Universidade Federal de Sergipe;

CONSIDERANDO AS indicações constantes do Processo nº 1.824/71,

R E S O L V E:

ART.1º - Fica criada a Comissão para os estudos preliminares da implantação do ciclo profissional do Curso de Odontologia, especialmente sobre distribuição curricular, carga horária, concurso de professores, equipamentos e biblioteca.

ART.2º - Integrarão a Comissão:

- a) O professor JOSE LOPES GAMA Coordenador da Área de Ciências Exatas e Naturais que a presidirá;
- b) Os professores Fernando Sampaio e Albino Figuerêdo Melo, em nome da Faculdade de Ciências Médicas;
- c) O professor Alexandre Gomes de Menezes Neto, Diretor do Instituto de Biologia;
- d) Os representantes da Sociedade Odontológica de Sergipe, Cirurgiões Dentistas Lélío Passos de Guimarães Fortes, João de Andrade Garcez e Fernando dos Santos Vasconcelos.

**ANEXO III (Portaria nº 81, Designado comissão para implantação do Ciclo profissional do Curso de Odontologia – UFS 2/2)**

ART.3º - A Comissão deverá no prazo de trinta (30) dias apresentar a Reitoria as suas conclusões sob a forma de ante-projeto.

ART.4º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se Ciência e Cumpra-se

(a)Dr. Luiz Bispo

VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA

CONFERE COM O ORIGINAL

EM 28 / 04 / 1971

*[Assinatura]*

V I S T O

EM 28 / 04 / 1971

*[Assinatura]*  
Chefe de D. P.

/JMVF



## ANEXO IV (decreto Nº 76.025 - de 25 de julho de 1975. Reconhecimento do Curso de Odontologia da UFS) DIÁRIO OFICIAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**DIÁRIO OFICIAL**

SEÇÃO I - PARTE I

DECRETO Nº 46.237 — DE 18 DE JUNHO DE 1959

ANO CXIII — Nº 141

CAPITAL FEDERAL

SEGUNDA-FEIRA, 28 DE JULHO DE 1975

**ATOS DO PODER LEGISLATIVO**

LEI Nº 6.230 — DE 27 DE JULHO DE 1975

Institui a data de 3 de maio como o Dia do Parlamento

Faço saber que o Congresso Nacional decretou, o Presidente da República, nos termos do § 2º do artigo 59, da Constituição Federal, instituiu, e eu, José de Magalhães Pinto, Presidente do Senado Federal, nos termos do § 5º do artigo 59 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É instituída a data de 3 de maio como o Dia do Parlamento, destinada a comemorar a instalação da primeira Assembleia Constituinte e a criação do Poder Legislativo no Brasil.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 27 de julho de 1975.

JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO  
PresidenteDECRETO Nº 76.024 — DE 25  
JULHO DE 1975

Concede reconhecimento ao curso de Engenharia Civil da Universidade do Rio Grande com sede na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969 e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 1.864 de 1975, conforme consta dos Processos nºs. 10.236-74 — CFE e 235.144-75 do Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º É concedido reconhecimento ao curso de Engenharia Civil da Universidade do Rio Grande, com sede na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de julho de 1975; 154.º da Independência e 87.º da República;

ERNESTO GEISEL

Ney Braga

DECRETO Nº 76.025 — DE 25 DE  
JULHO DE 1975

Concede reconhecimento ao curso de Odontologia da Universidade Federal de Sergipe, com sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969 e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 1.856-75,

**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

conforme consta dos Processos números 9.801-74 — CFE e 234.916-75 do Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º É concedido reconhecimento ao curso de Odontologia da Universidade Federal de Sergipe, com sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de julho de 1975; 154.º da Independência e 87.º da República.

ERNESTO GEISEL

Ney Braga

DECRETO Nº 76.026 — DE 25 DE  
JULHO DE 1975

Autoriza o funcionamento do curso de Psicologia da Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras mantida pela Missão Salesiana de Mato Grosso, com sede na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969 e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 1.891-75, conforme consta dos Processos números 9.479-74 — CFE e 238.969-75 do Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do curso de Psicologia, licenciatura plena, da Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras, mantida pela Missão Salesiana de Mato Grosso, com sede na cidade

de Campo Grande, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de julho de 1975; 154.º da Independência e 87.º da República.

ERNESTO GEISEL

Ney Braga

DECRETO Nº 76.027 — DE 25 DE  
JULHO DE 1975

Concede reconhecimento ao curso de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Tibirigá", mantida pela Associação "Tibirigá" de Educação, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969 e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 712-75, conforme consta dos Processos nºs. 7.555-1974-CFE e 227.433-75 do Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º É concedido reconhecimento ao Curso de Letras, licenciatura plena, habilitação em Português-Inglês, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Tibirigá", mantida pela Associação "Tibirigá" de Educação, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de julho de 1975; 154.º da Independência e 87.º da República.

ERNESTO GEISEL

Ney Braga

DECRETO Nº 76.028 — DE 25 DE  
JULHO DE 1975

Concede reconhecimento ao curso de Oceanologia, da Universidade do Rio Grande, com sede na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969 e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 1.825-75, conforme consta dos Processos números 10.185-74-CFE e 232.734-75 do Ministério da Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º É concedido reconhecimento ao curso de Oceanologia, da Universidade do Rio Grande, com sede na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de julho de 1975; 154.º da Independência e 87.º da República.

ERNESTO GEISEL

Ney Braga

DECRETO Nº 76.029 — DE 25 DE  
JULHO DE 1975

Concede reconhecimento ao curso de Pedagogia da Faculdade de Educação "Campos Salles", mantida pela Associação Educacional "Campos Salles", com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei nº 842, de 9 de setembro de 1969 e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 1.897-75, conforme consta dos Processos nºs.

DOCUMENTO ILEGÍVEL

**DECRETO Nº 76.025 - DE 25 DE JULHO DE 1975.**

*Concede reconhecimento ao curso de Odontologia da Universidade Federal de Sergipe, com sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei número 842, de 9 de setembro de 1969 e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 1.856-75, conforme consta dos Processos números 9.801-74 - CFE e 234.916-75 do Ministério da Educação e Cultura,

**DECRETA:**

**Art. 1º** É concedido reconhecimento ao curso de Odontologia da Universidade Federal de Sergipe, com sede na cidade da Aracaju, Estado de Sergipe.

**Art. 2º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de julho de 1975; 154º da Independência e 87º da República.

**ERNESTO GEISEL**  
Ney Braga